

PORTUGAL E BRAZIL



  
Coleção  
Documentos  
**116**

# BRASIL E PORTUGAL: INTER-RELAÇÕES AO FINAL DO SÉCULO XIX

CENTRO DE  
LITERATURAS  
E CULTURAS  
LUSÓFONAS  
E EUROPEIAS  
**CLEPUL**  
Faculdade de Letras da  
Universidade de Lisboa

**FCT**  
Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



**FRANCISCO DAS NEVES ALVES**



BRASIL E PORTUGAL: INTER-  
RELAÇÕES AO FINAL DO SÉCULO  
XIX





## Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Virgínia Camilotti (UNIMEP)



Francisco das Neves Alves

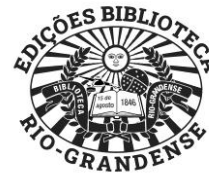
# BRASIL E PORTUGAL: INTER- RELAÇÕES AO FINAL DO SÉCULO XIX



- 116 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande  
2025

#### Ficha Técnica

Título: Brasil e Portugal: inter-relações ao final do século XIX

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 116

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: CHARIVARI. Porto, 25 maio 1895.

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Novembro de 2025

ISBN – 978-65-5306-060-9

#### O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

# ÍNDICE

Brasil e Portugal ao final do século XIX: breve histórico e interações binacionais / 9

O projeto de reaproximação luso-brasileira expresso por meio da imprensa: brevíssimo estudo de caso / 133



BRASIL E PORTUGAL AO FINAL DO  
SÉCULO XIX: BREVE HISTÓRICO E  
INTERAÇÕES BINACIONAIS

Ao final do ano de 1889, a dinastia de Bragança que reinava nos dois lados do Oceano Atlântico passaria por um momento de inflexão histórica. No reino europeu, se dava a morte de D. Luís, vindo o trono a ser assumido por D. Carlos. No império tropical, D. Pedro II perderia a coroa, com a ascensão de uma nova forma de governo. A conjuntura política de Portugal na última década do século XIX seria marcada por profunda crise, diante da qual a monarquia sobrevivia, apesar do crescente espírito de contestação e reivindicação por mudanças. O contexto político do Brasil, na mesma época, era o de transição para a república, com fortes disputas ideológicas para moldar o novo Estado Nacional e enfrentamentos políticos e bélicos na busca pelo poder. Com precariedade e sofrendo vários reveses, a casa de Bragança lusitana conseguiria manter-se ainda por mais duas décadas além da brasileira, a qual restou o exílio, além de esporádicas e voláteis intenções restauradoras, enquanto a jovem república se consolidava sob a batuta do autoritarismo militar para, depois, plasmar-se em um modelo oligárquico.

## Portugal: uma monarquia que sobrevivia

Na última década dos Oitocentos, a sociedade portuguesa passava por uma grave crise conjuntural que a afetava em suas mais variadas esferas, predominando um espírito de saudosismo e de insatisfação. As saudades dos tempos de outrora traziam as recordações de Portugal como uma nação

hegemônica que dominava mares e continentes, mas que, com o passar dos séculos, e dos rearranjos no cenário internacional, perdera espaço progressivamente, até tornar-se um Estado de poucos recursos, subjugado aos interesses de outras potências que alastravam seu poderio pelo mundo. Já os descontentamentos advinham da percepção de que toda aquela riqueza do passado esvaíra-se, resultando em um país empobrecido e com escassas condições de almejar os caminhos de progresso atingido por outras nações, além do fato das possibilidades de ascensão social serem quase nulas para a maioria dos seus cidadãos.

Tal crise se manifestava de forma ampla, aguda e estrutural. Em termos de política internacional, o quinhão restante do amplo império colonial dilapidado ao longo do tempo, sofria constantes ameaças a partir da ação imperialista das potências europeias, mormente a Grã-Bretanha, cuja hegemonia sobre a nação lusa tornara-se inexorável ao longo das últimas centúrias. Havia também o infundável problema da dívida externa que acarretava uma instabilidade financeira cada vez mais contundente. As estruturas políticas internas se encontravam em frangalhos, num quadro pelo qual o modelo de rotatividade partidária entre os dois principais grupos políticos monárquicos fragmentava-se e ruía, com múltiplas acusações entre governistas e oposicionistas e pela formação de dissidências no seio das agremiações. A linha tênue de desenvolvimento das décadas anteriores trouxe um surto industrial que, por sua vez, multiplicou o operariado. Somava-se a isso um crescente êxodo rural, do qual se originava uma massa urbana prenhe em

insatisfações. Diante de tão sinistro quadro, cresciam as forças políticas alavancadas pelo espírito de contestação e alicerçadas num heterogêneo movimento republicano e até em tendências políticas mais extremas, como o socialismo e o anarquismo.

Dessa maneira, essa foi uma época “extraordinariamente agitada para Portugal, na sua política interna e na sua vida de relações internacionais”. Houve o “choque da expansão colonial na África com os planos do imperialismo inglês, até o ultimato de 1890”. Deu-se “a crise financeira, com a bancarrota” e “as intermináveis negociações para a conversão da dívida externa, cortadas de peripécias humilhantes”. Já “a política interna” foi “dominada pela delinquência e dissolução do sistema rotativo”, em um quadro pelo qual, “os políticos monárquicos tinham-se mutuamente desacreditado, atribuindo-se e exagerando culpas e responsabilidades”. Além disso, as “questões de administração pública” que “andavam envenenadas de suspeições infamantes” e “os dois antigos Partidos Regenerador e Progressista desagregavam-se, desprestigiados e enfraquecidos pelas cisões”. A “dinastia impopularizava-se”, enquanto “a agitação republicana, incitada pela desagregação e descrédito dos partidos monárquicos”, crescia e avolumava-se<sup>1</sup>.

Nessa linha, tal processo histórico esteve enquadrado “numa séria crise econômica e financeira, de âmbito internacional” que se propagara pela Europa e América, repercutindo “em Portugal como possivelmente nenhuma até então,

---

<sup>1</sup> GUEDES, Marques. Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910. In: PERES, Damião (dir.). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1935. v. 7. p. 412.



sendo agravada pelo ambiente de pessimismo e de profunda descrença nos governantes, nos modos de governar e no próprio país”, permeabilizando “as classes dirigentes e grande parte da opinião pública”. Ocorreram “a depreciação da moeda, a falência de alguns bancos, o aumento da dívida pública e a contração nos investimentos”, fenômenos acentuados “pela gravidade da boataria circulante, a agitação nas ruas e a momentânea instabilidade governativa”. Tudo isso resultaria em “um longo período depressivo que persistiu durante quase toda a década de 1890”<sup>2</sup>.

A conjuntura de desagregação política aprofundava-se ainda tendo em vista que “a grande indústria, na segunda metade do século XIX”, provocara “o aparecimento de problemas político-sociais de grave acuidade”. Nesse quadro, às “massas de trabalhadores assalariados dos centros fabris vieram acumular-se as dos trabalhadores rurais, que desertavam da lavoura, atraídos pelo constante pedido de braços para a indústria e a sedução da vida dos meios citadinos”. Essas “aglomerações de homens desenraizados da terra e sem outros meios de vida além do seu salário, criaram outros tantos focos de agitação política e revolucionária”<sup>3</sup>. Desencadeava-se, assim, um “surto de uma classe média de pequenos e médios burgueses e um acréscimo de operariado que se sentiam oprimidos pela grande burguesia e a aristocracia dirigentes”. Tais “grupos urbanos” viriam a constituir “novidade pelo número e a concentração

---

<sup>2</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. A conjuntura. In: SERRÃO, Joel. & OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (dir.). *Nova História de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. 10. p. 512.

<sup>3</sup> GUEDES, 1935. p. 413.

atingidos” e “representavam o sedimento de base do republicanismo militante e a grande força de ataque ao rei, às instituições monárquicas e à Igreja ou, pelo menos, ao clero”<sup>4</sup>.

Um dos fatores que mais agravou a crise política portuguesa nos anos noventa foi o ultimato britânico estabelecido em janeiro de 1890. O projeto imperialista da Grã-Bretanha de dominar a África de norte a sul não levou em conta as velhas alianças com Portugal, cujos supostos direitos sobre terras localizadas em suas possessões entre Angola e Moçambique foram desconsiderados, sendo os lusitanos obrigados a abandonar tais pretensões. O ato de ceder à pressão inglesa teria um altíssimo custo político em relação às autoridades públicas portuguesas, gerando ferrenhas explosões de contestação, acirrando-se os espíritos de reivindicação, inclusive com o espocar de uma revolta republicana na cidade do Porto. Perante o ultimato, “se desenharam na opinião portuguesa duas correntes opostas”, ou seja, os “receosos das consequências” que “queriam pactuar desde a primeira hora” e aqueles que entenderam pelo “dever da resistência”, de modo que “os britânicos só venceriam pela força”, mas sem a “legitimidade do esbulho”, que impuseram aos lusos. Com a revelação do acordo britânico-lusitano, houve “a explosão de uma indignação patriótica exaltada e fremente” e, “na imprensa e nas ruas, manifestou-se um sentimento de unanimidade de protesto e de ódio à Inglaterra, que, dentro em breve, atingia a monarquia e o rei”. Estabelecia-se,

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA MARQUES. A conjuntura, 2004. v. 10. p. 512.

desse modo, o agravamento da crise, com insistentes trocas de ministérios na constante busca por soluções<sup>5</sup>.

Nesse contexto, “a intimação britânica lançou o país num estado de emotividade próximo da insurreição”, no qual se “sucederam, com grande espontaneidade, os comícios, as conferências sobre as causas do conflito, os gestos simbólicos de desagravo e as iradas imputações de responsabilidades”, vindo a ser “o ano de 1890 todo de um crescendo de motivos revolucionários”<sup>6</sup>. Assim, o ultimato “desencadeou um movimento de protesto que veio a estar na base da intentona republicana de 31 de janeiro de 1891”, no Porto. No bojo das motivações de tal movimento estiveram também os “condicionantes de média duração”, como a “agudização dos conflitos interimperialistas”, a “grande depressão internacional”, a “crise financeira e política” caracterizada em Portugal “na contestação do livre-cambismo e do rotativismo constitucional e na defesa do chamado trabalho nacional”. Entretanto, “a causa imediata” da insurreição foi “o choque da opinião pública perante a intimação do imperialismo britânico”<sup>7</sup>.

Desse modo, a partir do ultimato britânico, “republicanos e monárquicos convergiram num protesto veemente” que trazia em si “a válvula de escape de todos os descontentamentos contra a política que se tinha e a sociedade em que

---

<sup>5</sup> GUEDES, 1935. p. 414, 417, 419 e 427-429.

<sup>6</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho. *A propaganda republicana (1870-1910)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990. p. 41 e 43.

<sup>7</sup> CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de outubro de 1910*. 2.ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2000. p. 114-115.

se vivia”. Nessa época, não só os republicanos foram às ruas protestar, sendo acompanhados pelos regeneradores que faziam oposição ao gabinete progressista, levando à sua derrubada e a um acirramento ainda mais veemente das disputas entre os dois partidos monárquicos. Mas foi no seio do republicanismo que se desencadeou a maior agitação, uma vez que “o desprestígio da monarquia e dos seus governantes convenceu muitos republicanos de que chegara o momento de lhe por fim”. Mas, na perspectiva da insurreição de 1891 no Porto, o Partido Republicano Português “concluiu que não existiam condições para uma revolução imediata com perspectivas de triunfo” de modo que “não bastava a agitação das ruas para garantir a proclamação de uma república”. Assim, “foi sobretudo um grupo de sargentos do Porto, com poucos oficiais e alguns civis que alimentou a ideia da revolta”, mas, “mal planeado o movimento só triunfaria por um bambúrrio da sorte, que não aconteceu” e, em seguida, “a repressão não se fez esperar”<sup>8</sup>.

Naquele início dos anos 1890, “a crise da monarquia atingira o ponto mais alto”. O país “sofria os efeitos do traumatismo causado pelo ultimato, que desgastavam o sistema político”, vendo-se envolvido “numa onda de pessimismo que traduzia um grande sofrimento moral”. Nessa linha, “no choque ideológico que se produziu, não eram apenas duas concepções liberais que se defrontavam”, pois, “beneficiado da maior participação popular”, um outro “partido surgia a reclamar a mudança das instituições para a ventura prometida”. Dessa maneira, o republicanismo “defendia o ultramar como parte

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA MARQUES. A conjuntura, 2004. v. 10. p. 508 e 510-511.

integrante da nação” e “a monarquia era posta em causa por não ter sabido defender essas parcelas do corpo nacional”, permitindo que os britânicos avançassem em suas práticas imperialistas sobre a África portuguesa<sup>9</sup>.

Passados os efeitos imediatos do ultimato e diante do quadro de crises que assolava Portugal, os governantes buscaram um de seus alentos nas “campanhas na África”, consideradas como “afirmações da vitalidade portuguesa”. As revoltas no ultramar eram muitas, em um contexto no qual “os régulos não acatavam as autoridades e os indígenas faziam gala na desobediência”. Além disso, persistiam os riscos em relação aos países imperialistas, sendo “a situação alarmante”, já que “a soberania tinha de ser efetiva para legitimar a posse de territórios coloniais”, ou seja, “expulsa a bandeira” lusa “destas paragens, brotariam os pretextos das grandes potências para pilharem as colônias pela incapacidade” lusitana “em dominar os naturais”. No intento de contornar tal situação, foram organizadas várias missões militares, as quais, na segunda metade da década final do século XIX, obtiveram resultados favoráveis ao predomínio português em relação a suas possessões orientais e ocidentais na África<sup>10</sup>. Nessa linha, “a política de engrandecimento do poder real foi acompanhada por um esforço de assegurar a presença portuguesa nas colônias”, ocorrendo “uma série de campanhas militares” que “teve lugar em várias parcelas do território ultramarino,

---

<sup>9</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – o terceiro liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986. v. 9. p. 90.

<sup>10</sup> FERREIRA, Joaquim. *História de Portugal*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1951. p. 836-839.

nomeadamente em Moçambique”, em um quadro pelo qual “a opinião pública seguia com interesse os acontecimentos, apoiando os reprovando as políticas seguidas”<sup>11</sup>.

A conjuntura política portuguesa ameaçada por tantas crises tinha na falência dos tradicionais partidos mais um dos fatores de agravamento. No âmbito monárquico, o predomínio ainda era das duas principais agremiações partidárias, regeneradores e progressistas, havendo também outras dissidências e representações políticas de menor expressão. Naquele final de século XIX, “muitos agrupamentos políticos organizaram-se, apresentaram e discutiram programas, disputaram eleições, convertendo-se em máquinas produtoras de opiniões públicas, de governos e de deputados”<sup>12</sup>. Nessa época, “os partidos não passavam de agrupamentos heterogêneos em torno dos chefes” e “as suas ideologias eram vagas e pouco se diferenciavam umas das outras”. Ainda que “os regeneradores fossem um pouco mais conservadores e os progressistas um pouco mais radicais”, não poderiam ser classificados “como direita ou esquerda”, pois “ambos eram profundamente conservadores e se compunham de elementos oriundos dos mesmos grupos sociais e com interesses semelhantes”<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. conjuntura, 2004. v. 10. p. 514.

<sup>12</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Organização administrativa e política. In: SERRÃO, Joel. & OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (dir.). *Nova História de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. 10. p. 229.

<sup>13</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Da monarquia para a república. In: TENGARRINHA, José M. (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 293.

A origem dos dois partidos que disputavam mais diretamente o poder estava ligada ao movimento da Regeneração, que buscou reordenar a vida partidária lusa a partir dos anos cinquenta. Entre os indivíduos que levaram em frente tais ideias, “logo se registraram dissidências, em grande parte devido a questões pessoais”. Dentre elas, “uma facção considerou-se detentora do espírito original da Regeneração, passando por isso a chamar-se a si própria dos progressistas históricos” ou simplesmente “históricos”, enquanto “a facção” que permaneceu “no poder manteve a designação de regeneradores”. O Partido Regenerador esteve no poder por vários anos, entre as décadas de cinquenta e oitenta, e, no último decênio do século XIX, esteve à frente do gabinete, em 1890, após a queda dos progressistas, tendo em vista os efeitos do ultimado britânico e de 1893 a 1897<sup>14</sup>. Durante a “época do rotativismo partidário, os regeneradores seriam identificados como a agremiação mais conservadora e permaneceriam no poder por maior tempo”, até que, já na virada do século XIX ao XX, encontrava-se “enfraquecido por crescentes dissidências internas”<sup>15</sup>.

Quanto aos progressistas, ainda nos anos setenta, “aspirando constituir um partido forte de esquerda, que alternasse com os regeneradores no poder segundo o esquema britânico, maiores históricos reuniram-se” em um “novo Partido Progressista, agrupamento que conseguiu, de fato, disputar” com os regeneradores “a chefia governativa e parlamentar do país até o final da

---

<sup>14</sup> OLIVEIRA MARQUES. Organização administrativa e política, 2004. v. 10. p. 230-231.

<sup>15</sup> TENGARRINHA, José M. Partido Regenerador. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 5. p. 256.

monarquia". Em termos de propostas, "o Partido Progressista era a favor de uma mais ampla revisão constitucional", discordando dos principais adversários "em outros pontos de menos importância ligados às finanças, à economia e à organização política e administrativa". O "fácies esquerdista deste partido gradualmente" desapareceria, de modo que, "ainda na década final do século XIX se lhe sentia uma tendência mais liberal e mais permissiva", em contraste com a repressão do governo regenerador. Os progressistas estiveram no poder de 1886 a 1890 e de 1897 a 1900<sup>16</sup>. Durante o tempo em que "lutou pela conquista do poder, o Partido Progressista conseguiu formar um importante movimento de opinião", mas, após a obtenção do mesmo, "tornou-se evidente a intenção demagógica do seu programa radical, cuja execução era indefinidamente adiada sob a alegação de motivos fúteis"<sup>17</sup>.

Fazia parte ainda do contexto partidário luso do final dos Oitocentos o Partido Absolutista ou Legitimista que, "gradualmente, abandonou os princípios absolutistas, advogando uma política conservadora, mas condicionada por liberdades mínimas" e, em 1892, agitou-se "de novo, declarando a intenção de participar mais acentuadamente na vida política e administrativa". Havia também o Partido Constituinte que propugnava "inteiramente livre o sufrágio" e que "a administração pública" fosse "a ciência de governar e não o maquinismo de eleger", propondo também a liberdade de propriedade e das fontes de

---

<sup>16</sup> OLIVEIRA MARQUES. Organização administrativa e política, 2004. v. 10. p. 237-238.

<sup>17</sup> TENGARRINHA, José M. Partido Progressista. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 5. p. 191.



produção, a reordenação financeira e a organização do serviço público. Ocorreriam ainda várias dissidências no seio das principais agremiações partidárias, como foi o caso da Esquerda Dinástica, denominação utilizada por uma facção que pretendeu apresentar-se como uma ala mais progressista no âmbito do Partido Regenerador, mas que teve curta duração e pouca representatividade parlamentar<sup>18</sup>.

A alternância entre regeneradores e progressistas serviria, durante certo tempo, para manter uma certa estabilidade na vida política nacional, mas a crise que assolava o país também atingiria tal sistema, notadamente no que tange ao lugar ocupado por cada um dos partidos em relação às noções de mudança. Nesse sentido, “embora todos concordassem na vantagem de haver dois partidos, um mais avançado e outro mais conservador”, nenhum deles “queria desempenhar o papel de partido mais conservador”. Assim, “os chefes do Partido Regenerador admitiam que o seu era um partido ordeiro, de governo”, mas sem necessariamente deixar de ser “também ‘avançado’”, de forma que “nunca estiveram dispostos a entregar a ‘esquerda’ do regime aos progressistas”. Tais indefinições se davam diante das limitações impostas pelo espírito do “transformismo”, em um quadro pelo qual “a política transformista” se constituía “numa prática de concessões à esquerda”, de maneira que “quem quer que se situasse à ‘direita’” ficaria “em desvantagem para governar”<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> OLIVEIRA MARQUES. Organização administrativa e política, 2004. v. 10. p. 233-234, 236-237 e 243.

<sup>19</sup> MATOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. v. 6. p. 179.

Tal sucessão alternada de cunho partidário tinha por meta fundamental estabelecer as condições ao funcionamento em Portugal de um “rotativismo à inglesa, isto é, a alternância no poder de dois partidos que, sem grandes sobressaltos para a ordem monárquica”, congregassem “as tendências conservadoras e as menos conservadoras”<sup>20</sup>. Mas mesmo esse sistema rotativo, acompanhando o quadro geral de dificuldades, também entraria em crise. Ele foi praticado desde os anos setenta, “estabilizando o modelo político”, no entanto, “o reverso dessa estabilização consistia na descaracterização profunda dos dois partidos que entre si dividiam o poder”, de maneira que, “na prática, quase nada diferenciava um ministério regenerador de um progressista”<sup>21</sup>. Nos últimos anos do século XIX, as fissuras em tal modelo eram intensas, de modo que se tentava “em vão, restabelecer em bases seguras o rotativismo, na crença de que assim” seria conseguida “a estabilidade política dentro da monarquia” e se dificultaria “o acesso de correntes radicais”. Apesar desses esforços dos políticos monarquistas, não foi possível “evitar o descrédito do sistema, mesmo entre as suas próprias fileiras”<sup>22</sup>.

Ainda que caracterizadas por certa precariedade, as transições partidárias demarcaram o último decênio do século XIX da formação histórica lusitana. Em

---

<sup>20</sup> TENGARRINHA, José M. Rotativismo. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 5. p. 392.

<sup>21</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação de Portugal contemporâneo. In: TENGARRINHA, José M. (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 276.

<sup>22</sup> TENGARRINHA, José M. *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1983. p. 90.

outubro de 1889, morria o rei português, D. Luís, assumindo, em seguida, seu sucessor, D. Carlos, cuja aclamação oficial se daria em dezembro do mesmo ano. A época, os progressistas, sob a liderança de José Luciano de Castro, encontravam-se à frente do poder, mas acabariam por cair, tendo em vista a crise oriunda do ultimato inglês. Ameaçada com a reação popular e a revolta republicana no Porto, a monarquia tentou a alternância com os regeneradores, que também não se sustentariam no gabinete, vindo o ministério a ser ocupado por representações sem maiores identidades partidárias, até o retorno ao rotativismo, com a nova ascensão dos regeneradores, em 1893 sob a chefia de Hintze Ribeiro. Tal gabinete empreenderia uma política coercitiva em relação às manifestações antimonárquicas e antigovernamentais. Escândalos e acusações contra o ministério levariam à nova queda do governo, dando-se, em fevereiro de 1897, o retorno dos progressistas de José Luciano de Castro, que buscou acalmar as excitações ante a política repressiva dos antecessores. Esse gabinete continuaria a enfrentar os avanços das reivindicações populares e da ação republicana, sustentando-se até o derradeiro ano da centúria, quando, mais uma vez, os regeneradores voltariam ao poder<sup>23</sup>.

Os obstáculos enfrentados pelos tradicionais partidos monárquicos contribuiriam também para o avanço do republicanismo em Portugal. Mesmo que o ideário antimonárquico fosse razoavelmente pretérito, “só em meados do século XIX” foi que ele “surgiu como doutrina claramente expressa e com repercussão popular”. Um “grande impulso ao surto do republicanismo em

---

<sup>23</sup> OLIVEIRA MARQUES. A conjuntura, 2004. v. 10. p. 506-517.

Portugal saiu da geração de 1865-1870”, até que “a fusão das várias correntes e centros possibilitou um Partido Republicano Português” que participou em “eleições regulares para os cargos partidários, servido por uma imprensa sempre crescente e combativa”. Tal partido “foi gradualmente tecendo uma rede de organizações à escala local” através de “comissões municipais, clubes e centros”, por todo o país, mantendo “uma intensa ação de propaganda”, com comícios, conferências, participação em eleições, publicações de toda a ordem, cursos de instrução para crianças e adultos, iniciativa de comemorações históricas e patrióticas, além de “um constante recrutamento de sócios”<sup>24</sup>.

Nesse sentido, “a geração de 1865/1870 em Portugal, ao contrário daquela que no início do século XIX ensaiara alguns modestos avanços em direção ao republicanismo, conseguiu se organizar um pouco mais”. Assim, “em 1876 foi constituído o Diretório do Partido Republicano de Portugal”, dois anos depois, “era eleito o primeiro deputado republicano para as Cortes e, em 1887, o Partido Republicano já mantinha quatro jornais diários e dezenas de semanários”, bem como “muitas aulas e gabinetes”. A ação do imperialismo britânico na África portuguesa acirrará as tendências antimonárquicas, de modo que “os movimentos republicanos subsequentes”, como “a revolução de janeiro de 1891 e outra”, já no início do século XX, “não foram eficientes para derrubar a monarquia, mas deixaram à mostra fissuras que as bases do regime monárquico vinham apresentando desde o último quartel” daquela centúria, acabando por

---

<sup>24</sup> OLIVEIRA MARQUES. Organização administrativa e política, 2004. v. 10. p. 239-241 e 244-245.

culminar com a desagregação definitiva da monarquia lusa, em outubro de 1910<sup>25</sup>.

Durante vários anos, “nos campos jurídico, econômico e ideológico, os republicanos” pugnaram “pela extinção das estruturas, hábitos, ideias e comportamentos que consideravam como resquícios do Antigo Regime”. Esse “republicanismo voltou a se afirmar, nos finais do século” XIX, “no plano programático e propagandístico, como um ‘social-republicanismo’ que pretendia demarcar-se do liberalismo extremo e dos socialistas revolucionários”. Os republicanos não se afirmavam como um bloco monolítico, de modo que seu “percurso não foi linear, nem despido de contradições e lutas internas”. A expropriação do território colonial luso pelos britânicos aguçou o ideal republicano que se “integrava numa onda movida” pelo espírito “nacionalista acentuado pela desilusão de uma grandeza imperial tão cruamente posta em cheque”. Nesse quadro, “os republicanos tinham a certeza de que toda esta torrente patriótica acabaria por desaguar na única solução capaz de resgatar o vilipêndio e de dar corpo ao renascimento da pátria e do seu império”, através da mudança na forma de governo<sup>26</sup>.

Dessa maneira, no início dos anos noventa, “o republicanismo assumiria o caráter de uma tomada de consciência nacional – e nacionalizante – da

---

<sup>25</sup> BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. A representação em Portugal da implantação da república no Brasil. In: HOMEM, Amadeu Carvalho et al. (coord.). *Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. p. 93-94.

<sup>26</sup> CATROGA, 2000. p. 58-59, 61 e 77.

necessidade de modernizar o ideário liberal”<sup>27</sup>. Nessa conjuntura, o Partido Republicano teve no ultimato e na “atitude da monarquia portuguesa” diante de tal acontecimento, os pontos de inflexão “que mais decididamente concorreram” para o seu “definitivo desenvolvimento”<sup>28</sup>. A partir dessa ação imperialista britânica, passou “a forjar-se, à margem dos cenóbios doutrinários usuais, uma nova geração republicana menos crente na pedagogia ordeira e mais apostada nos lances da sublevação”. Surgia “uma nova camada de militantes, mais decididos a romper com os processos convencionais de enfrentamento político”, vindo a despertar a “geração absolutamente ativa”<sup>29</sup>, ou seja, “de propagandistas ‘ativos’, em franca dissidência com os métodos puramente eleitoralistas, verbalistas e pacíficos, até então em voga”, originando-se “um jornalismo de combate, sobretudo identificado com círculos estudantis invulgarmente audazes”<sup>30</sup>.

No contexto lusitano, o avanço do movimento republicano se daria “ao abrigo de dois mitos”. Um deles era “o da pátria decadente, ‘à beira do abismo’, conduzida pela monarquia ‘à ruína e à desonra’”. O outro era “o da possibilidade do ressurgimento” do país “com novas instituições, iniciado pela geração de 1890 e desde essa data”. Segundo tal concepção, “a decadência da pátria dever-

---

<sup>27</sup> SERRÃO, Joel. Republicanismo. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 5. p. 292-293.

<sup>28</sup> FERREIRA, David. Partido Republicano Português. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 5. p. 294.

<sup>29</sup> HOMEM, 1990. p. 43-44.

<sup>30</sup> HOMEM, 2000. p. 274.

se-ia, sobretudo, a múltiplos fatores morais, todos eles incorporados na monarquia”, tais como “o jesuitismo, a ‘corrupção moral’, o servilismo, os ‘preconceitos e os privilégios das castas’ e outros conceitos mais ou menos vagos, difundidos e partilhados pela opinião pública”. Dessa forma, “o Partido Republicano definia-se muito mais pelo que não era do que pelo que era”, sendo contrário a elementos como “a monarquia, a Igreja, a corrupção e os grupos oligárquicos”. Entretanto, “o seu programa mostrava-se muito vago na afirmação de realidades positivas” e tal fenômeno acabaria por ser inevitável, tendo em vista “a filiação heterogênea dos seus membros”, uma vez que, “se o grosso se compunha de representantes da classe média, não faltavam proletários e até camponeses, de interesses contraditórios com os daquela”, além disso, “aristocratas idealistas ou despeitados militavam nas suas fileiras”<sup>31</sup>.

Outro grupo vinculado às forças contestatórias esteve ligado ao socialismo. Tal ideário já campeava nos anos cinquenta, influenciando pelo processo revolucionário francês de 1848, mas, desde então, no contexto luso, enfrentou avanços e recuos, empreendendo uma ação contumaz na organização do movimento operário, com a publicação de inúmeros periódicos, a organização de congressos e conferências, além de exercer intensa participação política, por meio de organizações partidárias<sup>32</sup>. Assim, “fora do constitucionalismo liberal surgiram também agrupamentos políticos de alguma

---

<sup>31</sup> OLIVEIRA MARQUES. Da monarquia para a república, 2000. p. 292-293.

<sup>32</sup> NOGUEIRA, César Henrique Xavier. Partido Socialista. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 6. p. 14-16.

importância” caso do “Partido Socialista”, criado na década de setenta. Constituíam um “agrupamento de classe, dirigido a uma massa relativamente pequena, pouco ilustrada e pouco politizada”, de modo que não chegava a obter “grande projeção, até por sofrer a concorrência do Partido Republicano, socialmente muito mais abrangente” e no qual “o ideário socialista ou socializante” chegara a se fazer presente. Outro fator limitador ao avanço socialista eram as dissidências, que também o prejudicaram e enfraqueceram<sup>33</sup>.

Ainda na linha da contestação aos modelos vigentes, ocorreria também a atuação do anarquismo. Alguns pressupostos do ideário anarquista já se faziam presentes em Portugal em meados do século XIX e passaram por um impulso à época da Comuna de Paris. Os anarquistas tiveram algumas indisposições com os socialistas na orientação do movimento operário e, “em 1887, o grupo comunista-anarquista de Lisboa” publicava “a sua declaração de princípios”, onde preconizava o necessário esforço da “classe trabalhadora” para “eliminar o Estado e a propriedade individual”. Tal grupo pregava a independência “de todos os partidos políticos e indicava como meios de ação a abstenção à urna, a deserção da caserna, a greve violenta e a propaganda ilegal”. O movimento se alastrou ao longo da centúria, notadamente no Porto, com a publicação de vários periódicos doutrinários, e sofrendo com a coerção governamental<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> OLIVEIRA MARQUES. Organização administrativa e política, 2004. v. 10. p. 238.

<sup>34</sup> SANTOS, Fernando Pereira. Anarquismo. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 1. p. 147.



Com relação à ordenação política, o Estado nacional português era organizado na forma de uma monarquia constitucional e a sua divisão político-administrativa teve significativas variações ao longo do tempo, com alterações de atribuições entre cada uma das unidades que constituíam o aparelho do Estado. Ao final do século XIX, muitas dessas divisões administrativas coexistiam na prática e algumas delas, mesmo sem possuir mais uma estatura legal, permaneciam como formas de denominação, mormente no que tange ao contexto local e regional. A influência religiosa na formação portuguesa também influenciou no âmbito político-administrativo, caso da paróquia que constituía “cada uma das circunscrições territoriais de uma diocese” que tivesse “igreja própria, com uma população a ela adstrita e um sacerdote incumbido do cuidado das almas”<sup>35</sup>.

A partir dos anos quarenta, a paróquia foi reduzida “a mera unidade eclesiástica”, sendo-lhe retiradas “quaisquer funções de administração pública”, mas nova legislação do final da década de setenta “voltou a considerá-la autarquia local”, dotando-a de quadros administrativos. Em 1892, outra modificação legislativa traria novas alterações, “transferindo para as câmaras municipais atribuições várias pertencentes às juntas de paróquia e confinando estas a funções relativas à fábrica das igrejas e a obras de beneficência”, para virem a ser mudadas novamente em 1895, alargando algumas de suas competências. Dessa maneira, “o destino das paróquias mostrou-se oscilando de

---

<sup>35</sup> COSTA, Avelino de Jesus da. Paróquia. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 7.

código para código”, com uma maior ou menor descentralização”, em relação às atribuições civis e eclesiásticas. Já as comarcas, desde os anos trinta, designavam “apenas as divisões judiciais básicas”<sup>36</sup>.

Quanto às vilas e às cidades, progressivamente, foi abandonada “a identidade entre o conceito de cidade e o de sede de bispado”, prevalecendo outros quesitos, de modo que, “as elevações justificavam-se pela importância demográfica, econômica e até monumental, quando não político-conjuntural, dos novos centros urbanos”<sup>37</sup>. Em relação à conjuntura local, uma das unidades que marcou a formação histórica lusa foram os concelhos. Tal denominação já aparecia “nos diplomas a partir do século XIII”, representando uma “versão da expressão latina *concilium*” e exprimindo “a comunidade vicinal constituída em território de extensão muito variável, cujos moradores”, conhecidos como “os vizinhos do concelho”, eram “dotados de maior ou menor autonomia administrativa”. Suas origens medievais remontavam a “fatores de ordem econômica, social, política e até militar”<sup>38</sup>. No que tange “às características e atribuições dos concelhos”, ao final dos anos setenta, foram alargadas as suas “faculdades tributárias”. Já em 1895, os concelhos passaram por novo escalonamento, “em função das respectivas populações, possibilidades financeiras e ruralidade”<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> OLIVEIRA MARQUES. Organização administrativa e política, 2004. v. 10. p. 199.

<sup>37</sup> OLIVEIRA MARQUES. Organização administrativa e política, 2004. v. 10. p. 200.

<sup>38</sup> SOARES, Torquato de Sousa. Concelhos. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 2. p. 137.

<sup>39</sup> OLIVEIRA MARQUES. Organização administrativa e política, 2004. v. 10. p. 199.

Nas décadas finais do século XIX, a divisão político-administrativa predominante era o distrito. Tal organização territorial teve sua origem nos anos 1830 e, desde então, manteve-se praticamente inalterada, de modo que “o distrito continuou a ser a divisão maior em que se compartimentava o país” e sua gestão “incluía um órgão administrativo, a chamada junta geral, eleita pelas câmaras e conselhos municipais, mas era ao governador civil, de nomeação governamental, que cabia a execução das suas deliberações”. Reformas administrativas das décadas de setenta e oitenta não modificaram “as áreas nem as designações dos distritos, continuando a mantê-los como unidade superior de administração”, mas convertendo-os “em autarquia local”, delegando “às juntas gerais extensas atribuições de fomento e assistência” e “meios financeiros para exercê-las e a possibilidade de executá-las mediante comissões permanentes, por elas eleitas e independentes do governador civil”. Outra alteração se daria em 1892, restringindo as atribuições distritais, mas não tocando “no quadro da divisão territorial nem na área das unidades”. Já no último lustro do século XIX, alguns conceitos mais autonomistas foram aplicados progressivamente aos distritos das “ilhas adjacentes dos Açores e da Madeira”<sup>40</sup>. Os distritos lusos eram os representados no seguinte mapa<sup>41</sup>:

---

<sup>40</sup> OLIVEIRA MARQUES. Organização administrativa e política, 2004. v. 10. p. 196-197.

<sup>41</sup> Adaptado a partir de: ALVES, Luís Alberto Marques. O ensino. In: SERRÃO, Joel. & OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (dir.). *Nova História de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. 10. p. 314-315.

## Distritos portugueses ao final do século XIX



\* o arquipélago dos Açores compreendia os distritos de Angra, Horta e Ponta Delgada e a Ilha da Madeira correspondia ao distrito de Funchal.

A estruturação em distritos foi antecedida pelas províncias que acabariam por servir para balizar a denominação de algumas das regiões portuguesas. Elas eram unidades administrativas e datavam dos anos trinta, constituindo “a associação entre concelhos que, entre si” apresentavam “afinidades geográficas, econômicas e sociais”. Por decreto governamental de 1832, as províncias lusas eram: Beira Baixa, Beira Alta, Trás-os-Montes, Estremadura, Alentejo, Algarve, Minho e Douro<sup>42</sup>. Os distritos, por sua vez, constituíam “divisões heterogêneas” que ora abrangiam, ora parcelavam “as antigas unidades provinciais”. Eles “foram organizados em atenção a um centro, a uma capital, tendo em conta a facilidade de comunicações” e procuraram, “a despeito da sua heterogeneidade, certo equilíbrio na área, na população e na relação com os centros principais, que a função administrativa, por outro lado, veio impulsionar”<sup>43</sup>.

Assim sobrevivia a monarquia constitucional em Portugal ao final do século XIX. O Estado era organizado em unidades administrativas variáveis ao longo do tempo, notadamente no que tange a resquícios de certa autonomia, embora tenha prevalecido a centralização em Lisboa. Um novo rei subia a um trono ameaçado, mas que conseguiria ainda manter-se por duas décadas. A crise econômico-financeira assolava o país, afundando-o cada vez mais no endividamento externo. O crescimento de outros contingentes populacionais

---

<sup>42</sup> TORRES, Ruy D' Abreu. Províncias. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 5. p. 199.

<sup>43</sup> TORRES, Ruy D' Abreu. Distritos administrativos. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 2. p. 322.

ameaçava o predomínio aristocrático. Os partidos políticos tradicionais enfraqueciam-se, denotando o derruir do sistema rotativo e abrindo espaço para outras forças políticas que levavam em frente o espírito reivindicatório e de contestação, como os republicanos, em maior escala, mas também socialistas e anarquistas. A voracidade imperialista colocava o império colonial luso na África em risco, e tal perigo se cristalizaria com o ultimato britânico, que traria consigo o recrudescimento das insatisfações para com o regime vigente. A transformação política ocorrida no Brasil, em novembro de 1889, viria a ser outro fator que perturbaria o *status quo* reinante no contexto lusitano.

## Brasil: o nascimento de uma república

A partir de 15 de novembro de 1889, o *sui generis* império tropical, verdadeira ilha cercada pelas demais repúblicas americanas, deixaria de existir, vindo a ser alocado, quanto à forma de governo, no mesmo rol de seus vizinhos continentais. O processo histórico que levou à desintegração da monarquia no Brasil desencadeou-se bem antes daquela data. A década de 1860 representou o ápice da monarquia no Brasil, mas já trazia em si os germens de uma etapa de decadência. A prolongação da Guerra do Paraguai, fora dos padrões das práticas intervencionistas brasileiras na região platina, levou a um constante desgaste, tendo em vista os dispêndios humanos, bélicos e financeiros, com um crescente

endividamento externo. A inversão partidária de 1868, com a queda dos liberais e a ascensão dos conservadores, levaria a uma virada na vida política nacional, com os liberais aprofundando seu programa reformista e, dentre eles, uma ala mais radical, originaria um movimento republicano mais organizado.

O encerramento da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai agudizaria alguns dos antagonismos para com a monarquia, trazendo de volta ao país um contingente de militares, com um espírito de classe mais exacerbado, insatisfeitos com o tratamento a eles destinado pelos políticos civis e passando cada vez mais a aperceberem-se de seu papel na manutenção da estabilidade das instituições. A monarquia passaria a perder progressivamente os pilares que a sustentavam, caso da Igreja, do exército e da escravatura. Desentendimentos quanto às inter-relações entre a religião oficial do país e as práticas maçônicas, comuns a muitos dos homens públicos de então, levariam a chamada Questão Religiosa, que antepôs a coroa aos representantes da Igreja católica apostólica romana. A não aceitação da participação política dos militares traria consigo o acirramento da oposição castrense ao regime vigente, na denominada Questão Militar. Quanto à escravidão e as várias medidas procrastinadoras para a solução definitiva no que se refere à sua extinção, esta só viria com a Lei Áurea de 1888, abolindo a escravatura sem a esperada indenização, despertando a ira de parte dos ex-proprietários de escravos, fator considerado como um dos mais fatais para o derruir definitivo da forma monárquica de governo.

O movimento republicano iria aproveitar cada um destes revezes para incrementar sua propaganda antimonárquica. Ainda que pouco representativa eleitoralmente, tal força política avançava em termos de organização, com a formação de núcleos e clubes e espalhando periódicos pelo país, aproveitando-se da liberdade de expressão do pensamento, predominante durante a maior parte do II Reinado. A província de São Paulo, precursora no processo de substituição da mão-de-obra escrava pela livre, a partir dos trabalhadores oriundos da imigração, foi aquela onde o republicanismo ganhou mais profundas raízes. Os republicanos brasileiros não constituíam um grupo homogêneo, havendo diferentes extratos sociais e matizes político-ideológicos abrigados sob o ideal de contrariedade em relação ao regime vigente. A extinção do sistema escravista sem compensações financeiras serviria como um fator catalisador do republicanismo para o qual migraram muitos dos insatisfeitos que se transformavam em republicanos de última hora.

A monarquia no Brasil passava por densa crise que recrudescia com o acirramento das disputas entre as duas principais agremiações partidárias da época. Ainda que adoentado e envelhecido, o imperador mantinha-se como um bastião de resistência à extinção do regime, mas suas condições de saúde serviam para que os inimigos da coroa aprofundassem suas campanhas antimonárquicas voltadas a estimular o ideário de que não poderia haver um III Reinado. Segundo eles, a sucessão de Pedro II seria extremamente prejudicial para o país, uma vez que imputavam à herdeira do trono, a princesa Isabel, uma religiosidade considerada excessiva, chegando a afirmar que ela era dominada



por um jesuitismo. Além disso, os adversários da forma monárquica insistiam que a princesa não poderia ser entronada por causa da forte influência que receberia de seu esposo, o Conde D'Eu, apontado como um estrangeiro, lançando-se dúvidas quanto à sua participação militar na Guerra do Paraguai e acusando-o de atividades pouco lícitas, envolvendo usura e aluguel de casas.

Apesar das dificuldades se avolumarem e de toda a campanha contrária, a monarquia se mantinha e foi necessário um golpe de Estado, perpetrado pelos militares, com a participação de algumas lideranças republicanas, para dar fim à forma de governo vigente desde o nascedouro do país. Sem participação popular, sem maiores alardes e sem firmes resistências surgia uma nova república no contexto continental americano. Como o fora à época do Estado nacional imperial, a gênese do Brasil republicano, em um primeiro momento se dava como uma transição sem sobressaltos, voltada muito mais a uma noção de continuidade do que de ruptura, pois, apesar da mudança na forma de governo, muitas das estruturas nacionais permaneceram inalteradas. Mais uma vez a mudança se dava sob o signo do compromisso, da negociação e da conciliação. Nesses instantes iniciais, poucos foram os aliados do poder que se opuseram à transformação.

O imperador e a sua família foram obrigados a partir do país o mais depressa possível. O receio dos novos detentores do poder era de que a presença imperial pudesse suscitar reações contrárias à república, ainda mais se, porventura, tivesse que ser medida a popularidade e a aceitação, submetendo-se as duas formas de governo a uma comparação, tanto que a promessa de um

plebiscito que viesse a referendar a transição não chegou a ser cumprida. Quanto a D. Pedro II, a grande discussão dos novos governantes foi a de destinar-lhe ou não uma dotação compensatória, a qual o imperante teria recusado. Restou ao decaído imperador o exílio, primeiramente em Portugal, onde seria recebido pelo seu sobrinho recém-empossado como soberano. Ali passou os primeiros instantes longe da pátria, perdeu a esposa, ouviu planos de restauração que não foram em frente, vindo a, posteriormente, deslocar-se para a França, onde faleceria, dois anos após a república, observando seu país mergulhado em profunda crise.

Além de afastarem o imperador, os governantes republicanos lançaram forte esforço para eliminar as memórias da monarquia, trabalhando na propaganda contrária ao regime decaído e promovendo uma política que seria voltada a eliminar o que consideravam como os males da época imperial, nem sempre com sucesso, ou não acertando propriamente o alvo da necessidade de mudança. A grande preocupação dos novos donos do poder era também a de apresentar uma imagem positiva para o exterior, visando demonstrar que as potencialidades do período imperial iriam prosseguir, sendo garantido o cumprimento de todos os compromissos internacionais. Tais governantes pretendiam também demonstrar que se inaugurara um Estado republicano estável e confiável, buscando uma diferenciação em relação aquilo que se dominava como “republichetas” latino-americanas, constantemente sacudidas por golpes, revoluções e contrarrevoluções.

Instaurada a república, houve uma série de indefinições ideológicas quanto aos rumos a serem seguidos, de acordo com padrões importados do exterior. Em essência, os governantes republicanos intentaram criar identidades entre a nova forma de governo e a liberdade, entretanto, os primórdios do novo regime foram fortemente marcados pelo autoritarismo. O federalismo em oposição ao centralismo monárquico era o denominador comum entre os diferentes grupos que buscavam plasmar a nova república e ele acabou sendo o preponderante a partir dos ditames constitucionais, estabelecendo-se uma federação liberal, tomando o exemplo norte-americano e, não para menos, a recém-nascida república seria batizada como Estados Unidos do Brasil. Passados os governos militares, progressivamente iria se firmar um modelo oligárquico com o predomínio de paulistas e mineiros no controle do aparelho do Estado, constituindo esta transferência geográfica do poder, dos barões do café fluminenses para os cafeicultores paulistas uma das mais efetivas mudanças dos tempos imperiais para os republicanos.

A transição na forma de governo no Brasil se constituiria em um acontecimento cujo impacto interno teve proporções menores do que aquele esperado para tal tipo de mudança. Assim, “mesmo ao nível imediato da percepção, quase ao sabor da crônica dos acontecimentos, o 15 de Novembro apareceu como um movimento ‘superficial’”. Nesse quadro, “por um lado, na expressão consagrada de Aristides Lobo, o povo teria assistido ‘bestializado’” ao que parecia uma “parada militar”. Já no que tange ao seio “do exército, a articulação” foi realizada “por intermédio de um punhado de oficiais jovens de

baixa patente que, se estavam isolados da soldadesca” – a qual parecia “não ter-se dado conta do alcance de seus atos –, também não se havia articulado, se não muito parcialmente e à última hora, com os oficiais superiores”. Nesse sentido, “a ordem republicana” foi “instaurada por intermédio de um *putsch* militar cujo êxito pareceria repousar apenas na audácia dos jovens oficiais radicalizados”, aos quais se associariam alguns republicanos, “e na incapacidade momentânea de reação dos condestáveis da ordem monárquica que detinham, numericamente, esmagadora maioria em comparação com os revoltosos”<sup>44</sup>.

No sentido de possíveis incertezas muitas vezes imputadas ao próprio proclamador, há referências à possibilidade de que nem ele mesmo tivesse se dado conta de que, naqueles meados de novembro de 1889, “as oligarquias monárquicas pertenciam ao passado, e ia começar o tempo da oligarquia republicana”<sup>45</sup>. Ainda assim, nascia a república sob a égide militar e, nesse sentido, “o triunfo republicano de 1889 vai tornar realidade o que os próprios protagonistas resistiam a crer”, ou seja, “Deodoro, que se queria conservador e monarquista”, se transformaria “em presidente e pouco apego” iria “conservar às formas constitucionais que ele próprio promulgara, ouvida a Assembleia”.

---

<sup>44</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares à Prudente – Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil Republicano*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. t. 3. v. 1. p. 15-16.

<sup>45</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do império à república. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil Monárquico*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. t. 2. v. 5. p. 360.

Enquanto isso, “Floriano, que se pensava liberal”, viria a “usar a espada para purificar a república”<sup>46</sup> em nome da sua preservação.

A partir da instauração da nova forma de governo vários grupos políticos, diferentes e divergentes entre si, passariam a digladiar-se em torno do debate quanto ao modelo a ser empregado na edificação do novo regime. Nessa linha, “o fim do império e o início da república foi uma época caracterizada por grande movimentação de ideias, em geral importadas da Europa”. Em muitos casos, “eram ideias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando em grande confusão ideológica”, de modo que “liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas”<sup>47</sup>. Nesse quadro, havia “pelo menos três modelos de república à disposição dos republicanos brasileiros”. Tal “fenômeno de buscar modelos externos” era “universal”, mas a seleção, a forma de adoção e a adaptação das ideias, poderiam ser reveladoras “das forças políticas e dos valores” predominantes “na sociedade importadora”<sup>48</sup>.

Um desses grupos políticos era representado pelos “proprietários rurais, especialmente os paulistas”, uma vez que, “em São Paulo existia, desde 1873, o Partido Republicano mais organizado do país”. Essa “província passara por

---

<sup>46</sup> CARDOSO, 1997. t. 3. v. 1. p. 31.

<sup>47</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 42.

<sup>48</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 22.

grande surto de expansão do café e sentia-se asfixiada pela centralização monárquica”, e, “para esses homens, a república ideal era sem dúvida a do modelo americano”, convindo a eles “a definição individualista do pacto social”. Dessa maneira, era evitado “o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da república”, e, “mais ainda, ao definir o público como a soma dos interesses individuais”, dava-se “a justificativa para a defesa dos interesses particulares” das oligarquias. Outro ponto essencial era “a solução federalista americana”, pois, “para os republicanos” das principais oligarquias provinciais “o federalismo era o aspecto mais importante que buscavam no novo regime”. Tais grupos propunham também “o sistema bicameral” como “parte da solução federativa” e adotavam “o modelo americano” de modo a atender os seus interesses. Entretanto, a conjuntura estadunidense em muito diferia da brasileira, na qual “a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder”. Assim, no Brasil, “o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade” e “de sanção da lei do mais forte”, e, associado ao presidencialismo, ficavam estabelecidos “os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário”<sup>49</sup>.

Dentre esses diferentes grupos havia também aqueles que se concentraram em torno de ideias e práticas que ficariam caracterizadas como um jacobinismo, em clara referência a determinados segmentos da França revolucionária da virada do século XVIII para o XIX. Tais segmentos

---

<sup>49</sup> CARVALHO, 1993. p. 24-25.

representavam “um setor da população urbana, formado por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes” para os quais “o regime imperial aparecia como limitador das oportunidades de trabalho”. Essa “versão jacobina tendia a projetar sobre a monarquia os mesmos vícios do Antigo Regime francês, por menos comparáveis que fossem as duas realidades”, de modo que via “no império, por exemplo, o atraso, o privilégio, a corrupção”, constituindo tais acusações em “parte da crença republicana”<sup>50</sup>.

Para os representantes do jacobinismo, “a solução liberal ortodoxa não era atraente”, pois através dela não poderiam controlar “recursos de poder econômico e social capazes de colocá-los em vantagem num sistema de competição livre”. Eles eram antes atraídos pelos “apelos abstratos em favor da liberdade, da igualdade, da participação, embora nem sempre fosse claro de que maneira tais apelos poderiam ser operacionalizados”, de modo que “a própria dificuldade de visualizar sua operacionalização fazia com que se ficasse no nível das abstrações”, pois até “a ideia de povo era abstrata”. Para “os radicais da república, muitas das referências eram quase simbólicas”, tanto que falavam “em revolução” e “do povo nas ruas, pediam a morte do príncipe-consorte da herdeira do trono” e “cantavam a Marselhesa pelas ruas”. Assim, “pela própria implausibilidade dessa solução, os partidários da liberdade à antiga formavam um grupo pequeno, embora agressivo”. Significativa parte desse segmento “de descontentes percebia a dificuldade, se não a impossibilidade, de se fazer a república na praça pública”, ficando “muito clara para eles a importância do

---

<sup>50</sup> CARVALHO, 1993. p. 25-26.

Estado”, ou seja, “eram contra o regime monárquico, não contra o Estado”, o qual era visto como “o meio mais eficaz de conseguirem seus objetivos”<sup>51</sup>.

Outra característica essencial do jacobinismo era um espírito nacionalista. Nesse sentido, os jacobinos pregavam um “Brasil para os brasileiros”, sendo “o nacionalismo, certamente, a mais conhecida característica” de tal agrupamento, constituindo um “poderoso ímã de que se servira para fazer proselitismo”. Na concepção desse setor mais radical, o ato de ser brasileiro traria por significado pregar “as boas doutrinas” que enfeixavam “a bandeira do nativismo”. Nesse contexto, nativista seria quem combatesse “os estrangeiros ruins” que emporcalhavam “o ambiente diáfano e puríssimo da adorada pátria”. Desse modo, “um feroz e exclusivista nacionalismo étnico permeou as palavras e ações dessa corrente política nos primeiros anos da república”, e esse “violento nacionalismo étnico, essa clara xenofobia foi sobretudo voltada contra os portugueses”<sup>52</sup>.

Pela sua ascensão à época em que Floriano Peixoto esteve no poder, o jacobinismo chegou a confundir-se com um florianismo que campeou naquele momento. Nesse caso, “Floriano e o florianismo agiram quase sempre em função de objetivos que garantissem um *modus operandi* de república”, de modo que “o dado da coerência político-ideológica” não chegava a ser “a questão

---

<sup>51</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p. 94-95.

<sup>52</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da república – jacobinismo: ideologia e ação*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 99-101.



decisiva”. Dessa forma, “o pragmatismo do marechal e das expressões contidas no florianismo, seja de governo ou de rua, dominou esta prática política, razão pela qual a sua existência” foi “frequentemente marcada por ambiguidades”<sup>53</sup>. Um dos argumentos lançados pelos defensores do governo do marechalato era de que para que houvesse “uma república estável, feliz e próspera”, seria “necessário que o governo” fosse “ditatorial e não parlamentar”, ficando “assim justificada a ditadura florianista bem como a não participação popular nas decisões políticas”<sup>54</sup>.

Nos quadros dos diferentes grupos que marcaram a gênese republicana brasileira, outra alternativa era “a versão positivista da república, em suas diversas variantes”. Nessa perspectiva, “o arsenal teórico positivista trazia armas muito úteis” e uma delas era a “condenação da monarquia em nome do progresso”. Segundo a “lei dos três estados, a monarquia correspondia à fase teológico-militar, que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação” seria “a república”. Além disso, “a separação entre Igreja e Estado era também uma demanda atraente para esse grupo, particularmente para os professores, estudantes e militares”. Os positivistas pregavam “igualmente, a ideia de ditadura republicana”, com “o apelo a um executivo forte e intervencionista”, que servia “bem a seus interesses”. No que tange ao

---

<sup>53</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da república*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997. p. 137.

<sup>54</sup> COSTA, Cléria Botelho da. Progresso e desordem: o alvorecer da república brasileira. In: HOMEM, Amadeu Carvalho et al. (coord.). *Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. p. 84.

positivismo, “um grupo social que se sentiu particularmente atraído por essa visão da sociedade e da república foi o dos militares” e, “por razões históricas específicas, o modelo positivista seduziu também os republicanos do Rio Grande do Sul”<sup>55</sup>, onde se instalaria uma estrutura ortodoxa de tal ideário que perduraria por décadas.

Também houve no Brasil dos primeiros tempos republicanos, uma tênue tendência restauradora que, apesar de numérica e ativamente pouco determinante, serviu para que os novos governantes aprofundassem ainda mais suas práticas autoritárias, em nome da “salvação da república”. Nesse contexto, mesmo reduzindo-se a uma minoria, “o espantalho monarquista” não deixou de ser “apresentado como o maior perigo para a estabilidade do regime”<sup>56</sup>. Dessa maneira, “as atividades dos monarquistas” refletiam “os esforços de um grupo político minoritário” que chegou a mobilizar-se para “promover a queda do novo regime”. Por tal motivo, “os restauradores foram responsabilizados pela maioria dos acontecimentos que abalaram os inícios da república”, sendo supostamente “temidos pela influência que possuíam, bem menor, aliás, do que se acreditava”. Além disso, “foram usados para encobrir muitas das dissidências advindas entre os republicanos”, bem como seriam também “utilizados para justificar a repressão, que tinha por objetivo o fortalecimento do poder”<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> CARVALHO, 1993. p. 27-28.

<sup>56</sup> CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930): texto e contexto*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 39.

<sup>57</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 11.

A disputa entre tais agrupamento foi vencida pelos liberais que atuariam para implementar o modelo norte-americano na organização da jovem república. Tal vitória ficaria expressa no texto constitucional promulgado em 1891 que expressava a existência de uma república federativa e liberal. O primeiro presidente que governara com o bastão da ditadura às mãos foi eleito indiretamente pela constituinte para um mandato presidencial, embora no parlamento já houvesse disputas em relação aos representantes das oligarquias. Deodoro da Fonseca progressivamente foi criando antagonismos com os políticos civis, notadamente a partir da formação de um ministério conservador, com a predominância do Barão de Lucena, antigo político da época imperial. Tais indisposições culminariam com a perpetração de um golpe de Estado de parte do marechal-presidente, em novembro de 1891, fechando o congresso nacional, com vistas a recuperar o poder ditatorial. A reação foi imediata, gerando-se ampla mobilização contrária ao ato presidencial, que acabaria por renunciar ao seu cargo.

Apeado Deodoro da presidência, assumiria o seu vice, também militar, Floriano Peixoto. Após algumas discussões quanto à sua legitimidade, o novo marechal-presidente se afirmaria no poder, impondo uma política extremamente autoritária, em nome da manutenção e salvação da república, mormente quando estouraram, em 1893, na capital e no sul, os principais movimentos de contestação ao regime. Ao lado da crise política, o Brasil teria de enfrentar pesada crise econômico-financeira, advinda das práticas monetárias e industrializantes dos primeiros tempos republicanos. A tensão política só viria

a ser resolvida com a ascensão do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, que governou de 1894 a 1898, quando houve tentativas de debelar também a crise econômica, cujas soluções só viriam na administração seguinte, com Campos Sales, presidente entre 1898 e 1902. Além de uma política mais decisiva contra o debacle financeiro-econômico, nessa virada de século se daria também a afirmação de um modelo oligárquico que viria a ser predominante ao longo das primeiras décadas republicanas.

O ambiente de crise nos primeiros tempos da nova forma de governo originou-se essencialmente de uma prática governista de enorme emissão monetária, sem o correspondente lastro. Foi uma época “de dinheiro fácil, com o meio circulante inchado”. E, “mais do que isso, foi um período de intensa especulação, com o aparecimento, na Bolsa do Rio de Janeiro, de empresas completamente fictícias”, tendo em vista que era permitido “o estabelecimento de sociedades anônimas sem a autorização do governo”. Nesse momento, “houve um aumento de 3,5 vezes do papel-moeda emitido, muito acima das necessidades do período”, trazendo por “resultado o aumento médio anual dos preços em 20%”. Já “a taxa inflacionária, de 1,1% em 1889, atingiu a 89,9% em 1891” ocorrendo também expressiva queda na “taxa cambial, em decorrência da política emissionista”. Várias foram as tentativas de debelar a crise, notadamente no intento de “refrear as emissões, frear a desvalorização cambial e a ascensão do endividamento externo”, mas sem a obtenção de resultados expressivos. O preço do café caía no mercado internacional, o saldo da balança comercial reduzia-se, as importações diminuía, o governo estava empobrecido

e os gastos ficavam acima da receita. Dessa maneira, “o país encontrava-se sem divisas, com gastos crescentes e cada vez mais dispendiosos devido à desvalorização cambial”<sup>58</sup>.

Bancos-emissores em larga escala, emissão desmesurada de papel moeda e uma especulação financeira sem limites foram algumas das práticas que ficaram conhecidas por Encilhamento, e estiveram voltadas às políticas governistas que intentavam promover o avanço a qualquer preço, movendo um industrialismo forçado e de poucos resultados, mas que causaram enormes reveses econômicos ao país. Além do colapso econômico-financeiro, os primeiros tempos republicanos foram caracterizados por uma crise geral e marcados por “guerras civis e lutas sociais” que levaram “o país a um clímax de ódios e lutas sangrentas”. Até quase o final do século, “as paixões e combates” estalavam “de maneira aguda”, vindo a seguir-se “uma fase mais calma”. A Revolução Federalista e a Revolta da Armada, ferrenhamente sufocadas pelo governo, foram alguns dos processos históricos que se coadunavam à “amostra da violência como uma das constantes históricas” da época, constituindo “a tônica” que soava “nos momentos de radicalização e de lutas”<sup>59</sup>.

De acordo com tal conjuntura, o período desde 1889 até a virada do século, foi turbulento, havendo “assassinatos políticos, golpes de Estado, revoltas populares, greves, rebeliões militares, guerras civis”. Nessa época, “ausente da

---

<sup>58</sup> PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 57 e 60-62.

<sup>59</sup> CARONE, 1988. p. 32-33.

proclamação do novo regime, o povo” chegou a ter alguma participação em tais contestações, “mas as oligarquias conseguiram inventar e consolidar um sistema de poder capaz de gerenciar seus conflitos internos que deixava o povo de fora”. Viria então, a inaugurar-se “um período de paz oligárquica, baseado em uma combinação de cooptação e repressão”. Naqueles primeiros tempos, ocorreram “choques entre civis e militares, militares da marinha e do exército, republicanos presidencialistas e parlamentaristas, brasileiros e portugueses, monarquistas e republicanos” e “jacobinos e liberais”. Essa “agitação que se espalhava pelos estados não convinha aos governantes” e “era particularmente danosa para a negociação de empréstimos e o pagamento da dívida externa”, pois “destruía a confiança dos banqueiros internacionais”, surgindo “daí o esforço de construir um sistema de poder que pudesse reconstituir a estabilidade”<sup>60</sup>.

Na busca por tal estabilidade, os passos iniciais foram dados na direção das tentativas em torno da recuperação da economia. O país estava sem dinheiro, “o café vinha sofrendo sua primeira crise internacional, com a produção maior que o consumo mundial e a conseqüente queda nos preços”, além do que, “a crise cambial e a alta inflação assustavam”. Foram tempos “repletos de lutas políticas, conspirações, levantes militares e de guerra civil”, os quais “tinham levado o Tesouro à penúria”. Nesse quadro, “pagar a dívida

---

<sup>60</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da república. In: HOMEM, Amadeu Carvalho et al. (coord.). *Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. 131-132.

externa acumulada pela desvalorização do mil-réis e pela queda dos preços do café, tornara-se impossível”. Diante de tal crise, o governo Campos Sales buscou um empréstimo e estabeleceu acordos com financistas internacionais, constituindo o denominado *funding loan*<sup>61</sup>.

Segundo tal “acordo, o país adia o início da amortização do principal da dívida, mas tomava um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas para o imediato pagamento dos juros”. Em contrapartida eram dadas como garantia as “rendas da alfândega do Rio de Janeiro, a maior fonte de renda” governamental. Caso fosse necessário, o governo brasileiro prometia hipotecar “as outras alfândegas, as receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro”. Foi estabelecido ainda o compromisso de “executar um programa de valorização do mil-réis, de corte de gastos públicos e de aumento de impostos”. Com base em tais atitudes, “bem na virada do século, o presidente pretendeu reverter a imagem do país, recuperando a confiança dos banqueiros e investidores internacionais e atraindo de volta os capitais externos”. Essas práticas acabariam por trazer resultados, pois “100 mil contos de papel-moeda foram retirados de circulação, valorizando a moeda” e, além disso, “o orçamento passou a apresentar excedentes e foram acumulados fundos em Londres para o futuro pagamento da dívida externa”. Mas ocorreriam danos colaterais, como “falências no comércio,

---

<sup>61</sup> COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 63.

na indústria, nos bancos e mesmo na agricultura”, bem como “estagnação econômica, desemprego, impostos e insatisfação popular”<sup>62</sup>.

Do ponto de vista político, a crise foi obstaculizada com uma prática voltada à articulação entre o poder nas esferas federal, estadual e local. Desde os primórdios da república, “havia um princípio consagrado pela constituição que coincidia com os interesses e o perfil das realidades impostas pelos vencedores de 1889 – o federalismo”, no sentido de dotar o país de “autonomia regional”<sup>63</sup>. Dessa maneira, “o panorama geral da Primeira República” encontrava “correspondência num sistema político cujo foco de poder” se localizava “nos estados, sob a hegemonia dos economicamente mais fortes, liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento efetivo”. Uma vez “instituída a forma federativa de governo”, os anos que transcorreram desde a “proclamação da república aos princípios do quadriênio Campos Sales (1889-1900)” definiram-se, “em nível político, pela luta em torno da formação das estruturas de dominação dos estados”<sup>64</sup>.

Nesse contexto se dava a articulação das “bases da institucionalização do sistema oligárquico, a partir da ação ininterrupta das lideranças civis ‘históricas’”, com o “retorno do poder às mãos dos civis”. A função “de operacionalizar tal sistema coube a Campos Sales, organizando o jogo político de

---

<sup>62</sup> COSTA & SCHWARCZ, 2000. p. 63-65.

<sup>63</sup> CARDOSO, 1997. t. 3. v. 1. p. 38.

<sup>64</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 13.ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 166-169.



tal forma que às ‘chefias naturais’”, ou seja, as “expressões máximas da dominação oligárquica local”, ficassem “garantidos mecanismos seguros de perpetuação e sucessão no poder”. Estabelecia-se assim “um ‘pacto’ oligárquico institucionalizador das lideranças – na verdade pessoais – desde o âmbito estadual ao federal”<sup>65</sup>. Era a concretização da “vitória do federalismo”, de modo que “os estados adquiriram uma importância que nunca tiveram as antigas províncias”, contando “com um governo próprio, com um poder executivo” e “com seu poder legislativo”. Dessa maneira, “se ampliou muitíssimo o campo de atividade”, além de estabelecer-se uma rede de relações entre os detentores do poder executivo nas várias esferas do poder<sup>66</sup>.

Ficava então estabelecida “a política dos estados, mais conhecida como política dos governadores”, de acordo com a qual havia “uma composição entre o governo federal e os estaduais”. Em tal esquema, na esfera federal, o presidente estabelecia “acordos com os presidentes dos estados, de modo a obter o total apoio de todos os seus atos”. Nesse quadro, estes apoiariam àquele, bem como levariam “os senadores e deputados obedientes às suas ordens”, de modo a haver “quase unanimidade entre o executivo” federal e “a representação parlamentar de cada unidade federativa” já que “havia praticamente um só partido”. Em contrapartida a tal apoio, o qual “garantia ao governo livre ação”, o mandatário-mor do país apoiava “toda a política dos estados, o que significava,

---

<sup>65</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 230.

<sup>66</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Breve historia contemporánea del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 31 e 36.

sobretudo, a nomeação dos funcionários em cada local feita por indicação dos chefes regionais”. Dessa maneira, “justiça, polícia, escola e mais atividades eram escolhas de gente de confiança absoluta do presidente do estado”. O governante estadual, “por sua vez, compunha-se com os chefes municipais, usando o mesmo artifício”, ou seja, “apoio irrestrito em troca de apoio, ou melhor, favores”. Formava-se uma teia de inter-relações e chegava-se então “à forma ideal de conciliação dos estabelecidos no poder”, com “um acordo baseado não em programas ou ideias, mas em continuísmo”, ou ainda “uma transação, um negócio feito pelas cúpulas”, sem a participação do povo<sup>67</sup>.

A partir de tal modelo, “deputados e senadores garantiam a si próprios mandatos sólidos e intermináveis no congresso e a seu partido longo domínio no poder no estado”. Era “a implantação das oligarquias estaduais, cujo poder se fecharia às tentativas conquistadoras das oposições que surgissem”. Nesse “sistema constituído, os verdadeiros protagonistas do processo político eram os estados, os quais, dotados dos necessários suportes legais, dominavam a política nacional”. A troca se dava com a garantia “de tal autonomia, sem intervenção da União e do direito de controlar as nomeações federais”, a partir do que “os estados davam apoio ao presidente, sem o qual este não subsistiria no poder”. Ainda que “tal compromisso” não fosse plenamente uniforme em todas as “unidades da federação, esse era o princípio implícito nas relações da União com os estados”. Dessa maneira, “a força de uma oligarquia estadual” advinha “do controle exercido sobre os grandes coronéis municipais, condutores da massa

---

<sup>67</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 208.

eleitoral incapacitada e impotente para participar do processo político”, que teoricamente lhe fora aberto com base no texto constitucional<sup>68</sup>.

Essas articulações no poder se davam a partir de inter-relações que marcavam a formação histórica brasileira calcada nas interações entre os mandatários locais e regionais para com as massas rurais a eles ligadas através do clientelismo. Era o coronelismo, “fenômeno ligado à formação de poderes locais assentados em uma ampla clientela política”, o qual tinha “por base uma sociedade agrária marcada por fortes diferenciações econômicas e sociais” e com “uma baixa representatividade política”, ou seja, uma “cidadania não plena e cuja reiteração” coincidia “com a afirmação de relações de poder”. Nesse quadro, “a matéria-prima do coronelismo era o voto”, pois “o poder do coronel” não “se baseava apenas na coerção”, já que “o voto era, na verdade, o poder de barganha, de troca, que o eleitor possuía”, uma vez que, “através dele o eleitor” poderia “receber ‘favores’ do coronel”<sup>69</sup>.

Dessa maneira, havia algum espaço para a “possibilidade de barganha e a consideração do voto como uma posse”, que marcava “os eleitores diante dos respectivos chefes”, e que provinha “justamente da multiplicidade de graus da hierarquia”. Ainda assim, “a obtenção dos votos nem sempre se exprimiu pela maneira da barganha”, pois ela se “encontrava inserida numa estrutura de

---

<sup>68</sup> SOUZA, 1982. p. 185.

<sup>69</sup> FRAGOSO, João Luís & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A política no império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 192-193.

dominantes e dominados, em que os dominantes detinham várias formas de poder em suas mãos, inclusive e, principalmente, o econômico”. Além disso, “opressão, violência e crueldade também foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos, tão empregadas e tão usuais quanto os favores e os benefícios”. Nesse sentido, “não era a eleição o momento da escolha dos mais capacitados, e sim, um momento de barganha ou de reciprocidade de dons”, no qual o indivíduo dava “seu voto porque já recebera um benefício”, ou porque esperava “ainda recebê-lo”<sup>70</sup>.

Em tal contexto calcado em uma “uma sociedade” na qual “as relações básicas se haviam regido pela reciprocidade do dom e contradom”, fosse “no interior da mesma camada”, ou ainda “entre camadas de posição socioeconômica diferente, o mesmo modelo” se estendia “ao setor político, no momento em que este” ganhava “amplitude”. Estabelecia-se praticamente como uma regra que “a causa de um chefe” fosse também “a causa dos chefiados, de maneira clara e concreta”. Tal “organização vinha existindo desde a época colonial, com as lutas das parentelas em torno do poder local”, tendo se “estendido ao poder provincial e ao poder nacional depois da independência do país”, e persistindo “depois da proclamação da república, marcando com seu selo a apropriação do poder, em qualquer de seus níveis”. Nessa linha, “‘situação’ e ‘oposição’ haviam constituído no passado as grandes divisões políticas

---

<sup>70</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil Republicano*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. t. 3. v. 1. p. 160-161.

brasileiras, mais importantes do que qualquer ideologia partidária” e permaneceriam “com a mesma profundidade e magnitude depois de instalado o regime republicano”, persistindo “de alto a baixo dos níveis de poder – federal, estadual, municipal”<sup>71</sup>.

Ainda que cada estado tivesse seu lugar em tal modelo político, sua relevância variava de acordo com o seu poderio econômico. Deu-se então o predomínio das oligarquias centrais – paulista e mineira – que se apropriaram do aparelho do Estado em nível federal, pois, “nas antigas províncias não surgiram atividades econômicas capazes de manter alta rentabilidade durante largo período, a exemplo da cafeicultura”<sup>72</sup>, para a qual viriam a ser movidos todos os esforços estatais. Em direção às políticas de Estado protecionistas ao café, que se firmariam no século XX, já se empreendiam os primeiros passos ainda na centúria anterior. Desse modo, diante de sinais de crise na estrutura cafeeira, “foram aparecendo propostas de intervenção governamental, no sentido de reduzir seus efeitos”, de maneira que, “ao longo do tempo, alinharam-se planos pretendendo o monopólio do comércio de exportação pelo Estado, a concessão de empréstimos aos cafeicultores, a fixação de preços mínimos” e “a destruição de parte da produção”. Tais “propostas de intervenção no mercado” não se implementariam de imediato, notadamente por causa da “política de contenção” governamental ao final do século XIX e ao “aumento dos preços

---

<sup>71</sup> QUEIROZ, M. I. P., 1997. t. 3. v. 1. p. 163-164.

<sup>72</sup> PAIM, Antonio. Liberalismo, autoritarismo e conservadorismo na República Velha. In: BARRETO, Vicente & PAIM, Antonio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. p. 204.

internacionais do café reduzindo as dimensões da crise”<sup>73</sup>, mas eram os primórdios de um processo que se consolidaria em pouco tempo, plasmando o modelo predominante do café-com-leite.

Em tal conjuntura, além das revoltas, “marchas e contramarchas políticas, houve no primeiro decênio republicano uma profunda alteração no equilíbrio de forças do país”. Nesse sentido, “imediatamente após a proclamação rompeu-se o imobilismo da política econômica imperial em benefício dos agricultores que tinham de enfrentar os dispêndios de uma produção assalariada”, para “em seguida, com o bafejo ideológico do progressismo e do democratismo modernizante”, ser lançada “uma diretriz ‘industrialista’”, com a qual “se beneficiaram grupos plutocráticos e se evidenciou a estreita ligação entre o patronato republicano e interesses econômicos urbanos”. Ocorreria um “contra-ataque da burguesia agrário-exportadora” e, “nos governos paulistas de Prudente de Moraes e Campos Sales” foi colocado “um paradeiro a tudo isso”, proclamando-se “a ortodoxia monetarista como norma” e preparando-se a ascensão do modelo oligárquico, que se plasmaria com a onda de modernização nos primórdios do novo século. No âmbito de tal processo, “uma vez mais, a ‘revolução’” foi feita “dentro da ordem” a qual já não se definia “pelo ardor cívico de militares, mas pela racionalidade empresária de agricultores aburguesados”,

---

<sup>73</sup> FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil Republicano*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. t. 3. v. 1. p. 213-214.

de modo que “uma nova classe constituíra-se não apenas em bloco de sustentação do poder, mas em segmento dirigente da república”<sup>74</sup>.

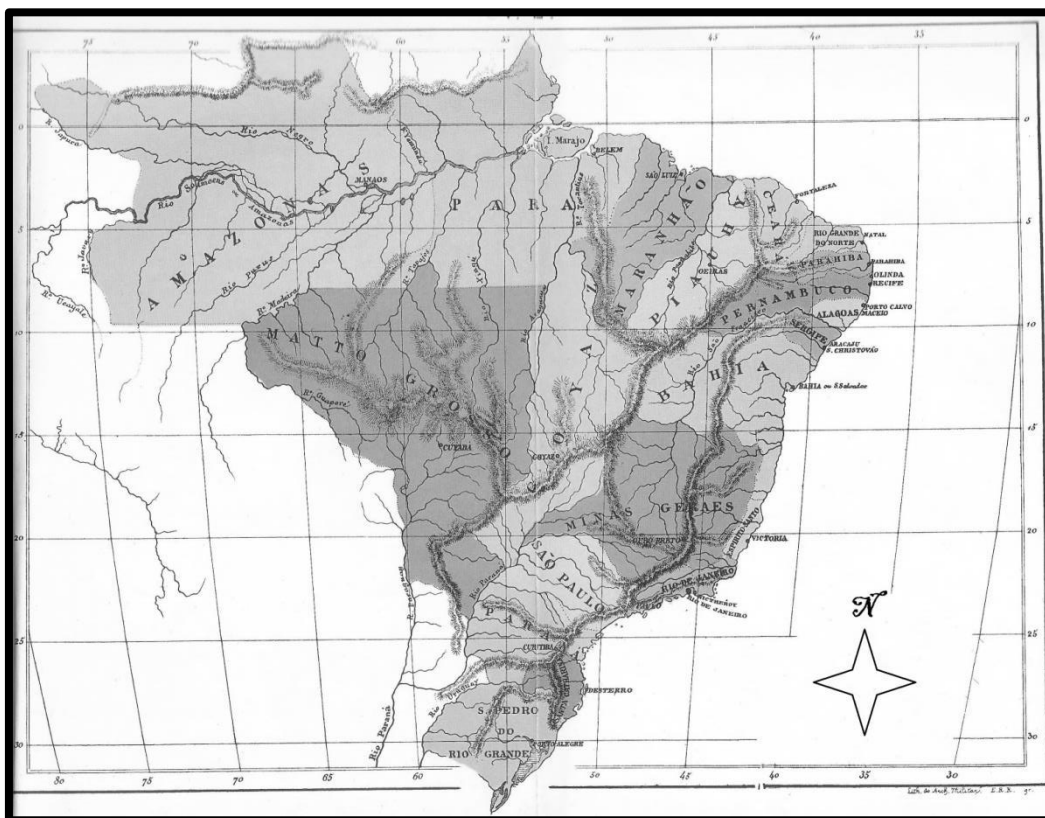
Essa república oligárquica constituiu o modelo federativo mais profundo da formação histórica brasileira, havendo significativa parcela autonomista para cada uma das unidades administrativas. O poder local, nas vilas e cidades, encontrava níveis de certa autonomia variáveis de estado para estado. Quanto ao regional, cada estado tinha ampla autonomia, chegando a haver casos em que o arcabouço constitucional estadual não se coadunava com o federal. Cada estado sob o predomínio oligárquico exercia seu papel na sustentação da política dos governadores, com a predominância das oligarquias centrais e a participação das demais oligarquias consideradas periféricas e, dentre elas, algumas das mais importantes eram a fluminense, a sul-rio-grandense, a baiana e a pernambucana. Tal como acontecera à época da formação do Estado nacional monárquico, quando as unidades administrativas da época colonial, as capitanias, foram transformadas em províncias, com o Estado nacional republicano, as antigas províncias foram simplesmente transmutadas em estados, sem maiores preocupações com as enormes disparidades socioeconômicas, populacionais e territoriais entre eles. O próximo mapa<sup>75</sup> apresenta as vinte antigas províncias brasileiras que foram transformadas em estados a partir da república:

---

<sup>74</sup> CARDOSO, 1997. t. 3. v. 1. p. 36-37.

<sup>75</sup> Adaptado a partir de: SOUZA, Augusto Fausto de. *Estudo sobre a divisão territorial do Brasil*. 2.ed. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988. p. 46-47.

## Unidades administrativas brasileiras à época da transição monarquia - república



Assim o império dera lugar à república e a primeira década sob a nova forma de governo seria extremamente agitada. As disputas pelo poder e/ou para a escolha do modelo empregado na instauração da república, entre os diversos



grupos que se enfrentavam, ultrapassariam o conflito político e chegariam ao enfrentamento bélico, sendo o país agitado pela guerra civil. As drásticas mudanças econômicas levariam à deflagração de uma ferrenha crise financeira que sacudiu os alicerces da nação. A partir do apelo ao capital externo e do conseqüente incremento ao endividamento, o Brasil iria paulatinamente afastando-se do debacle econômico. Já a estabilidade política iria ser obtida a partir de um acordo de legitimação recíproca do poder entre as esferas local, estadual e federal, consolidando-se uma república em moldes oligárquicos. Em tais caminhos percorridos pela novel república americana, haveria encontros e desencontros com a tradicional monarquia europeia, demarcando as interfaces luso-brasileiras verificadas ao longo da última década do século XIX.

## Inter-relações luso-brasileiras

Nas interações entre as diferentes sociedades, normalmente se sobressaem as “relações entre as comunidades políticas organizadas no âmbito de um território, a saber, entre os Estados”. Apesar de tal predominância, também devem ser levadas em conta “as relações entre os povos e entre os indivíduos que compõem tais povos”, observando-se o “intercâmbio de produtos e de serviços”, a “troca de ideias”, o “jogo de influências recíprocas entre as formas de civilização” e as “manifestações de simpatias ou de antipatias”. Dessa maneira, além das “iniciativas ou gestos dos governos, suas decisões e suas

intenções”, torna-se fundamental verificar questões mais amplas, como “as condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva” e “as grandes correntes sentimentais”, as quais constituem “forças profundas que formaram o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, lhes determinaram o caráter”<sup>76</sup>. No âmbito das inter-relações luso-brasileiras na última década do século XIX, vários desses elementos constitutivos ficaram bem demarcados.

Ao “final do século XIX, as ligações ente Portugal e Brasil iam muito além de uma mera identidade resultante de um passado vivido com intensidade”, tendo sido alguns “setores da sociedade portuguesa mais afetados com a instauração da república no Brasil”<sup>77</sup>. O breve período de um decênio, demarcado pelos últimos anos daquela centúria, bem representou um processo marcante de rupturas e justaposições entre Brasil e Portugal. Tais afastamentos e aproximações deram-se a partir de um “complexo processo de construção das identidades nacionais no escopo luso-brasileiro”, no qual ocorreram “fenômenos de demarcação cultural” que atuaram “sobre fenômenos de redefinição do limite histórico entre as nações”, demarcando-se um “papel desempenhado pela temporalidade”. A partir de tal perspectiva, surgiam quadros momentâneos de

---

<sup>76</sup> RENOUVIN, Pierre & DUROSSELE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. p. 5-6.

<sup>77</sup> BRANCATO, 2007. p. 89.

um “Brasil distanciado de Portugal”, para, *a posteriori*, retomarem a conciliação<sup>78</sup>.

Nessa linha, as transformações ocorridas no Brasil acabariam por mover vários dos interesses lusitanos, originando-se duas etapas distintas nas inter-relações entre ambos os países, revelando tendências primeiramente fraturantes e, posteriormente, conciliatórias. Tal conjuntura patenteou “um notável intercâmbio informativo e uma circulação permanente de ideias entre os distintos polos de relacionamento”, vindo a redundar “no estabelecimento de paralelos políticos e ideológicos e de exercícios históricos comparativos a pretexto dos acontecimentos respectivos”. De acordo com tal perspectiva, “a crônica dos acontecimentos brasileiros, ao final do século XIX, foi um assunto que mobilizou o interesse do público leitor português”<sup>79</sup>, estabelecendo-se um processo bem caracterizado pela ação do jornalismo luso. A própria proclamação da república, em 1889, as duas primeiras grandes crises republicanas, em 1891 e 1893, a ruptura diplomática brasileiro-lusitana, em 1894, o reatamento de tais relações, em 1895, as tratativas luso-britânico-brasileiras na Questão da Ilha da Trindade, em 1896, e as comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil em 1900, viriam a constituir elementos

---

<sup>78</sup> PAREDES, Marçal de Menezes. A assunção escalar da nação: historicidade e fronteiras culturais no percurso luso-brasileiro. In: PAREDES, Marçal de Menezes (org.). *Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 170 e 173.

<sup>79</sup> PAREDES, Marçal Menezes. *Configurações luso-brasileiras: fronteiras culturais, demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)*. Coimbra: Novas Edições Acadêmicas, 2013. p. 18-19.

constitutivos bem característicos dessas diferentes etapas nas relações entre a jovem república e a velha monarquia.

A instauração “da república no Brasil afetou as relações luso-brasileiras” durante significativa parte dos anos 1890. À “época de consolidação do novo regime” brasileiro, “Portugal também enfrentou um período de instabilidade política”, e, ainda que o governo lusitano tenha buscado manter uma política “com o objetivo de não comprometer as boas relações com o Brasil, estas foram, contudo, estremecidas”. Nesse âmbito, “as remessas dos imigrantes portugueses estabelecidos no Brasil ao tempo da implantação da república compunham elemento essencial de equilíbrio financeiro do país”, fosse quanto “ao orçamento doméstico de grande parcela da população”, ou no que tange às “flutuações da balança de pagamentos”. Tal relação advinha do fato que os “portugueses enviavam dinheiro para seu país de origem para auxílio de seus familiares”, e “para ajudar na construção de escolas, hospitais e outras obras sociais”, ou ainda “para *salvar* parte de sua renda”. Tal “mecanismo deu origem aos chamados ‘*brasileiros*’, que eram emigrados que regressavam a seu país, onde desfrutariam das benesses de poupanças ganhas durante sua estada no Brasil”<sup>80</sup>.

Assim, ao “final do século XIX, as relações bilaterais” brasileiro-lusitanas “eram marcadas pelas ligações econômico-financeiras, principalmente devido ao expressivo número de emigrantes portugueses estabelecidos no Brasil”. A partir da “proclamação da república houve um temor generalizado em Portugal

---

<sup>80</sup> CERVO, Amado Luiz. O século XIX. In: ALVES, Dário Moreira de Castro (org.). *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 201-202.

de que os ingressos vindos até então do Brasil sofressem uma diminuição, num momento bastante difícil para a economia e as finanças portuguesas”. Dessa maneira, “o abalo decorrente da nova situação vivida pelo Brasil fatalmente afetaria os investidores portugueses”, os quais já se encontravam “fragilizados pelas sucessivas crises que se agravaram com a questão africana”. Nesse quadro, “a proclamação da república no Brasil repercutiu intensamente em Portugal, tanto por razões de ordem política como econômica”<sup>81</sup>.

A partir de tal contexto, “a crise provocada pelo decréscimo de cerca de 80% da entrada de divisas do Brasil duplicou o déficit público em Portugal”. Tal “queda das remessas deveu-se não somente à do montante dos valores remetidos, mas da combinação dessa variável com uma baixa acentuada do câmbio que desvalorizava a moeda brasileira”. Diante desse quadro, ocorreria “em Portugal, uma corrida aos bancos, a decretação da moratória geral e a suspensão momentânea da conversibilidade da moeda”. Essa crise se agravava tendo em vista que “as finanças públicas portuguesas e a estabilidade monetária dependiam em boa medida do ardiloso esquema *emigração – remessa*”, além do que, tal sistema “também comandava o comércio exterior da antiga metrópole”, uma vez que o mercado brasileiro era responsável pela absorção de mais de um quarto das exportações lusitanas<sup>82</sup>.

No “quadro caótico” em que se via envolvida a nação portuguesa, “os recursos vindos do Brasil surgiam como verdadeira válvula de escape, ainda

---

<sup>81</sup> BRANCATO, 2007. p. 96, 98 e 106.

<sup>82</sup> CERVO, 2000. p. 203.

que limitada, para as precariedades e carências portuguesas”. A nova forma de governo “poderia criar algum embaraço no envio” daqueles valores e “tal fator, desde o início, preocupou os lusitanos”. As dificuldades financeiras da “jovem república só viriam a confirmar tais expectativas, escasseando cada vez mais a quantidade de dinheiro advindo da América”. Além dessa questão, com o “recrudescimento da lusofobia” foi criado “verdadeiro pânico entre os portugueses que cada vez mais tinham receios quanto à sorte, à segurança e aos interesses da colônia lusa no Brasil”. Isso se agravava tendo em vista “a recepção à família imperial” em solo luso, e “as constantes acusações de sebastianismo, supostamente apoiado por portugueses”, fatores que serviam “para azedar ainda mais essas inter-relações”. Como em uma “resposta ao anti-lusitanismo, parte da nação portuguesa, ferida em seus brios nacionalistas, também se manifestou contrariamente aos brasileiros”, enfatizando que eles estariam “em dívida de gratidão, pela ‘herança civilizatória’ que haviam recebido de sua antiga metrópole”<sup>83</sup>.

Aos fatores de natureza econômica somavam-se os de cunho político. Em Portugal, as esperanças na monarquia e no monarca pareciam se esvaecer, de modo que poderia aguçar-se o questionamento de que se “ruíra o império no Brasil, por que não haveria também de proscrever-se o outro ramo dos Bragança” no continente europeu. Dessa maneira, “começava a levedar, na massa dos descontentamentos sem forma, o fermento da primeira aspiração

---

<sup>83</sup> ALVES, Francisco das Neves. *Olhares impressos – a república brasileira sob o prisma da imprensa lusitana: repercussões e ruptura diplomática (1889-1895)*. Lisboa: ICES, 2012. p. 294-295.

republicana”. Era um ponto de partida para o incremento do movimento republicano que ganhava novas forças a partir da transição brasileira. Além disso, a característica agitação da transição, com as “perturbações políticas no Brasil e a guerra civil, fazendo baixar o câmbio brasileiro, tinham em Portugal as mais perturbadoras repercussões”<sup>84</sup>.

Com a república no Brasil, os republicanos lusos passaram a atuar “alimentando luta cerrada contra” os monarquistas, aproveitando “para urdir, a propósito da revolução brasileira, fortes ataques aos governos monárquicos e à sua política”. Junto à “opinião pública portuguesa, face ao Brasil República,” era ressaltado “o confronto ente dois tipos de posições que, a partir de determinada altura, se tornaram irreduzíveis”. Um deles era “o desejo, por parte dos republicanos, de emancipação e sucesso do novo regime político brasileiro”, vindo a afrontar “às críticas sobre a forma e o momento em que foi implantada a república e consequente deposição do imperador”. Entretanto, “tal viragem” era “tida pelos monárquicos portugueses como uma autêntica ‘inversão histórica’ do Brasil”. Em tal antagonismo salientava-se “ainda o desassombro demonstrado pelos republicanos” lusos, refletindo “já um fervoroso empenho na propaganda que soava como ‘solução da pátria moribunda’”. Nesse quadro, eram “frequentes as acusações à família política monárquica da vontade sebastianista do regresso à situação anterior ao 15 de Novembro de 1889”<sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> GUEDES, 1935. v. 7. p. 420 e 426.

<sup>85</sup> GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro. Ressonâncias em Portugal da república no Brasil (1889-1895). In: HOMEM, Amadeu Carvalho et al. (coord.). *Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. p. 118 e 128.

Desse modo, “em Portugal verificou-se um recrudescimento da propaganda republicana que tinha no Brasil um exemplo positivo”. Assim, “o ideário republicano deste país invadiu a publicidade das ideias” a partir das quais ficou demarcada “a sua influência” trazendo “como consequência a sua consolidação em Portugal”<sup>86</sup>. Nesse sentido, ao final do século XIX, quando “a decadência geral” mais se evidenciava, o republicanismo luso, “de olhos postos no exemplo revolucionário vindo do Brasil em 1889”, abandonaria “a sua estratégia doutrinária” e enveredaria “por uma fase bélica, propondo a força das armas como solução derradeira para resgatar a pátria”<sup>87</sup>. Tais agitações acabariam, por relações de causa e efeito no que tange ao antagonismo entre as recíprocas formas de governo, levando a certas indisposições entre ambos os países, cuja tendência foi se aprofundarem cada vez mais.

---

<sup>86</sup> BARBOSA, Luísa Gonçalves Teixeira. *O ideário republicano nas relações Brasil / Portugal, 1880-1891*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002. p. 181.

<sup>87</sup> GOMES, Antônio Martins. O exemplo do Brasil no crepúsculo da monarquia portuguesa. In: *Navegações*. Porto Alegre: PUCRS, 2010. v. 3. n. 2. p. 164.



**DIÁRIO O ILUSTRADO**

**LISBOA**  
Domingo 8 de dezembro de 1889


Numero 5-99

**ASSIGNATURA EM LISBOA**  
18.º anno  
1 mes... 300 reis  
3 meses... 900 "  
6 "  
1 anno... 3600 "  
Comprehende o ensino de Grammatica, de litteratura, de historia, de geographia, de physica, de matematica, de musica, de desenho, de gymnastica, de escriptura, de contabilidade, de lingua franceza, de lingua italiana, de lingua castelhana, de lingua gallega, de lingua catala, de lingua galega, de lingua portugueza, de lingua castelhana, de lingua gallega, de lingua catala, de lingua galega.

**ASSIGNATURA NAS PROVINCIAS**  
1 mes... 240 reis  
3 meses... 720 "  
6 "  
1 anno... 2880 "  
Comprehende o ensino de Grammatica, de litteratura, de historia, de geographia, de physica, de matematica, de musica, de desenho, de gymnastica, de escriptura, de contabilidade, de lingua franceza, de lingua italiana, de lingua castelhana, de lingua gallega, de lingua catala, de lingua galega, de lingua portugueza, de lingua castelhana, de lingua gallega, de lingua catala, de lingua galega.

**18.º anno**  
1 mes... 300 reis  
3 meses... 900 "  
6 "  
1 anno... 3600 "  
Comprehende o ensino de Grammatica, de litteratura, de historia, de geographia, de physica, de matematica, de musica, de desenho, de gymnastica, de escriptura, de contabilidade, de lingua franceza, de lingua italiana, de lingua castelhana, de lingua gallega, de lingua catala, de lingua galega, de lingua portugueza, de lingua castelhana, de lingua gallega, de lingua catala, de lingua galega.

**O IMPERADOR D. PEDRO**



publicação monarquista, o *Diário Ilustrado* divulgava a mudança da forma de governo no Brasil pelo prisma do imperador decaído

**DIÁRIO ILUSTRADO**

ASSIGNATURA EM LISBOA  
 1 ano 200 reis  
 6 meses 100  
 3 meses 50  
 Anonimato e outras vantagens em administração.

LISBOA  
 Segunda feira 9 de dezembro de 1889

ASSIGNATURA NAS PROVINCIAS  
 3 meses, pagamento adiantado... 1200  
 A correspondência deve ser dirigida ao Redactor de Helder Carreiro Fagundes, travessa da Quinze de Maio, 15, Lisboa.

Numero 5.992

o numero telefonico do jornal e 462.

**A BARRA ESTABA**  
 A barra estaba de hoje representa a primeira de Barco, e foi por vontade da vice-rei de Lisboa em 1888. A barra estaba de hoje representa a primeira de Barco, e foi por vontade da vice-rei de Lisboa em 1888. A barra estaba de hoje representa a primeira de Barco, e foi por vontade da vice-rei de Lisboa em 1888.

**Revolucao Brasileira**  
 A revolucao brasileira foi um movimento popular que se iniciou em 1888, com o objetivo de acabar com o regime monarquico e estabelecer a republi-

**Ata com o barão de Ladario**  
 O barão de Ladario, um dos mais importantes membros da familia real, foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Proclamação do governo provisório**  
 O povo, o exercito e a armada nacional, em perfeita concordancia, proclamam a republi-

que desapareceu lentamente durante a guerra, e a sua reconstrução é uma tarefa árdua.

Alguns officios da armada, logo que vieram por terra, e em consequencia da guerra, foram destruidos, e a sua reconstrução é uma tarefa árdua.

liberdade, da fraternidade e da justiça.

Wandelin, ministro da marinha, foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Quesião da subvenção ao imperador**  
 O imperador foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Na Bahia**  
 Na Bahia não foram feitos muitos progressos, e a situação politica é muito complicada.

o povo, o exercito e a armada nacional, em perfeita concordancia, proclamam a republi-

Wandelin, ministro da marinha, foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Quesião da subvenção ao imperador**  
 O imperador foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Na Bahia**  
 Na Bahia não foram feitos muitos progressos, e a situação politica é muito complicada.

**Proclamação do governo provisório**  
 O povo, o exercito e a armada nacional, em perfeita concordancia, proclamam a republi-

Wandelin, ministro da marinha, foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Quesião da subvenção ao imperador**  
 O imperador foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Na Bahia**  
 Na Bahia não foram feitos muitos progressos, e a situação politica é muito complicada.



OS IMPERADORES DO BRASIL E SEU NETO O PRINCE D. PEDRO AUGUSTO

o povo, o exercito e a armada nacional, em perfeita concordancia, proclamam a republi-

Wandelin, ministro da marinha, foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Quesião da subvenção ao imperador**  
 O imperador foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Na Bahia**  
 Na Bahia não foram feitos muitos progressos, e a situação politica é muito complicada.

**Proclamação do governo provisório**  
 O povo, o exercito e a armada nacional, em perfeita concordancia, proclamam a republi-

Wandelin, ministro da marinha, foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Quesião da subvenção ao imperador**  
 O imperador foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Na Bahia**  
 Na Bahia não foram feitos muitos progressos, e a situação politica é muito complicada.

o povo, o exercito e a armada nacional, em perfeita concordancia, proclamam a republi-

Wandelin, ministro da marinha, foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Quesião da subvenção ao imperador**  
 O imperador foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Na Bahia**  
 Na Bahia não foram feitos muitos progressos, e a situação politica é muito complicada.

**Proclamação do governo provisório**  
 O povo, o exercito e a armada nacional, em perfeita concordancia, proclamam a republi-

Wandelin, ministro da marinha, foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Quesião da subvenção ao imperador**  
 O imperador foi acusado de ter participado em um comploto para manter a monarquia.

**Na Bahia**  
 Na Bahia não foram feitos muitos progressos, e a situação politica é muito complicada.

Diário Ilustrado e a opção por apresentar a república sob o viés monarquista

# BRASIL E PORTUGAL: INTER-RELAÇÕES AO FINAL DO SÉCULO XIX

NONO ANNO — N.º 2.792 Numero avulso 10 réis Domingo 17 de novembro de 1889

---

Gerente: — ANSELMO XAVIER

**PUBLICAÇÕES**  
Francos Por Linha

Abasto do escritório ..... 60 réis  
Na secção d'annuncios ..... 50 "

Recibem-se no escritório da redacção e administração, e em Paris, na Agencia Harpin, 8 Place de la Bourse.

A correspondencia relativa á administração deve ser dirigida ao Administrador, e a relativa á redacção ao Director PUNZON.

Os autographos recebidos não se restituem.

Redacção, RUA FORMOSA, 45 — Lisboa  
Numero do telephono, 242

# O SÉCULO

Redactor principal — MAGALHÃES LIMA

Administrador: — J. J. DA SILVA GRAÇA

**ASSIGNATURAS**  
PARA O INTERIO ABASTADO

Litros: — Um mez, 250 réis. — Tres mezes, 750 réis. — Seis mezes, 1250 réis. — Um anno, 2500 réis.

Provincias, Ilhas adjacentes, Africa Occidental e Hespanha: — Tres mezes, 750 réis. — Seis mezes, 1250 réis. — Um anno, 2500 réis.

Em todos os demais territorios da unido parisi — Seis mezes, 1250 réis. — Um anno, 2500 réis.

Assigna-se na administração do jornal e nas estações telegrapho-postaes.

Administrador, RUA FORMOSA, 45 — Lisboa  
Endereço telegraphico: SÉCULO, Lisboa.

---

## VIVA A REPUBLICA BRAZILEIRA!

O SÉCULO enviou hontem o seguinte telegramma:---Quintino Bocayuva, Rio de Janeiro.--- Saudamos a nascente republica.---**SECULO.**

**A Republica do Brazil**

Acaba de ser finalmente proclamada no Brazil a im-

**A republica brasileira**

Azarentados com a noticia da proclamação d'un governo provisório do Brazil, sabido d'uma revolução republicana, os jornaes monarchicos fingem não comprehender o successo, e como se a monarchia constitucional não fosse fundamentalmente um governo de transição, e tivesse o caracter de estabilidade dos systems

siismo, sendo o erador, ao terminar, multo vistoriado.

Foi hauido muitas adhesões.— Valentin Sobrinho, secretario do Club Republicano de Macahé. \* \* \*

Mas isto poderá dizer-se que não passa d'un movimento politico, particular a um partido, sem radiação para publico.

Mas outro jornal nota que teve grande descontentamento no exercito, victimado

perança vem da minha consciencia, que me diz que estando sempre prompto a pugnar pelos direitos e interesses dos officiaes e praças sob meu commando, as minhas ordens serão sempre respeitadas.

—Dr. Antonio José de Amaral, brigadeiro commandante. \* \* \*

Ahi saído os motivos em parte determinantes dos successos de hoje.

O ministerio liberal foi obrigado a es-

Londres, 16. á 1 h. e 30 m. da manhã.

New-York, 15. 1.—Uma casa commercial recebeu um telegramma do Rio de Janeiro, dizen-do que retondava a uma revolução. O exercito brasileiro vigia os negocios. O ministerio deu a sua demissão. O fim da revolução seria o res-

o republicano *O Século* e a saudação à mudança na forma de governo do Brasil

N.º 403 LISBOA — Sabbado 16 de novembro de 1889 Anno II

---

# OS DEBATES

---

Condições d'Assignatura.—Continente, Ilhas adjacentes e Africa Occidental, anno 12000 réis; semestre 6500 réis; trimestre, 3500 réis.—Africa Oriental e Brazil (incluindo forte), anno, 6500 réis; semestre, 3500 réis.—Para os demais paizes accresce o porto do correio.—Redacção e administração.—Rua S.ºcra. Pinta, 44. 2.º. E. pa. 1.º.º. 44. 2.º. Equipado.

---

## Proclamação da Republica no Brazil

# Viva a Republica!

Foi proclamada a Republica no Brazil. O povo brasileiro, esse povo nosso irmão pela raça, pelo idioma, pelas tradições e pelo temperamento, acaba de dar ao mundo um grande exemplo e de praticar um acto nobilissimo de patriotismo e de justiça. Siga Portugal o seu exemplo.

Os monarchicos reconheceram por fim que não podiam por mais tempo lutar contra a democracia.

Aprendam todos n'esta grande lição.

A monarchia é uma affronta para os povos livres.

Hurrah pelo Brazil!

Viva a Republica!

Abaixo a monarchia, que é o governo dos corruptos!

sob o viés republicano, *Os Debates* vibra com a chegada da república



a "instantaneidade" da república no Brasil de acordo com o *Pontos nos ii*



a dama republicana desbanca D. Pedro II, na concepção de *A Comédia Portuguesa*



a queda da monarquia no Brasil e a sua manutenção em Portugal, na visão do *Charivari*

A partir de tal contexto, as relações lusas “com o Brasil atravessaram algumas vicissitudes, sendo que a proclamação da república neste país” teve entre os portugueses “onímodas repercussões, cujos efeitos se fizeram sentir por muito tempo”. Nessa época, Portugal era “assoberbado por profunda crise a que a mudança de regime político no Brasil” não fora “alheia em alguns dos componentes essenciais daquela”. À crise lusitana “foi acrescida a incidência de um Brasil saído da revolução republicana, cuja influência funcionou com caráter cumulativo e de poderoso catalisador do descalabro financeiro português”, o qual ficaria “definido pela ruptura da tríade de variáveis macroeconômicas”, ou seja, “déficit da balança comercial, déficit das contas do Estado e transferência de capital Brasil-Londres-Lisboa”<sup>88</sup>.

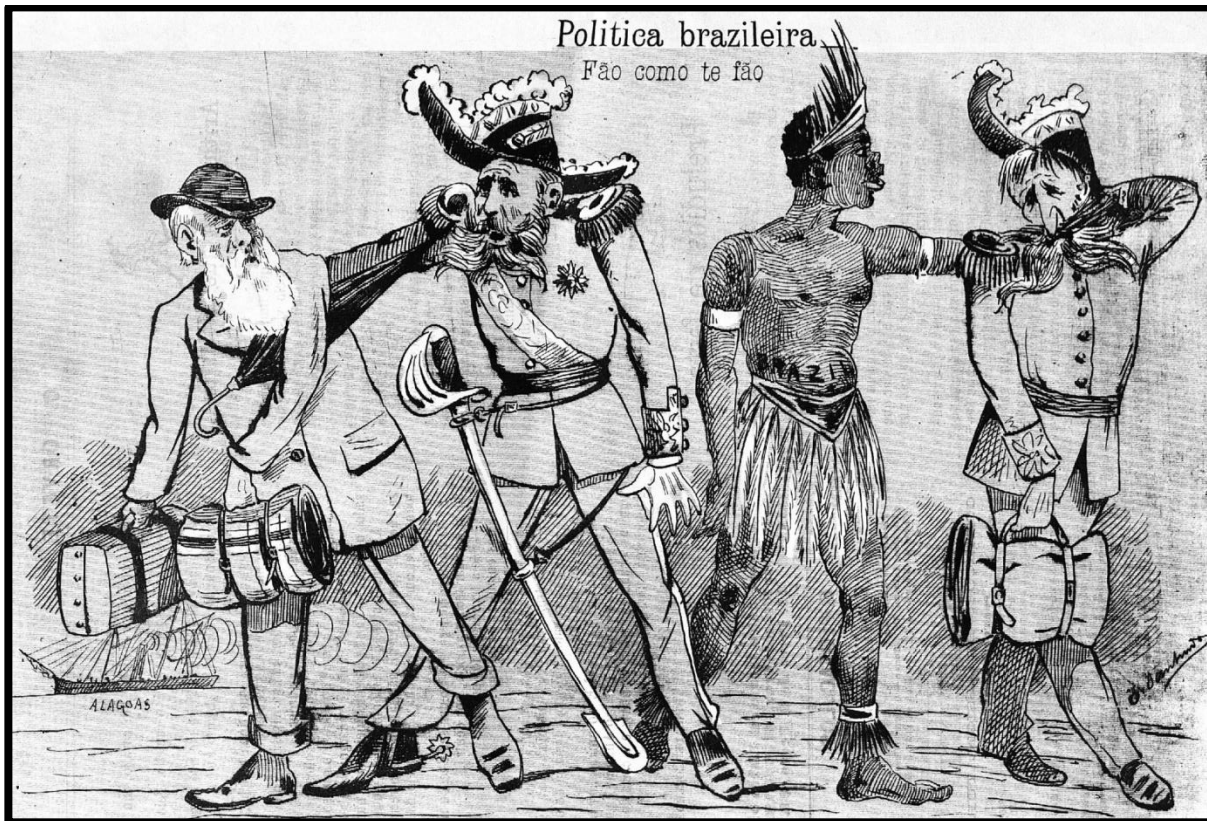
Tais perspectivas negativas no andamento das inter-relações luso-brasileiras seriam ainda mais agravadas com o aprofundamento da crise da jovem república desencadeado a partir do ano de 1891. Dava-se então, uma “desconfiança recíproca, consequência da mudança de instituições políticas no Brasil e da fragilidade da legitimidade do governo português”. Nesse quadro, os governantes brasileiros desconfiavam “dos representantes de um regime monárquico”, e as autoridades lusas duvidavam “dos representantes republicanos no seu território”. De acordo com tal perspectiva, “as vicissitudes das políticas internas” acabariam por “causar interferências nas relações” entre

---

<sup>88</sup> GONÇALVES, 2007. p. 110-111.



as duas nações, sobretudo por ocasião de “períodos de transição institucional e econômica”<sup>89</sup>.

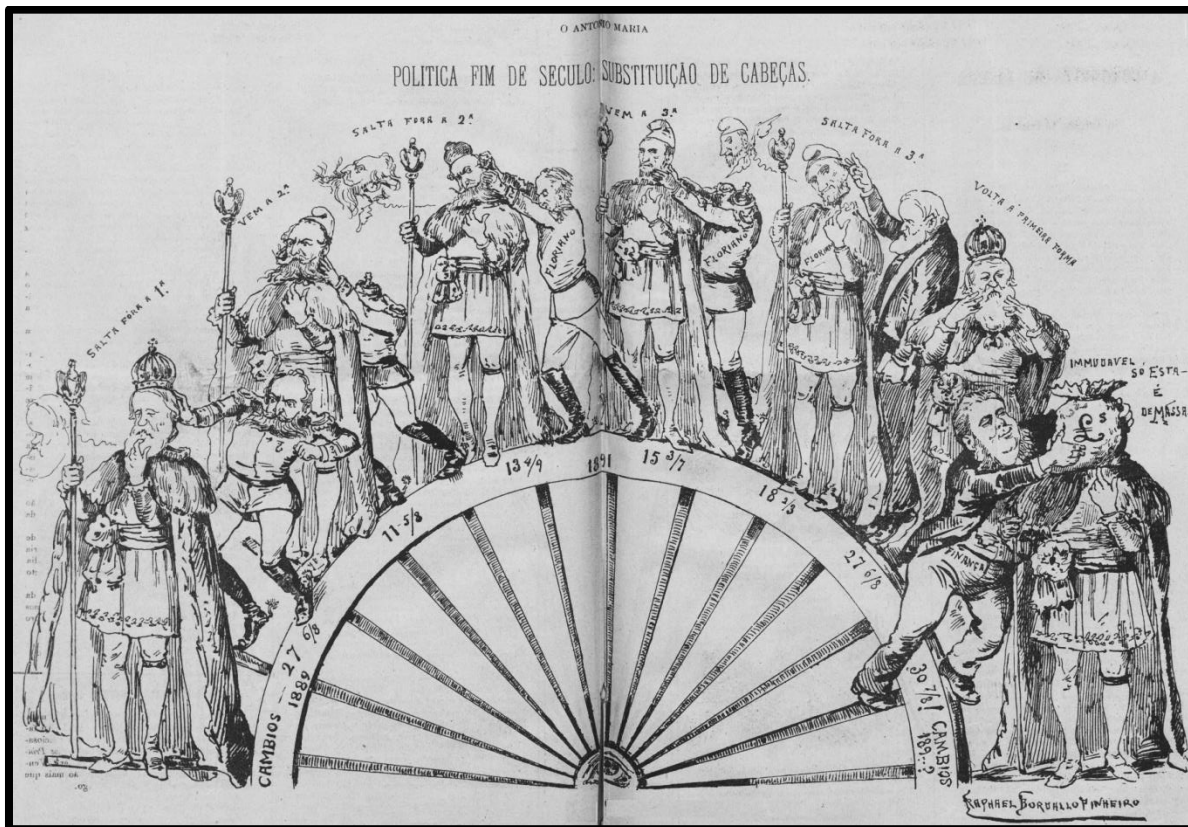


a instabilidade no poder no Brasil de acordo com *O Sorvete*

<sup>89</sup> FERREIRA, Marie-Jo. Transição à república no Brasil e relações diplomáticas Brasil – Portugal. In: LEITE, Renato Lopes (org.). *Cultura & poder: Portugal – Brasil no século XX*. Curitiba: Juruá, 2003. p. 121.



BRASIL E PORTUGAL: INTER-RELAÇÕES AO FINAL DO SÉCULO XIX



a extrema alternância no poder no Brasil segundo o *Antônio Maria*



a perspectiva chistosa do *Charivari* acerca das quedas de governantes no Brasil

Assim, os primeiros anos da década de 1890 representaram o ápice do “abalo causado” pela instauração da república no Brasil junto à comunidade lusa, tanto no “nível cimeiro dos notáveis da política”, quanto “em termos mais fundos, porque à mudança do regime político brasileiro sucedeu uma gravíssima crise econômico-financeira”, a qual “reclamou fortes restrições cambiais e, conseqüentemente, afetou as fontes brasileiras da balança de pagamentos portuguesa”. Essas “circunstâncias exerceram forte influência nas dificuldades financeiras experimentadas em Portugal a partir de 1891-1892”.

Além disso, “a queda dos Bragança do Brasil também trazia, para alguns meios portugueses, mais um motivo de desânimo”, uma vez que, “com ela desaparecera a originalidade portuguesa da secessão brasileira”, a época da independência e “o Brasil tornara-se uma república, como todos os outros Estados das Américas”<sup>90</sup>.

Já “do lado brasileiro, a vida política após 1889, pejada de golpes militares e revoltas regionais, caracteriza-se por profunda instabilidade e pelo concomitante descalabro financeiro”. A isso se somava “a queda do preço do café”, tornando “incontrolável a baixa do câmbio da moeda brasileira sobre a praça de Londres”. Nesse quadro, acirradamente a partir de 1891, se evidenciaria ainda mais “a inequívoca importância da evolução cambial brasileira para Portugal”, ficando demarcada uma “decisiva influência da realidade econômica e financeira do Brasil, nomeadamente a sua evolução cambial, no quantitativo das disponibilidades de ouro” com o qual Portugal, “anualmente podia contar, ou seja, à baixa do câmbio brasileiro” correspondia “à diminuição simultânea das remessas enviadas pelos emigrantes” lusos no Brasil, cujo papel era “primordial no equilíbrio financeiro português”. Desencadeou-se, então uma ruptura na “balança de pagamentos” portuguesa “face à drástica redução do valor dessas remessas, no período de 1889 a 1891”, bem como uma crise que “teve efeitos bem mais duradouros do que os das ocasiões anteriores”<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História diplomática de Portugal*. Lisboa, Editorial Verbo, 1986. p. 522-523.

<sup>91</sup> GONÇALVES, 2007. p. 111-114.

Em tal contexto, no Brasil, “as consequências da febre de negócios no célebre período do Encilhamento, precipitou a especulação nas bolsas de valores, a alta do custo de vida e a criação de muitas empresas, algumas delas fantasmas” e “o ápice da crise ocorreria a partir de 1891 com uma sucessão de falências bancárias e de empresas, além da queda do valor da moeda brasileira”. Todos esses “percalços no campo econômico-financeiro, somados às razões de ordem política, iriam retardar a normalização das relações bilaterais entre Portugal e Brasil”<sup>92</sup>. Nessa perspectiva, na conjuntura lusitana, “a balança de pagamentos após 1891, ao confrontar-se com a exportação maciça de ouro”, registrava “uma súbita alteração do seu saldo”, confirmando “a elevada escassez de liquidez internacional da economia portuguesa”. Dessa maneira, “apesar da crise que assoberbou Portugal, em 1891-1892, se inserir num contexto internacional de crise”, os acontecimentos no Brasil teriam “um caráter cumulativo”, funcionando como fator de incremento à crise lusa<sup>93</sup>.

Além de tais questões de ordem econômico-financeira, persistiram também os possíveis entraves quanto à divergência no que tange à forma do governo. Nesse sentido, as preocupações do governo luso em relação a algum possível mal-estar nas relações entre a tradicional monarquia e a jovem república ficavam expressas nas determinações repassadas, em maio de 1891 “ao Conde de Paço d’Arcos, Carlos Eugênio Corrêa da Silva, o primeiro representante” luso “credenciado perante o novo regime político”. Dentre as

---

<sup>92</sup> BRANCATO, 2007. p. 100.

<sup>93</sup> GONÇALVES, 2007. p. 128.

funções essenciais do diplomata, estava a de “preservar os laços entre as nações como se fossem familiares”, pois, ainda que “as relações entre Portugal e a sua antiga colônia sofressem uma profunda alteração com a queda da dinastia imperial, tão proximamente ligada à augusta Casa de Bragança”, subsistiriam, “contudo, entre os dois povos, vínculos de sangue, de língua e de tradições” que deveriam “bastar para dar às suas boas relações e ao seu mútuo respeito e estima uma base larga e inabalável”. Eram ainda indicações feitas ao representante a de “não se ingerir em assuntos internos do outro país”; buscar “estreitar os vínculos” e “tornar cada vez mais cordiais os laços entre os dois países”, respeitando “o governo que escolheu o povo brasileiro” e obtendo “igual respeito e completa abstenção em relação às instituições políticas de Portugal”; e “conservar a colônia portuguesa como um patrimônio nacional”<sup>94</sup>.

Essas apreensões das autoridades públicas viriam a se revelar bem fundadas, notadamente a partir do espírito de desacerto que se expandiria desde 1893 por ocasião da guerra civil brasileira. A instauração da república no Brasil “passou por uma série de sobressaltos de ordem política”, cuja gênese estava na “disputa pelo poder e conseqüente controle da máquina burocrático-administrativa e/ou por discrepâncias quanto aos rumos que deveria seguir” a forma de governo recém-inaugurada. Alguns desses conflitos acabariam por redundar “em diversos focos revolucionários que abalaram a estabilidade da incipiente república”. Dentre tais confrontos, um dos mais marcantes foi a Revolta da Armada, que espocou em 6 de setembro de 1893 e cuja origem esteve

---

<sup>94</sup> CERVO, 2000. p. 208.

“ligada às pretensões presidenciais de seu líder, o almirante Custódio de Melo, bem como a rivalidades entre o exército e a marinha”, que se agravaram “após a proclamação da república, sendo o objetivo central da revolta a derrubada do marechal Floriano Peixoto”. Tal rebelião ficaria “concentrada na Baía da Guanabara, onde passaria à liderança do almirante Saldanha da Gama”, este com tendências antirrepublicanas mais evidenciadas, “a 9 de dezembro de 1893, permanecendo ali isolada em constantes e mútuas ameaças de bombardeio entre revoltosos e governistas”<sup>95</sup>.

Não atingindo seus intentos no Rio de Janeiro, “a Revolta da Armada avançaria rumo ao sul do país, em direção à Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul”, locais em que viria a desenvolver-se “uma aliança com outro foco rebelde de então, a Revolução Federalista”. A virada para 1894 seria decisiva “para a derrota revolucionária, notadamente após o asilo de Saldanha da Gama” e seus comandados, “em março, resultando em grande número de rebeldes refugiados no Prata e, em menor quantidade, em Portugal”. Além disso, as forças comandadas por Custódio de Melo foram derrotadas “no litoral rio-grandense, restando também o refúgio na região platina”. Nesse quadro, “um dos elementos constitutivos mais importantes da Revolta da Armada foi a intervenção de nações estrangeiras”, que possuíam embarcações no litoral do Rio de Janeiro ao estourar o processo revolucionário, representando tal ato um fator que “acabaria


---

<sup>95</sup> ALVES, Francisco das Neves. *Cinco ensaios de História das Relações Internacionais do Brasil*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 87-88.

por interferir diretamente no resultado do conflito, contribuindo em larga escala para o seu desenlace final”<sup>96</sup>.

---

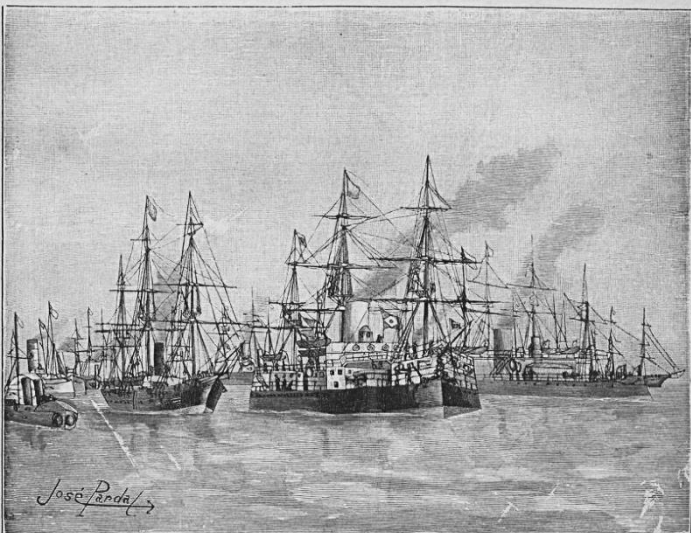
<sup>96</sup> ALVES, Francisco das Neves. A ruptura Brasil – Portugal à época da Revolta da Armada. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 1998. v. 24. n. 2. p. 232.



REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno 36 n.ºs	Semest. 18 n.ºs	Trim. 9 n.ºs	N.º a entrega	16.º Anno — XVI Volume — N.º 534	Redacção — Atelier de Gravura Administração Lisboa, L. do Paço Novo, entrada pela T. do Convento de Jesus, 4
Portugal (franco de porte, n.º curto)	38000	19000	6500	6120	21 DE OUTUBRO DE 1893	Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empresa do Occidente, onde o que não seccao attendido. — Editor responsavel, Castano Alberto da Silva.
Possessões ultramarinas (littera)	48000	24000	—	—		
Extrang. (unido geral dos correios)	54000	27000	—	—		

OS ACONTECIMENTOS NO BRAZIL



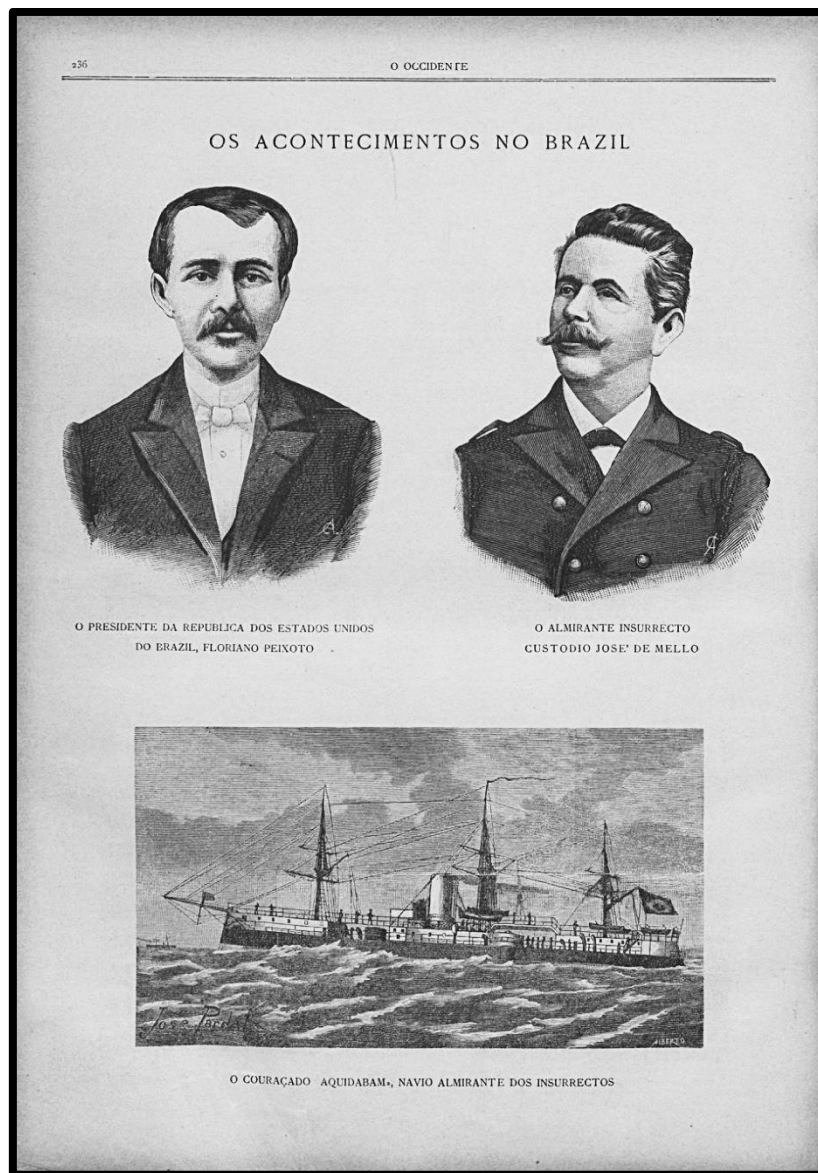
TRAJANO                      AQUIDABAN                      JAVARY                      GUANABARA

**A ESQUADRA INSURRECTA**

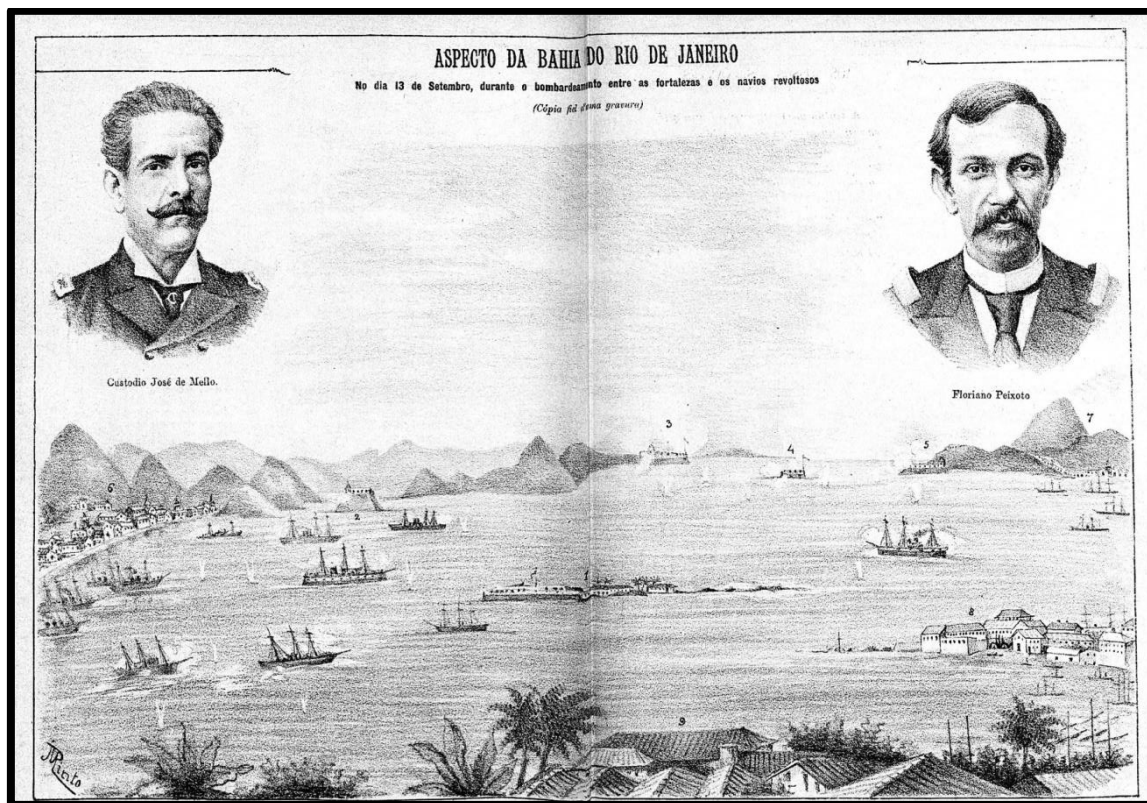
(Desenho pelo sr. José Pardal)

a revolta brasileira de 1893 apresentada por *O Occidente*





a revolta brasileira de 1893 apresentada por *O Ocidente*



a revolta brasileira de 1893 de acordo com o *Charivari*

A representação lusa no Brasil teria um papel significativo na intervenção estrangeira. Tendo em vista o confronto bélico, "Portugal enviou ao Rio de Janeiro navios de guerra para a eventualidade de ter de dar proteção a seus nacionais, como procederam outros países", chegando ao litoral fluminense, as corvetas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque*. Naquele momento,

“a legação portuguesa tornou-se logo o centro da articulação estrangeira que se operava pela diplomacia e pela esquadra postada na Baía da Guanabara”. Nesse quadro, “foi na casa do Conde de Paço d’Arcos que se reuniram os ministros das nações estrangeiras” as quais possuíam embarcações surtas na costa do Rio de Janeiro. O representante português receberia de seu governo instruções de buscar manter a isenção “diante do conflito interno brasileiro”, sem descuidar dos interesses dos súditos portugueses<sup>97</sup>.

Tal posição governamental lusitana prendia-se ainda ao esforço de manter as boas relações com o Brasil. Assim, se o advento da república no Brasil fermentara “o gérmen da suspicácia em certos meios culturais portugueses, a sondagem feita ao mundo das relações diplomáticas entre os dois países” levava à constatação de “um ‘acordar’ repentino de Portugal”, levando-o “a um ‘delírio de intercâmbio’ e à vontade, quase à viva força, de uma aproximação com o Brasil”. Entretanto, “do lado brasileiro”, passava-se “justamente o contrário”, ou seja, do “exacerbar do nativismo lusófono” adviria “uma política que acentuou o eixo Brasil – Estados Unidos em detrimento do europeu”. Desse modo, “com a guerra civil que envolveu o Brasil entre 1893-1894, as relações político-diplomáticas com Portugal” iriam “acentuar um processo larvar conducente à ruptura diplomática, com efeitos altamente negativos para Portugal”<sup>98</sup>.

---

<sup>97</sup> CERVO, 2000. p. 215-216.

<sup>98</sup> GONÇALVES, 2007. p. 129.

Com a deflagração da Revolta da Armada, “começaram as tratativas tendo em vista o estabelecimento de princípios que limitassem as atividades bélicas no estratégico ponto marítimo representado pela Baía da Guanabara”. Na “definição desses limites exerceram papel fundamental” os países com “embarcações presentes no Rio de Janeiro”, que agiriam “sob o argumento da defesa dos interesses de seus concidadãos residentes no Brasil”. Uma vez “solicitados a intervir junto ao almirante revoltoso, no intuito de evitar o bombardeamento da capital brasileira”, e “após consulta a seus representantes diplomáticos”, aquiesceram com tal incumbência “os comandantes dos navios de nacionalidade inglesa, portuguesa, italiana, norte-americana e francesa”. Diante disso, “o governo brasileiro aceitou de bom grado a esta intervenção”, aproveitando-se para iniciar “os preparativos para uma contraofensiva”. Perante tal ação, o líder rebelde, Custódio de Melo, “entabulou uma reclamação” aos “comandantes estrangeiros” e, “mais uma vez, os representantes diplomáticos de Inglaterra, Portugal, Itália, Estados Unidos e França, sediados em Petrópolis”, consultando “a seus respectivos governos, intermediaram a situação”, manifestando “sua estranheza quanto à continuidade da ampliação do armamento no litoral brasileiro empreendido pelas forças governistas”<sup>99</sup>.

A partir dessa intervenção, foi obtida de parte do governo brasileiro a garantia formal, embora não evidenciada na prática, da suspensão das ações de caráter bélico, ficando estabelecida uma entente de convivência<sup>100</sup>. Segundo tal

---

<sup>99</sup> ALVES. *Cinco ensaios...*, 2000. p. 90-91.

<sup>100</sup> CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1959. p. 175.

acordo, “em nome da manutenção da proteção e segurança dos seus nacionais respectivos e dos interesses superiores da humanidade”, os comandantes das nações interventoras, “através de consultas constantes a seus representantes diplomáticos”, atuariam como “verdadeiros mediadores entre as forças em conflito, bem como representariam a garantia quanto à efetivação dos ditames daquele convênio”. Mesmo diante “de uma série de queixas de parte a parte, a intervenção estrangeira conseguiu garantir uma certa estabilidade na zona de conflito”. Entretanto, “a grande vantagem” de tal “interventoria coube ao governo”, o qual, aproveitando o “período de interregno nos combates, buscou organizar os meios de reagir à revolta”. Enquanto isso, “a esquadra rebelde ficou praticamente paralisada e desgastando seu potencial humano e material, perdendo seu grande poder de pressão sobre os governistas”, ou seja, “a ameaça de bombardeio sobre o Rio de Janeiro”<sup>101</sup>.

Essa “função de algodão entre os cristais foi levada a bom termo pelas forças multinacionais até a virada de 1893 para 1894, quando, diante do evidente reaparelhamento bélico empreendido” pelos governistas “junto ao litoral do Rio de Janeiro, o novo comandante da revolta, Saldanha da Gama, ameaçou novamente com a possibilidade de bombardear a cidade”. Mais uma vez “os representantes estrangeiros tentaram intermediar a situação”, mas, a partir de então, “o governo brasileiro, já preparado para o enfrentamento, decidiu não permitir que os insurgentes prosseguissem livremente” naquilo que denominava como uma “criminosa empresa”, passando a fincar “pé na reação

---

<sup>101</sup> ALVES, 1998. v. 24. n. 2. p. 235.

contra a revolta”. Dessa maneira, “encerrava-se, em janeiro de 1894, a validade dos princípios estabelecidos na entente”<sup>102</sup>.

Um dos fatores mais decisivos “para a vitória governista na Baía da Guanabara foi o apoio obtido de parte dos Estados Unidos”. Já nos “primórdios da intervenção estrangeira, o governo brasileiro considerava fundamental uma manifestação favorável dos norte-americanos”, no que tange a tal interventoria, sob o raciocínio de que, obtida a adesão estadunidense, “a maioria, se não a totalidade, das nações da Europa acompanharia o proceder” do país da América do Norte, “e a paz seria restabelecida no Brasil”<sup>103</sup>. Ainda ao final do ano de 1893, “o representante brasileiro em Washington conseguiu o apoio norte-americano de forma ainda mais direta, diante do argumento de que as forças rebeldes brasileiras”, uma vez vencedoras, iriam buscar “promover a restauração monárquica”<sup>104</sup>, justificativa que encontraria ainda mais força, “notadamente após a adesão de Saldanha da Gama”<sup>105</sup>.

Com base na incipiente aliança entre as duas repúblicas, “o governo norte-americano decidiu ampliar sua força naval no Rio de Janeiro”, vindo a confrontar “o líder da esquadra revoltosa, rompendo o bloqueio por ela imposto”. Dessa maneira, “rompido o bloqueio à força”, ficava estabelecida “outra intervenção estrangeira, desta feita só americana”, restando ao comando

---

<sup>102</sup> ALVES. *Cinco ensaios...*, 2000. p. 92.

<sup>103</sup> MENDONÇA, Salvador. *A situação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. p. 205.

<sup>104</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política (1889-1930)*. 4.ed. São Paulo: DIFEL, 1983. p. 140.

<sup>105</sup> ALVES, 1998. v. 24. n. 2. p. 236.

rebelde apenas “estender aos navios de outras nacionalidades a autorização de embarque e desembarque de mercadorias”, de modo que “a revolta estava, militar e moralmente, morta”. Tal intervenção estadunidense “foi decisiva para a vitória de Floriano, pois deu-se no preciso momento em que a diplomacia das potências da Europa ensaiavam retirar seu apoio ao governo legal”. Nesse sentido, “os Estados Unidos contribuíram para a ‘consolidação’ levada a efeito por Floriano Peixoto e, ao mesmo tempo, consolidaram a sua influência sobre o governo brasileiro”<sup>106</sup>. A essa intervenção norte-americana somaram-se outros fatores que “contribuíram diretamente para a vitória do governo brasileiro, através da venda de material bélico e apoio tático-militar e humano na preparação da esquadra governista” que teve em seus quadros “um grande contingente de mercenários” estadunidenses, firmando-se a ascensão da potência da América do Norte sobre o Brasil Republicano. Nessa conjuntura, “tanto a intervenção multinacional, como, posteriormente, aquela promovida somente pelos Estados Unidos, assumiriam um significado decisivo para a vitória do marechal Floriano Peixoto”<sup>107</sup>.

Nessa época, as desconfianças do governo brasileiro em relação a Portugal viriam a ser personalizadas na figura de seu diplomata sediado no Rio de Janeiro. O presidente “Floriano não apreciava o ministro português, por várias razões”, como o fato de que “ele viera reconhecer, em nome de uma

---

<sup>106</sup> CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2.ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002. p. 175.

<sup>107</sup> ALVES. *Cinco ensaios...*, 2000. p. 93-94.

dinastia Bragança, o regime que derrubara outra”. Além disso, certos “setores da opinião acusavam-no de ser hostil à jovem república”. Tal “ministro era oficial de carreira da marinha” e tornara-se “porta-voz das queixas dos diplomatas e comandantes estrangeiros”, recusando-se, “enfim, a tomar partido aberto” a favor das autoridades brasileiras “junto aos demais representantes estrangeiros desde que espontaneamente passara a exercer certa liderança na mediação do corpo diplomático entre o governo e os revoltosos”. No que tange às impressões do representante lusitano, “a recíproca parecia também verdadeira” em relação ao Brasil. Nesse contexto, Floriano Peixoto viria a acusar Paço d’Arcos “de envolver-se com a política interna” brasileira, passando a pressionar o governo luso para que removesse tal diplomata. O chefe de governo português, Hintze Ribeiro, mais preocupado “com o comprometimento das boas relações bilaterais”, e não querendo “indispor-se com o governo de Floriano”, acabaria cedendo, enviando o Conde de Paraty, na esperança de um melhor entendimento com as autoridades públicas republicanas<sup>108</sup>.

Assim, já durante a revolta, as relações luso-brasileiras sofreram com mais algumas fissuras, tendo em vista constantes insinuações de que os rebeldes brasileiros contavam com certas simpatias de parte das autoridades diplomáticas e navais portuguesas no Brasil. Tal perspectiva iria colaborar com o aprofundamento das cisões que redundariam no rompimento entre as nações, em 1894. Demarcada a vitória governamental, “o epílogo dos eventos da Revolta da Armada na Baía da Guanabara deu-se em março de 1894, a partir da

---

<sup>108</sup> CERVO, 2000. p. 217-218.



proposta de capitulação e do pedido de asilo do almirante Saldanha da Gama” ao comandante português “Augusto de Castilho, nas corvetas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque* que se encontravam no Rio de Janeiro”. A diplomacia lusa sediada no Brasil “passou a buscar intermediar a situação com o governo brasileiro que, senhor da situação militar na praça de guerra, não aceitou a capitulação proposta, argumentando que não negociaria com militares rebeldes”<sup>109</sup>.

A solicitação “de asilo especificamente nos navios portugueses” foi justificada “pelo almirante rebelde ao invocar a afinidade entre os dois países, porém, concretamente, aquela se tornava a única opção” viável para os rebeldes. As negociações iniciaram-se em relação a aproximadamente setenta militares revoltosos, mas tal número chegou a quase quinhentos indivíduos que se instalaram “de forma extremamente precária nas embarcações lusas”. Os fatos desencadeavam-se com rapidez, dificultando “os contatos entre o comandante Castilho, os representantes diplomáticos e o governo português, de modo que o asilo” acabaria “por tornar-se uma realidade a qual passou a geral um ainda maior mal-estar nas relações Brasil-Portugal”. Tal circunstância “ficava mais melindrosa a partir de certas ilações estabelecidas a respeito do caráter restaurador imputado ao movimento revoltoso”, mormente quando se ventilava a respeito das possíveis relações entre os amotinados e “os remanescentes monarquistas presentes no Brasil, muitos deles de nacionalidade portuguesa,

---

<sup>109</sup> ALVES, 1998. v. 24. n. 2. p. 237-238.

gerando-se mais desconfianças, tendo em vista os já exaltados ânimos nacionalistas”<sup>110</sup>.

Portugal justificaria que a concessão do asilo fora embasada no direito internacional e nos princípios humanitários e da civilização, ao que o governo brasileiro respondia exigindo a devolução dos rebeldes, por considerá-los criminosos e, portanto, não compatíveis com aquele tipo de proteção. As autoridades governamentais brasileiras ainda tentariam procrastinar a saída dos asilados, enquanto a diplomacia lusa garantia que eles não desembarcariam em território estrangeiro enquanto durassem as tratativas. Ainda nos primeiros momentos de tais episódios, “Portugal buscou dividir o ônus daquela difícil situação que acabaria por redundar em uma querela de natureza diplomática”<sup>111</sup>. Nesse sentido, chegou a ocorrer a consulta do representante lusitano no Rio de Janeiro aos “comandantes das belonaves de outras nações sobre a possibilidade de receberem parte dos asilados, a fim de evitar-se o perigo que havia no excesso de lotação” dos navios lusos. Os demais comandantes, contudo, “esquivaram-se, alegando receios da febre amarela, quando, em verdade, fugiam de desgostar” o governo brasileiro<sup>112</sup>. Desse modo, apercebia-se “o governo

---

<sup>110</sup> ALVES. *Cinco ensaios...*, 2000. p. 95-96.

<sup>111</sup> ALVES, 1998. v. 24. n. 2. p. 238-239.

<sup>112</sup> GOYCOCHÊA, Castilhos. *Dois ensaios: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. p. 58.

português da dura realidade: fizera-se o vácuo à sua volta”, e “estava só, com a responsabilidade que assumira”<sup>113</sup>.

Frente a tão intrincado quadro, a diplomacia lusitana buscou legitimar seus atos no contexto internacional, tentando justificar sua ação perante as representações de diversos países, voltando a argumentar com base nos princípios do direito internacional. Também o governo de Floriano Peixoto adotou tal postura, buscando explicar à diplomacia internacional que aquelas garantias não poderiam se aplicar aos revoltosos brasileiros por tratarem-se de “piratas”, insistindo na entrega dos asilados, mas não contando com a aquiescência lusitana. Uma “possibilidade de solução diplomática entre Brasil e Portugal ficou praticamente nula tendo em vista o deslocamento das corvetas lusas pela região platina”. Sob a justificativa “da precariedade dos navios, das penosas condições higiênicas e do excessivo número de passageiros”, teria havido a necessidade de “navegar em direção ao sul”, com a meta de fretar-se “outra embarcação, antes de levar em frente a viagem transoceânica”. Não havendo “autorização para entrar em Montevideu, os vasos portugueses deslocaram-se para Buenos Aires, onde foi fretado o navio *Pedro III*”<sup>114</sup>.

Somente “a presença dos asilados em territórios tão próximos da fronteira com o Rio Grande do Sul, onde os revolucionários federalistas continuavam mantendo a luta acesa”, já serviria para provocar “uma insatisfação ainda maior

---

<sup>113</sup> COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed. da UnB, 1979. p. 67.

<sup>114</sup> ALVES. *Cinco ensaios...*, 2000. p. 97-99.

por parte do governo brasileiro”. O receio de tal contingência e o intento de “manter sua garantia de que os rebeldes não teriam condições de desembarcar em terra estrangeira” levaram Portugal a determinar a imediata retirada de Buenos Aires, “devendo os navios permanecer na embocadura do Rio da Prata até a chegada do *Pedro III*”. Mesmo diante de tal cuidado, “grande parte dos asilados, entre eles o almirante Saldanha da Gama, evadiram, muitos deles reingressando no movimento revolucionário que campeava em terras gaúchas”. Ainda que vários dos rebeldes tenham seguido nas naus lusitanas em direção à Ascensão e daí para Portugal, onde foram levados para a localidade de Peniche, a evasão de um certo contingente que viria a reforçar as tropas insurretas, levou o governo do marechal Floriano a “suspender as relações diplomáticas com Portugal”<sup>115</sup>.

O representante português no Rio de Janeiro, Conde de Paraty, ao retirar-se do Brasil, ainda buscou lançar um último argumento, visando isentar Portugal de culpas e manifestando o desejo de breve retomada da diplomacia. Tal diplomata comunicou em nota oficial “que com pesar tomara conhecimento da decisão presidencial e afirmava estar esperando que a história fizesse justiça ao procedimento do governo de Sua Majestade”. O governo português manteve sua posição de alicerçar-se nos ditames do direito internacional e buscou tornar pública toda a discussão e as circunstâncias que levaram ao rompimento, com a publicação dos documentos referentes à querela, além de garantir que providenciaria o julgamento do comando luso que garantira o asilo, ato que

---

<sup>115</sup> ALVES, 1998. v. 24. n. 2. p. 241.

chegou a realizar-se, resultando na absolvição dos militares. Com a retirada dos diplomatas de parte a parte, a ruptura Brasil – Portugal traria um acirrado debate nos meios jornalísticos e governamentais<sup>116</sup>.

Nessa ocasião, predominou junto às instâncias governativas brasileiras “a convicção de que cortar relações com Portugal fora justo, tendo em vista que estavam em jogo ‘elevados interesses’”, ou seja, “a ‘salvação’ da pátria e a ‘segurança’ das instituições”. Assim, o apoio à decisão presidencial “devia-se também ao espírito de proteger” uma “‘república em perigo’ e em nome da consolidação da nova forma de governo, personificada na figura” de Floriano Peixoto, em suas práticas e pensamentos<sup>117</sup>. Já o governo português persistiria na busca por demonstrar sua isenção e falta de culpa pelo desentendimento binacional<sup>118</sup>, além de tentar facilitar o retorno de súditos lusos que pudessem estar sofrendo com o mal-estar acirrado a partir do rompimento. Essa desavença diplomática “representava mais um elemento de causa/efeito no acirramento do espírito anti-lusitano então em voga no país, mormente pela campanha desenvolvida pelos radicais jacobinos”<sup>119</sup> que representavam a base popular do governo de Floriano Peixoto.

---

<sup>116</sup> ALVES. *Cinco ensaios...*, 2000. p. 101-102.

<sup>117</sup> ALVES, Francisco das Neves. O rompimento diplomático brasileiro-lusitano ao final do século XIX – um estudo de caso. In: LEITE, Renato Lopes (org.). *Cultura & poder: Portugal – Brasil no século XX*. Curitiba: Juruá, 2003. p. 104.

<sup>118</sup> FORJAZ, Augusto. *Portugal e Brasil: apontamentos para a história do nosso conflito com a República dos Estados Unidos do Brasil*. Lisboa: Tip. Castro Irmão, 1894. p. 103-105.

<sup>119</sup> ALVES. *Cinco ensaios...*, 2000. p. 101-102.

O conflito diplomático luso-brasileiro “revelou o caráter utilitarista que a intervenção estrangeira representou para o governo brasileiro”, o qual “aplaudiu a interventoria multinacional quando esta lhe serviu para bloquear a ação dos rebeldes”, entretanto viria a criticar “profundamente a intervenção do comando português ao conceder asilo aos insurretos”, tecendo a consideração de que, “naquele momento, cabia às nações estrangeiras a função de ‘simples espectadoras’, alheias ao confronto”, que então já estava “decidido favoravelmente aos governistas”. Nesse quadro, ficava Portugal “na difícil posição de manter um asilo cujo custo seria consideravelmente alto, levando em conta os bons ofícios” com o governo de Floriano, “forte e consolidado no poder”. Ainda assim, “os asilados não foram entregues às forças vencedoras” e a reintegração de alguns deles à revolta antigovernamental, levaria as autoridades brasileiras a acusarem abertamente “o comando português de negligência, senão de conivência, implicitamente”, não se considerando satisfeitas com nenhuma das medidas adotadas pelo governo luso em direção à apuração dos fatos<sup>120</sup>.

Essa ruptura no relacionamento diplomático luso-brasileiro viria a refletir “o momento político que vivia o Brasil internamente”, com a ampla agitação jacobina e suas práticas lusófbas, além da “presença de um contingente pouco expressivo de monarquistas, muitos deles de nacionalidade portuguesa”, com o agravante de alguns terem apoiado os movimentos rebeldes brasileiros, sendo associados a ideais restauradores. Tudo isso “só serviu para agravar ainda mais

---

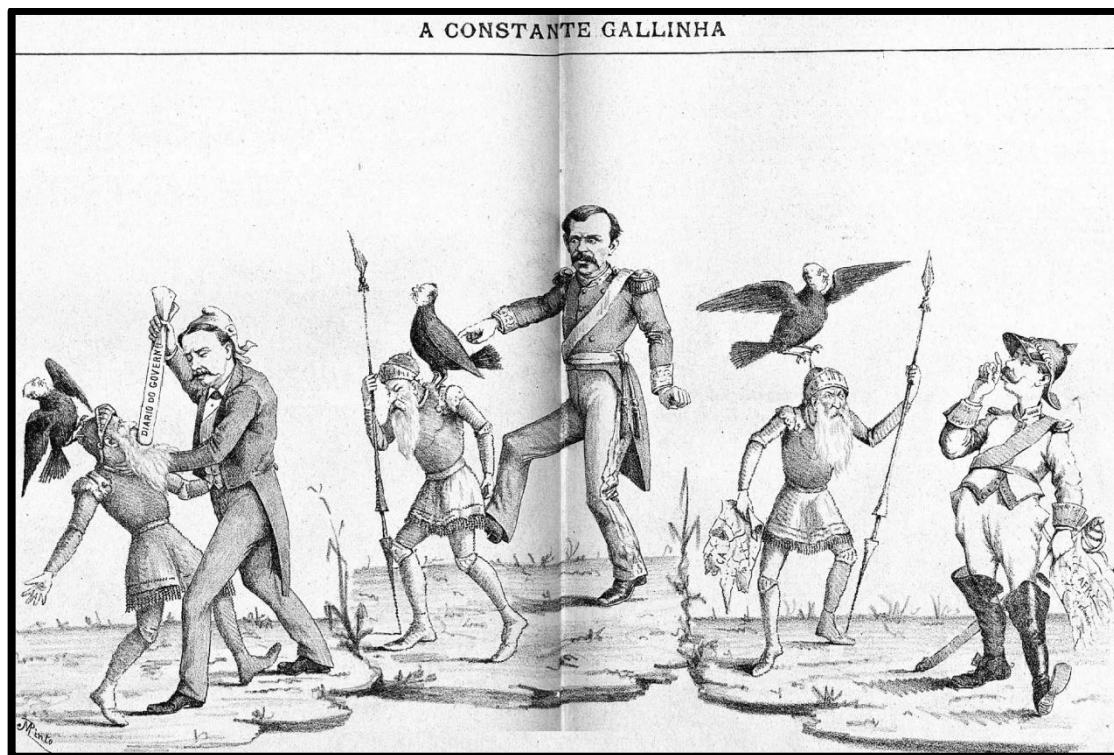
<sup>120</sup> ALVES, 1998. v. 24. n. 2. p. 245-246.

as já estremecidas relações brasileiro-lusitanas”. Além disso, esse rompimento trazia em si “as novas tendências da política exterior brasileira”, voltadas a uma aproximação mais íntima com a América, “afastando-se do concerto europeu e do passado colonial, mais do que encarnado na figura da antiga metrópole”<sup>121</sup>. Tal conflito com o Brasil iria provocar nova onda de agitação política em Portugal, com protestos indignados notadamente por parte dos republicanos e monarquistas opositores que chegaram a exigir a queda do gabinete regenerador.



*A Nova Era* e a ruptura Brasil – Portugal

<sup>121</sup> ALVES. *Cinco ensaios...*, 2000, p. 105-106.



as dificuldades diplomáticas lusas, incluindo o rompimento com o Brasil, na concepção do  
*Charivari*

No período “entre 13 de maio de 1894 e 16 de março de 1895, as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal estiveram cortadas”. A “entrega dos interesses portugueses aos cuidados do ministro inglês” no Rio de Janeiro trouxe reações negativas em Portugal. Entretanto, “o gabinete de Hintze Ribeiro manobrava por meio de seu representante em Londres, sob pressão do governo inglês”, que manifestava o desejo de, “por meio de um gesto de boa vontade e de



um rápido resultado vivamente aguardado por toda a opinião lusa”, conseguir “resgatar a simpatia e, assim, restaurar a tradicional aliança ente os dois países”, prejudicada desde o ultimato de 1890. Mas “Floriano interpôs inúmeras dificuldades ao mediador inglês, de tal sorte que a pendência permaneceu sem solução até o termo de seu mandato presidencial”, chegando-se “somente ao reatamento no início da presidência de Prudente de Moraes”<sup>122</sup>.

Dessa maneira, “as relações diplomáticas entre os dois países só foram reatadas em 1895, altura em que se encetou um processo de tímida aproximação luso-brasileira”<sup>123</sup>. A ruptura das relações prendeu-se mais intensamente às questões diplomáticas, sem maiores interferências no contexto econômico. Ao longo de tal suspensão, “foram os interesses brasileiros protegidos em Portugal pelo ministro dos Estados Unidos e os portugueses, no Brasil, pela Legação Britânica”. Passado o momento de maior embate, “as negociações para o reatamento dos laços diplomáticos foram mediadas pela Inglaterra” a qual “apresentou as justificativas do governo português no intento do restabelecimento das relações”. Em seus argumentos, os lusitanos afirmavam que teriam visto “com pesar que à concessão do asilo” não tivera por correspondência “a lealdade dos asilados”, bem como, diante de atos que submetera “aos tribunais judiciais”, acabara por estabelecer-se “uma situação internacional que não poderia constituir precedente”. A diplomacia portuguesa “defendia que o asilo fora um ato de humanidade e não meio de favorecer

---

<sup>122</sup> CERVO, 2000. p. 223.

<sup>123</sup> GONÇALVES, 2007. p. 127.

hostilidades”, assim como justificava que Portugal só fizera “cessar a detenção dos asilados que desembarcaram em território português” quando esteve convencido “que não abusariam da liberdade para continuar a luta contra o governo brasileiro, considerando-se assim relevado da responsabilidade que voluntariamente assumira”<sup>124</sup>.

Passado quase um ano da ruptura, em março de 1895, o governo brasileiro concordou “com o reatamento das relações com Portugal”, declarando que “aceitava com prazer a declaração feita pelo governo português” e considerava “satisfatoriamente terminado o incidente entre os dois países”, de modo que “como ato formal de sincera reconciliação”, providenciava a nomeação do “representante que devia continuar as relações diplomáticas” entre as duas nações. Nesse sentido, “o restabelecimento das relações foi realizado concretamente ao nomearem-se e assumirem os postos, os ministros plenipotenciários em cada país”. Ficavam designados dois indivíduos ligados à política e à intelectualidade, para o Brasil, o português Tomás Antônio Ribeiro Ferreira e, para Portugal, o brasileiro Joaquim Francisco de Assis Brasil<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> ALVES, Francisco das Neves. As relações Brasil – Portugal no século XIX: dois momentos de ruptura. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 42.

<sup>125</sup> ALVES. As relações Brasil – Portugal no século XIX..., 2000. p. 42-43.



# OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

<p>Preços da assignatura</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>Anno</th> <th>Semest.</th> <th>Trim.</th> <th>N.º</th> </tr> <tr> <th>36 n.ºs</th> <th>18 n.ºs</th> <th>9 n.ºs</th> <th>à entrega</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Portugal (franco de porte, m. forte)</td> <td>58000</td> <td>18000</td> <td>6000</td> </tr> <tr> <td>Possesões ultramarinas (idem)...</td> <td>46000</td> <td>28000</td> <td>8120</td> </tr> <tr> <td>Extrang. (título geral dos correios)</td> <td>58000</td> <td>28000</td> <td>8120</td> </tr> </tbody> </table>	Anno	Semest.	Trim.	N.º	36 n.ºs	18 n.ºs	9 n.ºs	à entrega	Portugal (franco de porte, m. forte)	58000	18000	6000	Possesões ultramarinas (idem)...	46000	28000	8120	Extrang. (título geral dos correios)	58000	28000	8120	<p>48.º Anno—XVIII Volume—N.º 590</p> <p style="text-align: center;">15 DE MAIO DE 1895</p>	<p>Redacção—Atelier de gravura—Administração</p> <p><i>Libros, L. do Popo Novo, entrada pela Tr. do Convento, de Jesus, 4</i></p> <p><small>Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe e dirigidos á administração da Empresa de Occidente, sem o que não serão attendidos.—Editor responsavel Casimiro Alberto da Silva.</small></p>
Anno	Semest.	Trim.	N.º																			
36 n.ºs	18 n.ºs	9 n.ºs	à entrega																			
Portugal (franco de porte, m. forte)	58000	18000	6000																			
Possesões ultramarinas (idem)...	46000	28000	8120																			
Extrang. (título geral dos correios)	58000	28000	8120																			

**CHRONICA OCCIDENTAL**

Um ministro que partiu e outro ministro que chegou. Eis dois importantes acontecimentos politicos, dos ultimos dias. Esses dois ministros são — o conselheiro Thomaz Ribeiro que vai em caminho do Rio de Janeiro e o sr. Assis Brazil que chegou a Lisboa. Esta partida e esta chegada re-

presentam para nós os portuguezes, um acontecimento de alto valor politico e commercial, pois que se trata nem mais nem menos do que o restabelecimento das nossas relações com os Estados Unidos do Brazil.

Ainda bem. É preciso ir ao Brazil, viver lá algum tempo, observar o aspecto dos edificios, a construcção das casas, entrar nos estabelecimentos, andar pelas ruas, fallar com os brazileiros, no mesmo idioma em que nós fallamos, ler os seus livros e os seus jornaes, escriptos em portuguez, para nos convencermos, para sentirmos que estamos em um país tão intimo do nosso que torna os seus e os nossos filhos todos irmãos.

A sua paisagem difere da nossa, é certo; lá floresce a palmeira, aqui cultiva-se a vinha; ha entre nós o Oceano, mil e seiscentas leguas, mas que importa! — é com a mesma syllaba que dizemos *May!* e com as mesmas letras que escrevemos *Patria!*

O novo ministro do Brazil, o sr. Assis Brazil tem sido alvo de sentidas manifestações de estima e apreço. Acabamos de chegar do Colyseu onde se deu esta noite um espectáculo em sua honra com uma concorrencia extraordinaria, vendendo na tribuna real S. M. El-Rei e ante-hontem em S. Carlos realison-se um jantar offerecido a Sua Excellencia. Raphael Bordallo, o

## RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMATICAS ENTRE PORTUGAL E BRAZIL



DR. ASSIS BRAZIL, MINISTRO DO BRAZIL, EM PORTUGAL



CONSELHEIRO THOMAZ RIBEIRO, MINISTRO DE PORTUGAL, NO BRAZIL

(Cópia de photographias)

*O Ocidente e a retomada das relações luso-brasileiras*



a *Mala da Europa* e a retomada das relações luso-brasileiras



BRASIL E PORTUGAL: INTER-RELAÇÕES AO FINAL DO SÉCULO XIX



o *Antônio Maria* e a retomada das relações luso-brasileiras



o *Charivari* e a retomada das relações luso-brasileiras



Uma vez “restabelecidas as relações diplomáticas entre” os “dois países e, apesar das diferenças de regimes políticos e de algumas manifestações anti-portuguesas de núcleos nativistas, ambos os governos” viriam a procurar “restaurar o clima de entendimento e confiança existente entre eles antes da ruptura de relações”. A escolha do ministro luso para servir no Brasil chegou a ser considerada como “uma atitude de particular deferência”, recaindo sobre “uma personalidade de grande prestígio nos meios intelectuais e políticos de Portugal, o poeta Tomás Ribeiro Ferreira”, que fora “várias vezes ministro em governos regeneradores e era autor de vasta obra poética em que se destacava o poema *D. Jaime*, muito popular em Portugal e no próprio Brasil”. Tal “representante diplomático português foi cordialmente recebido”, apesar de certas manifestações do nativismo jacobino. Já “o governo brasileiro acreditou junto ao governo português, também uma figura de elevado prestígio intelectual e político – Assis Brasil”, que “se tratava de um jornalista e escritor, que fora deputado e governador do Rio Grande do Sul, e que já exercera funções de ministro em Buenos Aires e na China”. Ele foi recebido “com excepcionais manifestações de apreço e simpatia”, sendo “homenageado com uma recita de gala no teatro D. Amélia, um banquete que teve lugar no Teatro S. Carlos,

especialmente decorado pelo artista Rafael Bordalo Pinheiro”, caricaturista que dirigia o jornal *O Antônio Maria*, “e um espetáculo em sua honra no Coliseu”<sup>126</sup>.

O simbolismo da recepção aos ministros plenipotenciários bem representava a intenção da reaproximação, ainda mais notória do lado lusitano, intentando demarcar um decisivo fim nos desentendimentos. A outra oportunidade de reforçar tal conciliação se daria em 1896, por ocasião da querela diplomática em torno da Ilha da Trindade. Uma das grandes preocupações dos governos republicanos esteve ligada à busca por plasmar definitivamente as fronteiras territoriais do Brasil com seus países limítrofes. Em meio a várias pendências com os vizinhos sul-americanos e até com potências europeias, no que tange à região das Guianas, o Brasil enfrentaria um conflito diplomático com a Grã-Bretanha pela posse daquela ilha. Tal região, “localizada há mais de mil quilômetros da costa do Espírito Santo, foi incorporada à possessão portuguesa, após a sua ‘descoberta’, ainda nos primórdios do século XVI”, entretanto, “permaneceria praticamente abandonada nas centúrias seguintes, contando apenas com incursões ao longo do tempo de navegadores portugueses, ingleses e franceses”. Fatores como “a falta de condições para a exploração econômica, as amplas dificuldades de acesso e o terreno essencialmente montanhoso”, foram decisivos “para a ausência de ocupação humana” naquela zona insular. Nesse quadro, “muitas das expedições que exploraram tão

---

<sup>126</sup> MAGALHÃES, José Calvet de. O século XX. In: ALVES, Dário Moreira de Castro (org.). *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 255-257.

acidentado solo originaram-se das esperanças”, cujas origens advinham de “estórias e lendas, de encontrar os ‘tesouros da Trindade’, ou seja, riquezas ali escondidas ainda à época da pirataria”<sup>127</sup>.

A Ilha da Trindade “iria permanecer como um pedaço de terra pouco conhecido até o final do século XIX, quando, em janeiro de 1895”, a Inglaterra promoveu a sua ocupação, vindo a justificar, “mais tarde, que por ali passaria o cabo telegráfico em direção à Argentina”. Entretanto, “o governo brasileiro só veio a ter conhecimento” de tal ocupação “em julho de 1895, através do jornal britânico *Rio News*, que circulava no Brasil” e trazia uma transcrição da folha inglesa *Financial News*, a qual havia divulgado a ação britânica. Perante tal notícia, “as autoridades brasileiras passaram a pleitear junto ao governo britânico o abandono daquela posição”. Com base em tal solicitação, “a Grã-Bretanha argumentava que considerara a ilha como em estado de abandono, tanto que já a houvera ocupado pelo menos por três vezes ao longo do século XVIII”. As autoridades inglesas também apresentavam a justificativa de “que aquela ocupação não seria de natureza militar e sim, apenas visava promover o progresso das comunicações, com a instalação de um cabo submarino”<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> ALVES, Francisco das Neves. A caricatura como fator de motivação para entender um microcosmo da ação do imperialismo no Brasil. In: ALVES, Francisco das Neves. *Diversidades, identidades e o ensino da História*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2013. p. 240.

<sup>128</sup> ALVES, Francisco das Neves. A política exterior brasileira à época da República Velha: a Questão da Ilha da Trindade. In: *Biblos – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. Rio Grande: FURG, 2001. v. 13. p. 107-108.

A partir “da manutenção da presença britânica na Ilha da Trindade, o governo brasileiro passou a concentrar esforços no intento de edificar argumentos visando à retomada da posse daquele território”. O Brasil exigia a devolução imediata, tomando por base a argumentação de que a “ilha já estava vinculada ao território brasileiro desde a época colonial e que, com o reconhecimento da independência” feito pela Inglaterra, “automaticamente deveria também estar reconhecida pelos britânicos a posse daquelas terras”. Uma das razões mais significativas da “reação das autoridades brasileiras” esteve ligada às “manifestações contrárias da opinião pública quanto àquela invasão”. A imprensa foi um dos principais agentes dessa ideia, de modo que “muitos jornais passaram a mover verdadeira cruzada patriótica contra a Grã-Bretanha”. Diante disso, “o governo brasileiro ficava na delicada situação de estar obrigado”, frente à reação popular, “a enfrentar uma grande potência, com a qual mantinha relações comerciais fundamentais e laços históricos de dependência política e econômica”. Os próprios agentes públicos que empreendiam a diplomacia brasileira viam com reservas aquela disputa, considerando-a como de menor importância em relação às demais questões de fronteira do país, a qual poderia, inclusive, vir a prejudicar as tratativas em relação a estas, de maneira que chegaram a referir-se aquele pequeno território insular “como um estorvo desagradável e injustificado”, referindo-se a ele como “‘maldita Trindade’, ‘ilha deserta’ e ‘estéril rochedo’”<sup>129</sup>.

---

<sup>129</sup> ALVES, 2013. p. 241-242.

No intuito de “resolver a questão, a Grã-Bretanha sugeriu o arbitramento como modalidade para dirimir as dúvidas quanto à posse da ilha”. Contudo, os governantes brasileiros, ainda premidos pela opinião pública, “não aceitaram a instauração de um árbitro para por fim ao conflito de interesses”, sob o argumento de que “a soberania brasileira sobre a Ilha da Trindade era um elemento incontestável e, portanto, não passível de um julgamento internacional”. Tal “querela diplomática só viria a ser resolvida a partir da participação de Portugal, cujo rei, Carlos I, se apresentaria para servir como mediador”. As autoridades públicas brasileiras viram “com bons olhos a mediação lusitana, aceitando-a como forma de resolver a pendência territorial com a Grã-Bretanha”. A diplomacia portuguesa passou a atuar no próprio reino, no Brasil e, mormente, na Inglaterra para promover as tratativas, havendo amplo levantamento de documentação. Levando em conta a análise de tais documentos, “a nação mediadora daria razão ao Brasil”, ficando os ingleses obrigados “a abandonar a Ilha da Trindade”<sup>130</sup>.

A mediação lusa, quando “a pendência anglo-brasileira atingira uma fase de impasse”, tinha também um caráter estratégico, além do diplomático. Nessa época, “a pasta dos Negócios Estrangeiros em Portugal” era ocupada por “Luís Pinto de Soveral, mais tarde Marquês de Soveral, que exercera as funções de ministro em Londres durante vários anos”, adquirindo ali “prestígio em virtude das relações pessoais que manteve com o príncipe de Gales, o futuro Eduardo VII”. No que tange a Portugal, “as relações com o Brasil e a Grã-Bretanha eram de

---

<sup>130</sup> ALVES, 2001. v. 13. p. 109.

primordial importância e, precisamente com esses dois países, havia atravessado recentemente duas sérias crises”, com “o ultimato britânico e o corte de relações com o Brasil”. O governo lusitano, por meio de seu diplomata sediado na capital inglesa, “apercebeu-se logo de que uma forma de reforçar os laços de Portugal com ambos os países” seria oferecer os seus “bons ofícios para por termo ao conflito entre as duas nações amigas”<sup>131</sup>.

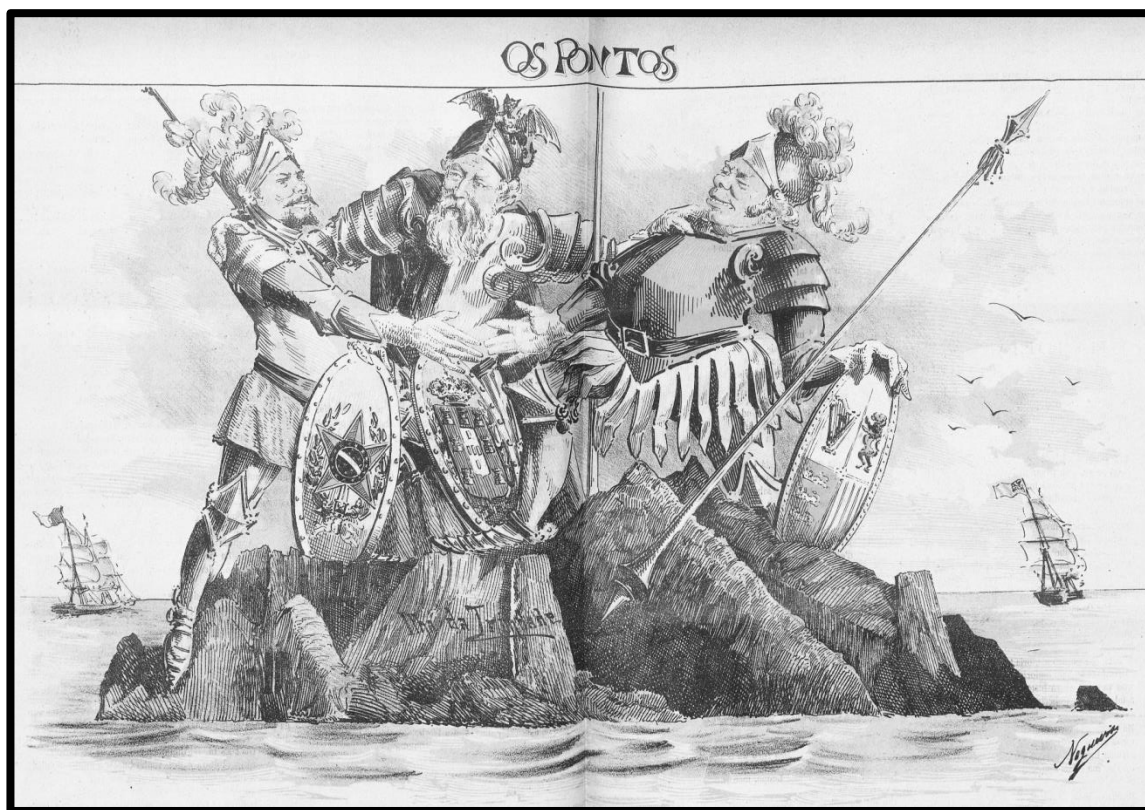
Em agosto de 1896, a diplomacia lusa informava a respeito da decisão portuguesa favorável ao Brasil. Com base nesse resultado, “as autoridades públicas brasileiras destacaram que este reconhecimento devera-se essencialmente à mediação lusitana” e consideraram “que o governo português fora sem nenhuma dúvida o mais indicado para ‘falar com justiça’” diante daquela questão, graças ao seu “conhecimento da zona em litígio”. Perante o resultado, “os governantes brasileiros manifestaram seus agradecimentos ao rei português, tendo em vista” uma “intervenção tão eficazmente exercida” no caso. O governo britânico informaria o brasileiro acerca “do acatamento da decisão lusa” e, ainda no mesmo mês, “o representante inglês no Brasil notificava” que foram “dadas ordens para proceder às formalidades concernentes, no intento de remover os sinais de ocupação da ilha”. Diante da decisão favorável, a jovem república preparou festejos, solenidades, deslocamentos navais e erguimento de um marco na ilha, oficializando “a reintegração da Ilha da Trindade ao território brasileiro”<sup>132</sup>.

---

<sup>131</sup> MAGALHÃES, 2000. p. 259.

<sup>132</sup> ALVES, 2001. v. 13. p. 109-110.





*Os Pontos* e a solução da questão diplomática da Ilha da Trindade



# DIÁRIO ILUSTRADO

FUNDADOR: PEDRO CORREIA DA SILVA  
TELEPHONE N.º 117  
Sexta feira 7 de agosto de 1896  
Editor responsável J. M. Baptista de Carvalho

Assignaturas nas provincias  
3 mezas, pagamento adiantado..... 14150  
Numero 8.398

A correspondencia sobre a administração, a  
Rodrigo de Mello Carneiro Zagallo.

25.º anno

**Assignaturas em Lisboa**  
1 mes... 300 réis Annuidade: linha, 20 ra.; 1.º  
3 mezes... 900 " pag. 100 ra.; corpo do jor-  
nal com travessão, 60 réis.  
Annuidade mudadas, linha 40 ra. Communi-  
cations e outros artigos, contractam-se na administração.

**A ilha da Trindade**  
Tem palpitante caracter de actualidade a publicação de nossa gravura da Ilha da Trindade, que se acha a disposição de todos os leitores do Brasil, graças aos bons serviços do Portugal, que gentilmente nos fornece as seguintes informações: A ilha da Trindade, situada em 1:12 kilometros da costa do Brasil, na antiga provincia do Espírito Santo. Foi descoberta em 1501 pelo navegador e almirante, o celebre navegador e almirante de Lisboa, que salta de Lisboa

**Bolsa Commercial—Az.**  
205 do Banco de Portugal réis 1334000; obrig. da C.ª Agua, 685700; obrig. mun. em comp., 504000; obrig. prediaes, 600; assent., 944200; obrig. prediaes, 500; comp. réis 904500; obrig. 4 0/0, 1500, réis 164800; obrig. 4 0/0, 1800, comp. 444400; loc. assent., t. g. 40,40.

**Espectaculos**  
1.º e 3.ª—TRINDADE  
Os Silva do capitulo mór.  
2.º e 3.ª—PRINCE BRAS.  
João João.  
EXPOSIÇÃO IMPERIAL.  
Durante esta semana: de Marcella ao Monte S. Miguel.

**O grande passeio à Outra Banda**  
Por falta de espaço, só amanhã poderemos começar a publicar a descripção d'este chistoso conto em verso do nosso collega Luiz de Araujo, que hontem dissemos começar hoje a sahir.

**Explosão**  
Hontem perto da noite houve uma pequena explosão de gaz no conhecido *Gato Preto* da rua da Victoria.  
Não houve desastres pessoais; apenas augmentos a Cooperidade, para hoje que é sexta feira.

**A falta de luz do gaz**  
Foi um desgosto completo, porque ninguem é capaz de ir, à noite, ao *Gato Preto*...

**B. da Victoria**  
CENTRA, 6. m  
Está perigosissimamente enfermo o esta villa o illustre professor dr. Joaquim Eleuterio Gaspar Gomes.  
M.

**A "Enterprise"**  
Está no Tejo mais um navio de guerra norte-americano. É a corveta *Enterprise*. En trou hontem a barra.

**A Badajoz**  
Já são conhecidos os preços dos bilhetes de ida e volta a Badajoz, em motivo das corridas dos dias 15 e 16 do corrente.  
Ei-los:  
De Lisboa, Santa Apollonia ou Rocio—48100 réis em 1.ª classe, e 28100 em 2.ª. Egueses preços são os bilhetes vendidos nas estações de Santarem, Torres Novas e Entroucamento.  
Comboios especiaes terão lugar no dia 14 de Lisboa para Badajoz, partindo de Santa Apollonia ás 9 e 40 da noite, e de Badajoz, no dia 16, depois da ultima corrida, isto é: ás 10 horas da noite.

**Indicações theatraes**  
**Trindade**—Decididamente, é difficil encontrar hoje espectáculo superior ao d'este theatro, e por isso o publico concorre, de preferencia, a elle, na certeza de que vai ouvir um poema cheio de cores, uma musica que inebria a alma e um desempenho que dá brado pela sua correção.  
As eschentas que esta operetta tem dado apontam um dos maiores successos theatraes de Lisboa e affirmam a alta qualidade de eschigrapho de Edoardo Schwalbach, o festejado autor do *Isidoro* e de tantas outras produções, que tem merecido os mais ras-



A ILHA DA TRINDADE

o *Diário Ilustrado* e a solução da questão diplomática da Ilha da Trindade

Finalmente, já ao encerramento do século XIX, viria a oportunidade de ouro para a reaproximação entre Portugal e Brasil, com as comemorações da passagem de quatro séculos do descobrimento do Brasil, em 1900. Tais festejos se concentraram no entorno do mês de maio daquele ano, tendo em vista que, à época tal data era considerada o momento da chegada da expedição de Pedro Álvares Cabral às terras brasileiras. Assim, ao contrário do 22 de abril, data que se tornaria a representativa do descobrimento, até as primeiras décadas do século XX, era o dia 3 de maio o celebrado em relação a esse episódio. Tal fato advinha de uma interpretação errônea em relação à primeira denominação dada ao Brasil – Terra de Vera Cruz e, depois, de Santa Cruz – cuja efeméride religiosa era consagrada a 3 de maio. Essa data perduraria sendo celebrada e, inclusive considerada como feriado, de modo que o imbróglio só viria a ser desfeito mais tarde, mormente tendo em vista a revalorização das informações da carta de Pero Vaz de Caminha.

Nesse contexto, “bem na virada do século, o Brasil comemoraria, ainda, uma data especial” representada pelo “momento de sua descoberta, a hora de seu batismo nacional, mesmo sabendo-se que àquelas alturas – em 1500 – o Brasil tinha se tornado, tão-somente, uma América portuguesa”. Tal “festa ficaria marcada para o dia 3 de maio de 1900, depois de instituída uma associação específica do IV Centenário e após aprovação oficial do presidente”. No Rio de Janeiro, “as comemorações do primeiro dia contaram com missa campal na praia do Russel”, a “inauguração de um monumento do centenário

elaborado por Rodolfo Bernardelli, na praça da Glória”, uma “recepção solene no Palácio do Catete”, a “inauguração do Congresso Jurídico Americano” e ainda, “mais à noite, uma grande festa veneziana na enseada da Glória”. Além disso, houve “foguetes e iluminações especiais dispostos pela cidade” e, “nesse mesmo dia seriam colocadas em circulação moedas e selos comemorativos”<sup>133</sup>.

Naquele maio de 1900, o fato comemorado era encarado como uma “conquista da civilização ocidental”<sup>134</sup> e, “acompanhando com valores a grandeza do acontecimento histórico, os documentos, especialmente idealizados, oficializavam concepções e modelos difundidos”. As festividades no Brasil “continuariam até o dia 6 de maio, incluindo exposições, fontes luminosas, encontros e representações”, ao passo que “a população tratou de decorar as casas da melhor maneira possível”. Além disso, “uma série de produtos” entraram “no mercado”, como “cartões-postais, medalhas, pratos para parede, copos, vasos, balões e alegorias”. Ainda que as celebrações fossem centradas na capital federal, “a data foi comemorada pelo país afora” não passando “em branco em lugar algum”. Um dos tópicos mais destacados nos festejos foi “a valorização das boas relações entre portugueses e brasileiros”<sup>135</sup>. Assim, “as comemorações preparadas no Brasil para assinalar” a efeméride “constituíram uma oportunidade para recordar e acentuar os especiais laços existentes entre Brasil e Portugal”, tanto que a associação organizada

---

<sup>133</sup> COSTA & SCHWARCZ, 2000. p. 109-110.

<sup>134</sup> CANDIDO, Antônio Zeferino. *Brasil – quarto centenário do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 120.

<sup>135</sup> COSTA & SCHWARCZ, 2000. p. 110-111 e 114-115.

especificamente para as comemorações do centenário, criada desde 1897, “designou, como seus presidentes de honra, o presidente dos Estados Unidos do Brasil e o rei de Portugal”<sup>136</sup>.

Por ocasião “do quarto centenário do descobrimento do Brasil, o país vivia um momento de afirmação da forma de governo instalada a 15 de Novembro”. Desse modo, “após os anos iniciais marcados por profunda instabilidade político-partidária” e “grave crise revolucionária”, com o saneamento econômico e a instauração de um sistema político mais estável, a jovem república, que completava sua primeira década, dava um “passo em direção à sua consolidação definitiva”. Nessa época, ficava demarcada a gênese de “uma república oligárquica, cujas tradicionais elites predominariam no cenário político brasileiro” pelos decênios seguintes. Nesse ambiente de “consolidação republicana, o demarcar dos quatro séculos da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil seria incorporado como mais uma data cívica de enaltecimento da nacionalidade brasileira”. Em busca da “afirmação do processo de pacificação interna e de estabilidade das novas instituições” foi promovido um “crescente intento de aplacar os desentendimentos de natureza partidária, visando assim demonstrar ao exterior que o Brasil era uma república sólida e, portanto, propícia aos investimentos” internacionais, bem como “à colocação de seus produtos no mercado” exterior. Cumpriam-se, dessa maneira, os “objetivos bem afeitos aos interesses da aristocracia mandatária”. Nessa linha, a passagem

---

<sup>136</sup> MAGALHÃES, 2000. p. 260.

daquelas quatro centúrias “viria a ser incorporada como mais um dos fatos a serem demarcados no panteão das ‘datas nacionais’”<sup>137</sup>.


Na época dessas festividades, o Brasil foi concebido como um fruto da “colonização portuguesa” na “parte austral da América e que, no século XIX, evoluiu historicamente para uma sociedade emancipada e um Estado nacional unificado”<sup>138</sup>. Além do Brasil, as celebrações estenderam-se ao contexto português, de forma que, “para representar Portugal nas comemorações do quarto centenário, o governo português designou uma delegação presidida pelo general Francisco Maria da Cunha”, o qual era “vice-presidente da Câmara dos Pares e o mais antigo general-de-divisão do exército português”. Tal “acontecimento foi assinalado por uma portaria publicada pelo governo de José Luciano de Castro” determinando que a data fosse considerada “como ‘de grande gala para todos os efeitos legais e do estilo’”. O ponto principal das festividades deu-se “na Sociedade de Geografia de Lisboa”, na qual “teve lugar uma sessão solene presidida pelo rei D. Carlos e a rainha D. Amélia, sendo a efeméride devidamente enaltecida”<sup>139</sup>. Nessa linha, a festa realizada em 1900, em torno da passagem daqueles quatro séculos viria a ser o auge do projeto de reconciliação luso-brasileiro.

---

<sup>137</sup> ALVES, Francisco das Neves. O quarto centenário do “descobrimento” sob o prisma da imprensa: breve estudo de caso. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 165-166.

<sup>138</sup> PUNTONI, Pedro. 22 de abril de 1500 – “descobrimento do Brasil”. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *Dicionário de datas da História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 112.

<sup>139</sup> MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 78.




# CCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno	Semest.	Trim.	N.º & entregas	
	36 n.ºs	18 n.ºs	6 n.ºs		23.º Anno — XXIII Volume — N.º 768
Portugal (franco de porte, ou forte)	18000	18000	4500	4130	
Possesões ultramarinas (idem)...	48000	24000	—	—	
Extrang. (também geral de correio)	58000	28500	—	—	

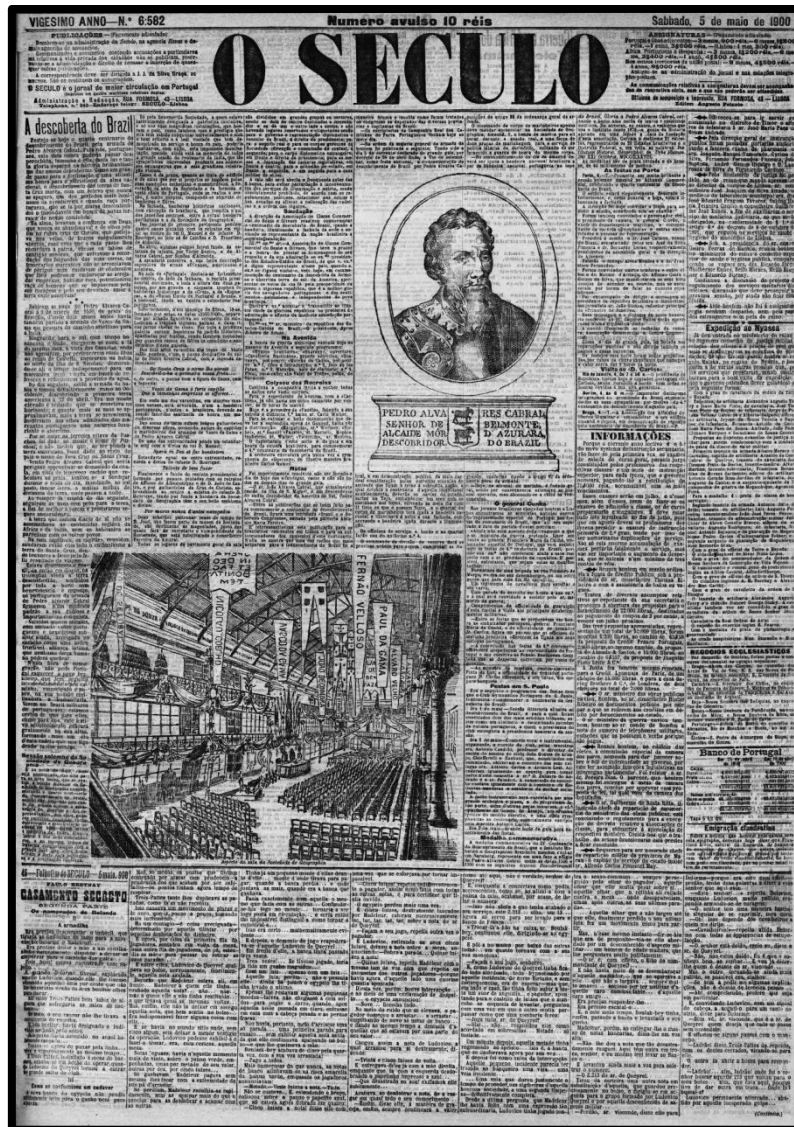
30 DE ABRIL DE 1900

**Redacção — Atelier de gravura — Administração**  
*Lobos, L. de Paço Novo, entrada para St. do Carmo de Lima, 4*  
**OFFICINA DE IMPRESSÃO — RUA NOVA DO LOUREIRO, 21 A 23**  
 Todos os pedidos de assignatura deverão ser acompanhados de seu importe, e dirigidos á administração da Empresa do Occidente, sem o que não serão attendidos. — Editor responsável: Casiano Alberto da Silva.



CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRAZIL — A ESTATUA DE PEDRO ALVARES CABRAL  
 Escultura de Bernardelli para o monumento commemorativo do descobrimento do Brazil

*O Occidente* e o quarto centenário do descobrimento do Brasil



*O Século* e o quarto centenário do descobrimento do Brasil

WIGESIMO ANNO—N.º 6.583 Numero avulso 10 réis Domingo, 6 de maio de 1900

**4.º CENTENARIO DA DESCOBERTA DO BRAZIL**


# O SECCULO

ASSINATURAS

Publicação mensal, com preço de 10 réis. Anual, 100 réis. Semestral, 50 réis. Trimestral, 25 réis. Por correspondência, com o acréscimo de 20% sobre o preço. Não se responde de entregas em atraso. Não se devolve o exemplar. Não se responde de entregas em atraso. Não se devolve o exemplar. Não se responde de entregas em atraso. Não se devolve o exemplar.


**Publicações** — Periódico mensal de 10 réis. Anual, 100 réis. Semestral, 50 réis. Trimestral, 25 réis. Por correspondência, com o acréscimo de 20% sobre o preço. Não se responde de entregas em atraso. Não se devolve o exemplar. Não se responde de entregas em atraso. Não se devolve o exemplar.


**Assinaturas** — Publicação mensal, com preço de 10 réis. Anual, 100 réis. Semestral, 50 réis. Trimestral, 25 réis. Por correspondência, com o acréscimo de 20% sobre o preço. Não se responde de entregas em atraso. Não se devolve o exemplar. Não se responde de entregas em atraso. Não se devolve o exemplar.



**Centenario** — O 4.º centenario da descoberta do Brasil...


**Informações** — Notícias e atualidades da época...






**Informações**

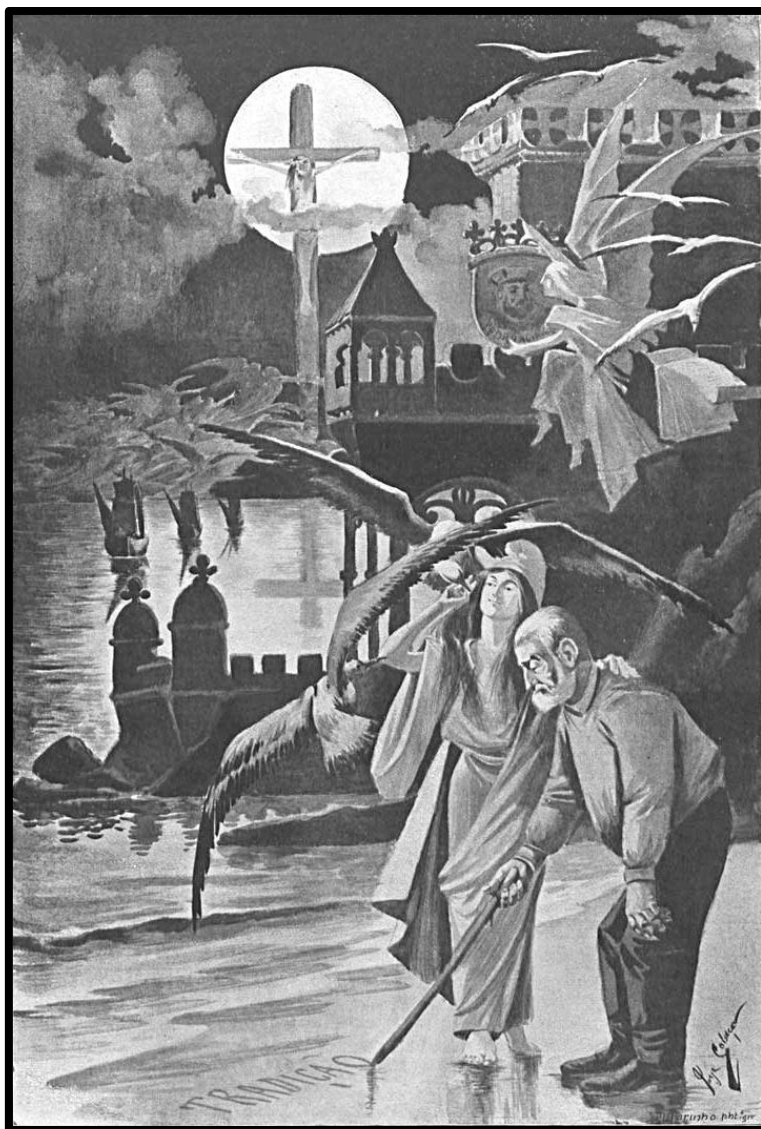
Notícias e atualidades da época, incluindo referências a eventos locais e nacionais.





O Século e o quarto centenário do descobrimento do Brasil






*O Brasil – Portugal e o quarto centenário do descobrimento do Brasil*



5.º Anno PORTO 6 de Maio de 1900 N.º 19




# os Pontos

SEMANARIO DE CARICATURAS  
GRANDE DIPLOMA D'HONRA NA EXPOSIÇÃO DA IMPRENSA DE 1898

REDACÇÃO  
Administração e Impressão  
LITHOGRAPHIA NACIONAL  
Largo de S.ª Clara

PROPRIETARIO,  
ADMINISTRADOR E EDITOR  
Albino de Sousa

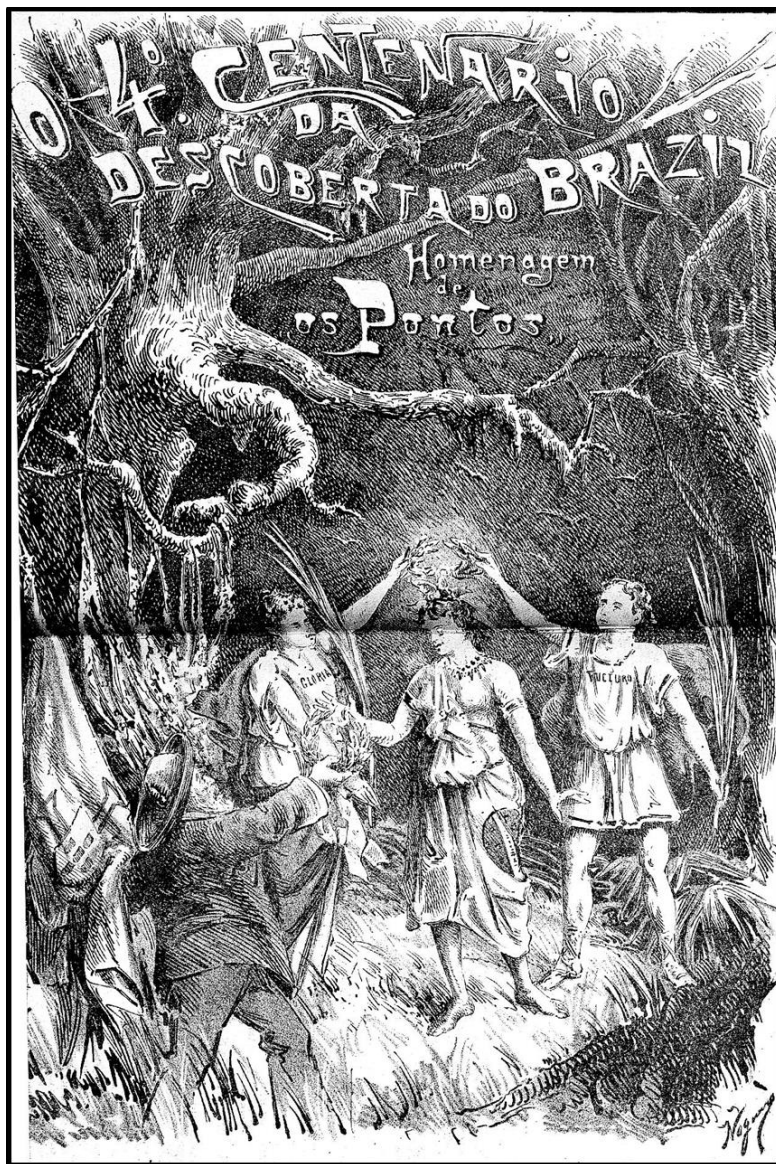
TYPOGRAPHIA  
DA  
EMPRESA LITTERARIA  
Rua de D. Pedro 184.



As tres faces do monumento a Alvarés Cabral, que vae ser inaugurado no Rio de Janeiro

*Neves*

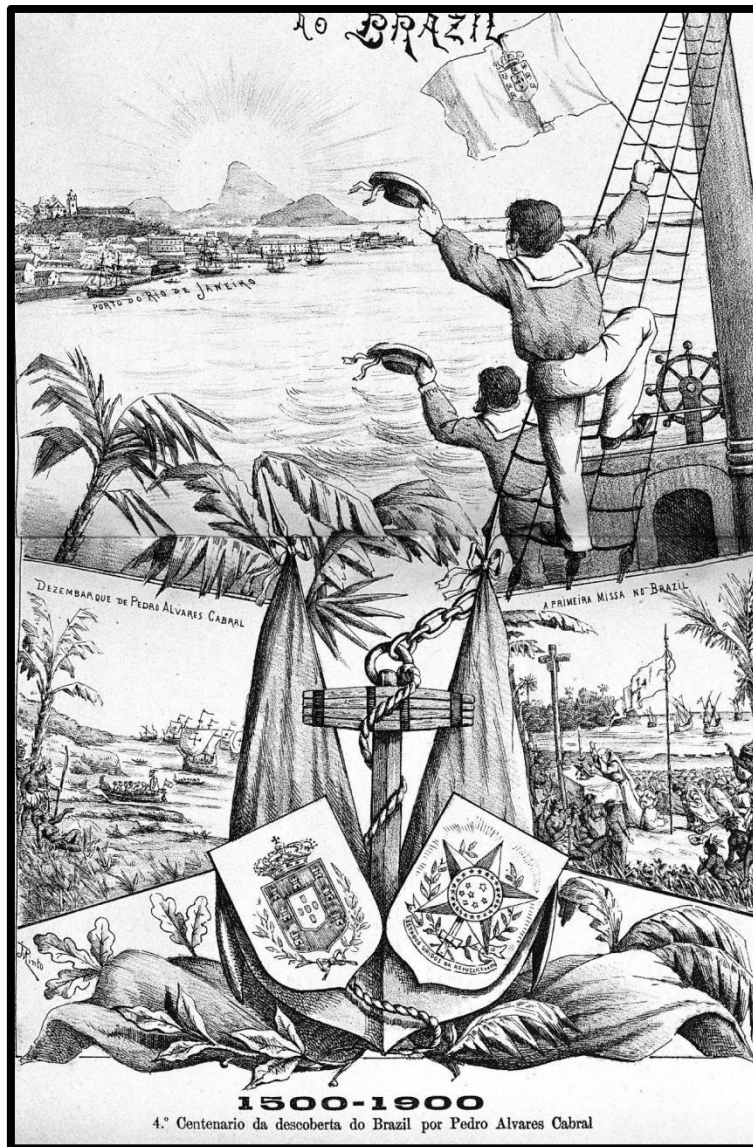
*Os Pontos* e o quarto centenário do descobrimento do Brasil



*Os Pontos e o quarto centenário do descobrimento do Brasil*







a *Algazarra* e o quarto centenário do descobrimento do Brasil

Assim, os processos históricos demarcados em 1889, com a proclamação da república no Brasil; em 1891, com o golpe de Estado que marcava a primeira grande crise do novo regime; em 1893, com a mais grave crise da incipiente república, representada pela guerra civil; em 1894, com a ruptura diplomática luso-brasileira; em 1895, com o reatamento das relações brasileiro-lusitanas; em 1896, com a mediação lusa na disputa anglo-brasileira pela Ilha da Trindade; e em 1900, com as comemorações do quarto centenário do descobrimento, representaram também momentos de inflexão nas inter-relações entre Brasil e Portugal. Desde a instauração da república até a progressiva agitação política e o debacle econômico-financeiro do Brasil, houve uma propensão ao afastamento entre a jovem república e a velha monarquia, o qual culminaria com o conflito diplomático. Posteriormente, se daria um paulatino processo de reconciliação, com propósitos de revalorização das raízes e ligações históricas entre ambos os países.

\*\*\*\*\*

Por significativo período de tempo foram enaltecidas as similitudes entre Brasil e Portugal. Ambos tinham a mesma língua, idêntica religião, tradições em comum, forma de governo análoga e uma casa reinante coincidente. Diante disso, o 15 de Novembro de 1889 viria a ser um divisor de águas, não alterando todos esses pontos de semelhança, mas mexendo com aqueles voltados ao poder político, e tal diferença passaria a ser decisiva nos destinos das relações entre ambos os países. A jovem república americana se plasmava em moldes

liberais e federativos, enfrentando sérias crises econômicas e políticas no seu nascedouro, até obter os primórdios de sua consolidação, após o autoritarismo militar, com a predominância de um modelo oligárquico. A antiga monarquia europeia assistia a ascensão de um de seus últimos soberanos que governaria enfrentando sérias dificuldades como a dilapidação do império colonial, a intensa crise financeira e econômica, a desagregação política e o crescimento do espírito de contestação. A década que se seguiria ao ano de 1889 seria marcada por fenômenos históricos que plasmaram duas tendências fundamentais nas relações entre Portugal e Brasil, uma de crescente tensão, conflito e ruptura e outra de gradual aproximação, reconciliação e conagraçamento<sup>140</sup>.

---

<sup>140</sup> Ampliado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Visões espelhadas d'além mar: a primeira década da república brasileira sob o prisma da imprensa portuguesa*. Rio Grande: Editora da FURG, 2017, v.1, p. 31-60.



O PROJETO DE REAPROXIMAÇÃO  
LUSO-BRASILEIRA EXPRESSO POR  
MEIO DA IMPRENSA: BREVÍSSIMO  
ESTUDO DE CASO

Desde a mudança na forma de governo brasileira, em novembro de 1889, se desencadeou um processo histórico de crise nas relações entre Brasil e Portugal, com um progressivo afastamento nas interações entre as duas nações, o qual chegaria ao apogeu com a ruptura diplomática entre ambos os países, ocorrida entre 1894 e 1895. A partir de então ocorreria uma nova tendência de reaproximação, visando à retomada das relações binacionais e à revalorização dos laços históricos e tradicionais luso-brasileiros. Tal projeto de reaproximação encontrou na imprensa periódica um significativo elemento motor. O escritor luso-brasileiro Oscar Leal atuou no sentido da reconciliação no campo literário-intelectual por meio da revista *A Madrugada*, constituindo tal ação o objeto de estudo deste trabalho.

Uma das graves crises pelos quais o Brasil passou nos primórdios da forma de governo republicana foi a Revolta da Armada, fenômeno que aprofundou os desentendimentos brasileiro-lusitanos. A concessão de asilo a rebeldes brasileiros em naus lusas levou ao acirramento da postura lusófoba de segmentos políticos brasileiros, acompanhada pelo presidente Floriano Peixoto, que levou em frente uma atitude marcada pela intransigência, a qual culminaria com o rompimento diplomático. Tal circunstância perduraria até 1895, quando, com o fim do mandato daquele governante e a ascensão do primeiro civil à presidência brasileira, se daria a reconciliação entre as duas nações, inaugurando um projeto cujo intento fundamental era a de realizar um esforço que promovesse essa reaproximação.

A imprensa portuguesa teria um papel preponderante na busca por reconciliações entre os dois países, em um processo histórico que se desencadeou desde a própria ruptura diplomática e viria a ser coroado de êxito com o reatamento das relações e uma continuidade de aproximações que chegaria ao ápice nas comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Dessa maneira, diante da retomada de relações diplomáticas, a maioria dos jornais dedicou-se exclusivamente ao enaltecimento do fato, deixando muitas vezes de lado, ao tratar do tema, até mesmo suas tendências ideológicas e político-partidárias. Tal comportamento era o reflexo da nova etapa que se inaugurava no relacionamento entre Portugal e Brasil, em um quadro pelo qual vários gêneros do jornalismo luso aderiram a essa busca por conciliação, incluindo entre eles aqueles de cunho noticioso, político, caricato e literário.

Dentre os intelectuais que participaram ativamente na imprensa portuguesa, atuando na busca da harmonização luso-brasileira, esteve Oscar Leal (1862-1910). Nascido no Brasil, mas mudando-se em seguida para Portugal, terra de sua família, Leal teve a sua formação estudantil e acadêmica realizada no eixo entre os dois países. Formado em odontologia, optou por atuar como um dentista-itinerante, pois, à medida que realizava sua função profissional, dava espaço à sua vocação de viajero. Nesse sentido, ele promoveu excursões por grande parte do território brasileiro, com grande preferência pelas regiões interioranas, resultando de tais itinerários profícua literatura de viagem. Oscar Leal atuou como literato, jornalista, naturalista e conferencista, tendo escrito mais de duas dezenas de livros, além de diversas colaborações em periódicos,

bem como exerceu a função de editor de jornais. Pertenceu a várias instituições acadêmico-científicas e culturais brasileiras, lusitanas, espanholas e norte-americana e empreendeu viagens, além do Brasil, por vários países sul-americanos, na Europa centro-ocidental e na África<sup>141</sup>.

---

<sup>141</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, v. 6, p. 339-340.; PEREIRA, Esteves & RODRIGUES, Guilherme. *Portugal – dicionário histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico*. Lisboa: João Romano Torres & Cia. Editores, 1909, v. 4, p. 98.; SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, t. 17, p. 131.



Retrato de Oscar Leal no livro *Viagem às terras goianas*



Retrato de Oscar Leal no livro *Contos do meu tempo*

Oscar Leal conviveu intrinsecamente com o ambiente que levou à ruptura diplomática Brasil – Portugal, pois, após viajar por todo o Brasil, entre os anos 1880 e 1890, resolveu fixar residência na cidade do Recife, montando consultório e casando-se. Entretanto, corria o ano de 1894, marcado por crises e guerras civis, constituindo a época do avanço do movimento republicano radical conhecido como jacobinismo, voltado ao nacionalismo e à xenofobia, com ampla ojeriza aos portugueses, sofrendo as várias colônias lusas no Brasil ferrenhas perseguições. Ainda que Leal fosse brasileiro de nascimento e por diversas vezes tenha buscado em seus escritos reforçar tal nacionalidade, ele tinha fortes raízes em Portugal, de modo que, frente à agitação que dominava o país, não seria difícil associá-lo à imagem do adversário luso. Para complicar ainda mais o quadro, o desentendimento diplomático entre os dois países viria a reforçar o radicalismo nativista e xenofóbico. Nesse mesmo período, prevalecia uma prática governamental fortemente embasada no autoritarismo, com forte repressão e praticamente a supressão da liberdade de expressão, com pesada ação coercitiva sobre o jornalismo. Perante tantas condições adversas, Oscar decidiu-se por retornar a Portugal e definitivamente fixar residência em Lisboa.

Em Portugal, o escritor fundou uma revista de natureza ilustrada e literária que intentava a aproximação luso-brasileira. Surgia assim *A Madrugada*, que promoveu por meio do texto e da gravura um mútuo conhecimento entre as realidades culturais de ambos os países. Tal periódico circulou entre outubro de 1894 e dezembro de 1896, contando com quatro

páginas e o tamanho de 46 centímetros<sup>142</sup>. Tal revista caracterizou-se por ser praticamente uma execução unipessoal de Oscar Leal que, além de dirigi-la foi o seu mais importante redator. A execução e redação da folha giravam em torno do próprio diretor, de modo que as diversas seções apresentavam textos de sua lavra, ou traziam interseções com as suas próprias atividades. Desse modo, por meio de *A Madrugada*, ele afirmou seus contatos e mesmo relações mais próximas com a intelectualidade de então, o que trazia por repercussão uma ainda mais acentuada notoriedade para o editor da revista e, conseqüentemente, sua incorporação definitiva no rol dos homens de letras de sua época, tanto no contexto português, quanto no brasileiro.

---

<sup>142</sup> RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manoela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002, v. 2, p. 82.



# A MADRUGADA

Revista noticiosa, critica, litteraria, biographica e bibliographica

DIRECTOR — OSCAR LEAL

N.º 3
Lisboa 27 de Dezembro de 1894
ANNO I

ASSIGNATURA — BRAZIL  
 Anno, em uma serie, réis (fracos) . . . . . 10,000  
 Seis meses em uma serie, réis . . . . . 5,000  
 Em todas as em sellos remittidos dentro de  
 carta registrada ao director d'esta folha.

Adm. — F. PALMEIRIM  
 Redacção composta dos melhores escriptores portuguezes

ASSIGNATURA — ILHAS E ULTIMAR  
 Anno, em uma serie, réis . . . . . 1,500  
 Seis meses, em uma serie, réis . . . . . 800

---

### EXPEDIENTE

As pessoas residentes no Brazil que receberem annua o presente numero da *Madrugada*, e desejarem continuar a receber os seguintes, para serem consideradas assignadas, deverão remetternos em carta pelo correio, a quantia de dez mil réis (fracos) importancia correspondente a uma serie, um anno, ou cinco mil réis por meia serie. A remessa póde ser feita em notas em cedulas do thommo ou em sellos do correio (novos) do Brazil deosta de carta ou vale do correio.

Esta empresa encarrega-se de biographias de pessoas notaveis e pede aos amigos do Brazil o seu valioso concurso, a fim de tornar cada vez mais interessante esta publicação, que continuará a ser illustrada com gravuras de Pastor.

N'estas condições considera a direcção como mesio mais proficuo e consoante ao seu patriotico intento, o estabelecimento das relações directas, evitando a nomeação de correspondentes nos diferentes estados do Brazil.

Toda a correspondencia deve ser endereçada para o Correio Geral n.º 222—Lisboa.

### João de Deus

Es o bohemio descuidado e leviano transformado no homem pensador, espirito disciplinado pela reflexo e estudo, amadurecido pela desventura, purificado pelo trabalho.

E imperiosamente, uma das phisiconomias mais sympathicas e proximinas da moderna geração dos litteratos portuguezes, impondo-se irresistivelmente á nossa admiração, á nossa alma, ao nosso sentimento.

Quem o conhece na sala armada de Camera, arrestando uma existencia incoherente e desordenada, nunca poderia ter pensado que elle, apesar do seu talento, das suas notaveis aptidões intellectuaes, do seu genio poetico, fosse capaz um dia de prestar á sociedade portugueza um serviço de tanto valor e alcance, como o de abrir novos e realinos horizontes no ensino primario.

O seu grande espirito concebeu e produziu uma obra admiravel, de formidissimos resultados, que encheo de luz tantos cerebros obscurecidos e d'esperança tantas almas abatidas.

Com a sua *Cartilha Maternal*, conquistou um dos primeiros logares entre os homens mais notaveis do seu tempo, e conquistou, sobredito, a gratidão das mães.

Mas não é sob tal aspecto que n'este livro pretendemos estudar João de Deus. Queremos fallar do poeta, do grande lyrico que enriqueceu a litteratura portugueza com versos do mais fino ouro, gemas interpretadas do sentimento, em todas as suas phasas e manifestações, espontaneas e crystallinas como os gorgios do rouxinol.



ALBERTO PIMENTEL

Escolheu de preferencia para os seus cantos, para os seus hymnos, para *os seus quadros*, o que ha de mais terno, mimoso e puro no mundo do sentimento.

Ahi temos o homem revelado. Não forçou o temperamento, as tendencias moraes para produzir a sua obra. E' nisto que consiste o seu principal merecimento.

O poeta, o escriptor, o orador, que não escrevem ou dizem o que sentem, podem seduzir a imaginação, mas não commovent. A verdadeira eloquencia está no sentimento.

O grande defeito de muitos litteratos modernos é escreverem o que não sentem. Todos os seus esforços limitam-se á forma, ao *estyl*, á phrase retumbante, vasia como os seus cerebros.

.....  
 A poesia de João de Deus tem um cubo de melancholia poetica, mas sentida.  
 João de Deus é do seu natural triste: tem a im-

pressão da realidade das coisas. As mais selectoras, as mais brilhantes, as mais *de raso*, são, no final, no amago, pungentes desillusões.

A sua alma volve-se uma vez por outra para o mysticismo: é uma necessidade de sua organização impressionavel. Fatigado das cousas terrenas, que o enristecem e deixam-no, silta para cima, para o vago, para o desconhecido e, por momentos, tem fe no quer que seja que não pertence ao mundo da materia. Canta e exalta como ninguém, a formosura, a pureza, as virtudes da Virgem. Conagra-lhe as melhores melodias da sua lyra fecunda. Tem a creença n'outra vida, n'um mundo melhor do que este, em que a cada passo topamos com um infortunio irraparvel, com desespero, enormes, com decepções crudelissimas.

A poesia a Vida é como um desalado do seu coração dorido. E uma das paginas mais bellas, commoventes e verdadeiras da sua grande obra d'inspiração.

A's vezes tem ironias finissimas, não serão lagrimas disfarçadas? O sorriso, muitas vezes, é uma firma especialissima da dor: rise para distrahir a alma d'uma grande tristeza.

O lyrisimo em Portugal nunca atingiu maior grau d' esplendor, senão quando se revelou João de Deus.

CÁRIACO DE NOBREGA.

---

### O Progresso

Os povos caminham, não ha obstaculo que lhes empecem a marcha, não ha força que os obrigue a parar. O sol, que em nevoeiro serrado e sombrio nos escurdeira hontem, apparece hoje radiante e formoso, illuminando com a sua luz vivificadora os campos da peleja.

Que não já os seculos para esta rapida carreira da humanidade? Que é uma ideia para occupar todo o globo?

Difficuldades por uns luz tin viva, turbulencias com demonstrações tão claras, os poderosos da terra aproximam-se d'essa lava candente, que se abre melindosa para os sorver.

Um anno já basta para annunciar um novo principio, para allivar corporações, para destruir um absurdo, para riscar uma iniquidade.

Neste jogo de principios, n'esta effervescencia de crencas, n'este tumulto de paixões ha uma força irresistivel que nos conduz, que nos arrasta—mas forte que o homem, mais prompta que o pensamento, impellem-nos na senda que trilhamos até adarear o que tinhamos por indifinivel.

Se n'algumas d'essas horas de repouso, em que a humanidade para, para crear novas forças, olhamos para o passado, que admiração não sentimos pelos trabalhos que outras gerações nos têm legado, que respeito não consagramos a esses homens que á força de de-

A *Madrugada* apresentava em seu frontispício o dístico “Revista noticiosa, crítica, literária, biográfica e bibliográfica”, revelando a proposta bastante ampla de seu norte editorial. A folha anunciava também que sua redação seria “composta dos melhores escritores portugueses”. Tinha uma proposta de circulação mensal, mas houve várias interrupções na sua edição. Ao longo da existência do periódico, Oscar Leal intentou promover uma intensa distribuição da revista, tanto que tinha um rol de “colaboradores-correspondentes” e outro de distribuidores no Brasil que, juntos, abrangiam vários dos estados brasileiros como Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Amazonas e Alagoas. Além disso, promovia intenso intercâmbio dos exemplares da revista com a redação de periódicos portugueses e de diversas cidades brasileiras. Vários escritores brasileiros, dos mais notáveis, aos mais noviços conseguiram nas páginas da *Madrugada* espaço para divulgar seus trabalhos, bem como tiveram suas obras e retratos divulgados nos registros textuais e iconográficos do periódico lisbonense.

Na apresentação da revista, Oscar Leal se referia às dificuldades enfrentadas no Brasil, mormente naqueles últimos tempos de ruptura, afirmando que, “incerto o nosso destino, vagas as nossas aspirações, vemos que a nossa vida até aqui tem sido inquieta e errante, cortada de sabores e dissabores de toda a espécie”, mas ressaltava que isso tinha “servido para mais robustecer a nossa vontade de ferro”. Em relação ao contexto vivido no momento, declarava que “estreitar em fraternal amplexo, pela distância a que se

encontram”, seria um dos seus “mais veementes desejos”, esperando que “nenhuma nuvem virá toldar a aurora brilhante do seu futuro”, em alusão às dificuldades advindas do processo histórico predominante (A MADRUGADA. Lisboa, 28 out. 1894, a. 1, série 1, n. 1, p. 1).

Lembrando tópicos de um discurso predominante em meio à imprensa portuguesa de então, voltado à proximidade entre os dois países pelos fundamentos históricos, tradicionais e culturais, Leal se referia à “ocasião em que, escritores distintos dos dois países estão empenhados em estreitar as relações literárias entre povos unidos pela identidade de sangue, tradições e língua”. Procurando promover um mútuo conhecimento a respeito das manifestações literárias de parte a parte, *A Madruga* divulgava o trabalho de escritores portugueses, para que seu conhecimento fosse reforçado no Brasil, mas também pretendia que, em Portugal, onde seriam “completamente desconhecidos muitos dos bons poetas e prosadores brasileiros, imparcialmente” fossem “sucessivamente apresentando alguns aos leitores portugueses” (A MADRUGADA. Lisboa, 27 jun. 1895, a. 2, série 2, p. 1).

A direção da revista chegou a argumentar que “a imprensa brasileira é unânime em reconhecer os nossos justos fins e as nossas sensatas intenções”, de modo que continuaria, estimulada “pelo favor, a consagrar grande parte desta publicação aos homens de letras do Brasil”, dando “por bem empregado o nosso tempo, mesmo porque nada virá enfraquecer a força das nossas convicções e a energia dos nossos propósitos”. Considerava que seria “muito bom que os nossos ilustres confrades brasileiros continuassem com mais assiduidade a enviar-nos

os seus trabalhos”, lembrando-se “de que é necessário divulgá-los aqui, porque só assim reconhecerão todos afinal de que o Brasil possui uma literatura própria” e não apenas “grosso cabedal de elementos amplamente aproveitáveis”. Em seguida, o editor reafirmava o escopo da publicação, voltado a “tornar conhecidos em Portugal os bons escritores brasileiros”, o que seria feito “sempre imparcialmente e sempre de comum acordo com a opinião dos nossos companheiros” (A MADRUGADA. Lisboa, 4 ago. 1895, a. 2, série 2, p. 1.).

O diretor da folha ressaltava ainda que ela tinha por intento tratar “por todos os meios de vulgarizar e tornar conhecidos cá e lá os homens e as coisas dos dois países”, em clara referência ao projeto de reintegração luso-brasileira. Leal declarava também que ao fundar a revista fora impelido “pelo vivo desejo de popularizar na bela pátria de Camões os nomes dos mais distintos literatos brasileiros”, bem como “de tornar conhecida uma literatura na sua expressão mais clara e sublime e de apresentar ao leitor por muito exigente um jornal moderno, variado nos assuntos e ameno na forma” (A MADRUGADA. Lisboa, out. 1895, a. 2, série 3, p. 1.).

Já no último ano de edição da *Madrugada*, Oscar Leal enfatizava que junto de sua revista manteria o “posto de honra como fracos representantes e propagandistas da literatura brasileira em Portugal”, observando em tal atitude alguns “resultados bastante aproveitáveis, porque a vulgarização das boas obras brasileiras em Portugal”, começava “a tornar-se uma necessidade palpitante”. Revelando a amplitude de seu projeto, visando a atingir as mais longínquas regiões brasileiras, Leal lembrava que vinham alcançando “voga os poetas e

escritores mais felizes, que habitam e vivem no Rio de Janeiro e nas principais cidades do Brasil”, mas que também existiam “muitos que vivem imensamente afastados nos sítios mais recônditos do país, quase completamente esquecidos e ignorados”, havendo notícias deles somente em “algum jornal de província”, apesar de muitos terem “já produzido trabalhos de bastante merecimento” (A MADRUGADA. Lisboa, mar. 1896, a. 3, série 3, p. 1).

Oscar Leal vivenciou íntima e intensamente esse processo histórico de ruptura/reconciliação. Como cidadão luso-brasileiro, viveu no Brasil até o apogeu da crise binacional, deslocando-se para Portugal, de onde buscou articular sua rede de inter-relações intelectuais para dar vida à revista *A Madrugada*, buscando transformá-la em um veículo que corroborasse com o movimento de reaproximação. Ainda que tal intenção representasse um microcosmo, voltado essencialmente ao campo cultural-literário, não deixou de fazer parte de uma conjuntura mais ampla que vislumbrava uma tendência generalizada em meio à imprensa portuguesa no sentido de suavizar os conflitos, aplacar os ódios e dissensões, amainar as diferenças e retomar os laços tradicionais e históricos entre Brasil e Portugal<sup>143</sup>.

---

<sup>143</sup> Adaptado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. A ruptura diplomática Brasil – Portugal e uma tentativa de reaproximação por meio da imprensa literária: Oscar Leal e *A Madrugada*. *Historiae*. Rio Grande: Editora da FURG, 2020, v.11, p.32-45.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



# Coleção Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

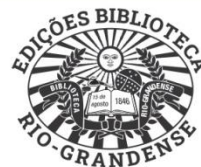
CENTRO DE  
LITERATURAS  
E CULTURAS  
LUSÓFONAS  
E EUROPEIAS  
**CLEPUL**  
Faculdade de Letras da  
Universidade de Lisboa



**FCT**  
Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



**BIBLIOTECA  
RIO-GRANDENSE**



[edicoesbibliotecariograndense.com](http://edicoesbibliotecariograndense.com)



9 786553 060609

**IBSN: 978-65-5306-060-9**